

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

VICTOR HENRIQUE DIANA DA SILVA

A EDUCAÇÃO DO PAULISTA PELA IMPRENSA:
UMA ANÁLISE DO JORNAL *A NOTÍCIA* NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA
DE 1932 (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP)

UBERLÂNDIA

2022

VICTOR HENRIQUE DIANA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO DO PAULISTA PELA IMPRENSA:
UMA ANÁLISE DO JORNAL *A NOTÍCIA* NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA
DE 1932 (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP)**

Dissertação de Mestrado em Educação, Linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Orientação: Profa. Dra. Raquel Discini de Campos.

UBERLÂNDIA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586e
2022 Silva, Victor Henrique Diana da, 1998-
A educação do paulista pela imprensa [recurso eletrônico] : uma análise do jornal *A notícia na revolução constitucionalista de 1932 (São José do Rio Preto/SP)* / Victor Henrique Diana da Silva. - 2022.

Orientadora: Raquel Discini de Campos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.5319>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Campos, Raquel Discini de, 1976-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Glória Aparecida
Bibliotecária - CRB-6/2047



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 07/2022/796, PPGED				
Data:	Vinte e sete de maio de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	14:00h	Hora de encerramento:	16:45
Matrícula do Discente:	12012EDU045				
Nome do Discente:	VICTOR HENRIQUE DIANA DA SILVA				
Título do Trabalho:	"A educação do paulista pela imprensa: uma análise do jornal A Notícia na Revolução Constitucionalista de 1932 (São José do Rio Preto/SP)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Estudos interdisciplinares em História da Educação (fontes, teoria e metodologia). DIRPE/PSFE Nº 0042/2020"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Sérgio César da Fonseca - USP; Marcelo Lapuente Mahal - UFU e Raquel Discini de Campos - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Raquel Discini de Campos, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Discini de Campos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/05/2022, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio César da Fonseca, Usuário Externo**, em 27/05/2022, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Lapuente Mahl, Membro de Comissão**, em 02/06/2022, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3632299** e o código CRC **38D6C085**.

VICTOR HENRIQUE DIANA DA SILVA

A EDUCAÇÃO DO PAULISTA PELA IMPRENSA:
UMA ANÁLISE DO JORNAL *A NOTÍCIA* NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA
DE 1932 (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência obrigatória para a obtenção do título de mestre em Educação.

Uberlândia, 27 / 05 / 2022 .

Prof^ª. Dr^ª. Raquel Discini de Campos, UFU/MG

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl, UFU/MG

Prof. Dr. Sergio Cesar da Fonseca, USP/Ribeirão Preto

Agradecimentos

Esta pesquisa foi fruto de muita luta. Iniciada minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, veio a pandemia que logo fez com que o Mestrado não pudesse ser realizado na forma presencial. Verdade que não tive contato físico com os companheiros de programa, mas mesmo assim muitos se fizeram presentes de diversas maneiras, por isso os agradeço:

A Deus por abrir meus caminhos, me dar intuição e forças para sempre seguir em frente.

À minha orientadora Professora Dra. Raquel Discini de Campos, que desde o começo mostrou os melhores caminhos, com sua brilhante inteligência e profissionalismo ímpar.

À minha mãe, Rosecrel, que sempre me apoiou e incentivou para que minhas batalhas e lutas pudessem ser enfrentadas, aliviando as dores da vida com seu amor.

Ao meu pai, Elio, que observou sempre atento meu caminho como estudante e professor.

Aos amigos de Uberlândia, Beatriz Oliveira, Bruno Cesário e Vitória Novais, que levo comigo desde a graduação. A minha amiga virtual do ensino remoto do mestrado, Palloma Silva que muito me ajudou e muito me ensinou. Também aos amigos de Rio Preto, Francine Franco, André Moraes, Vinicius Kenji e Leonardo Akira Fukushima que são sinônimos de alegria e companheirismo.

Aos amigos Casa Rede UFU, professora Sônia Santos, Euclides Cabral e Gabriela Sousa que iluminaram um novo caminho de possibilidades a ser seguido por mim: PPGED-UFU.

Ao próprio PPGED, especialmente aos secretários, James e Ali, pela presteza e atenção nas nossas trocas de e-mails, e ao coordenador Professor Dr. Marcelo Soares, que com sua tranquilidade e eficiência nos permite confiar cada vez mais no Programa.

E finalmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais que financiou este trabalho e me deu a oportunidade de continuar os estudos.

Muito obrigado a todos.

Resumo

Esta pesquisa se debruçou sobre a história e a memória da Revolução Constitucionalista de 1932, ocorrida em São José do Rio Preto–SP, construída por intermédio da imprensa periódica citadina. Para tanto, utilizou-se como fonte o jornal *A Notícia*, o mais influente impresso local no momento, num recorte cronológico que engloba o período de 1932 a 1967. Tal período justifica-se em função do ano da eclosão da revolução e o fim da temporada em que esteve à frente do periódico o diretor Leonardo Gomes. Ademais, a leitura e análise se estendeu por esses anos porque partiu-se da hipótese de que o jornal desempenhou um papel importante na mobilização das pessoas durante o conflito, bem como na construção da memória, posteriormente. À luz da história social da imprensa (BURKE, 2005; LUCA, 2008) e das pesquisas sobre memória (NORA, 1993; HALBWACHS, 1990; LE GOFF, 1996), buscou-se problematizar o papel educativo de tal impresso na construção de cidadãos ideais e identificados com a chamada “causa paulista”. Sujeitos supostamente ativos e educados que deveriam pegar em armas visando a defesa do modo de vida paulista, tido como ideal a ser seguido pelo restante do país.

Palavras chaves: A Notícia – Revolução Constitucionalista de 1932 – São José do Rio Preto.

Abstract

This research focuses on the history and the memory of the 1932 Constitutionalist Revolution, which took place in São José do Rio Preto-SP, built by means of the city's periodic press. To this end, the newspaper *A Notícia*, the most influential local press, was used as a source, in a chronological period that encompasses the period from 1932 to 1980. This is justified because of the year of the outbreak of the revolution (1932) and the end of the period that the periodical's director, Leonardo Gomes, was at the helm of the press (late 1960s). The reading of the newspaper extended over these years because it was assumed that the newspaper played an important role in mobilizing people, as well as in building memory about the revolution. In the light of the social history of the press (BURKE, 2005; LUCA, 2008) and of the research on memory (NORA, 1993; HALBWACHS, 1990; LE GOFF, 1996), we seek to problematize the educational role of such press in the construction of ideal citizens identified with the so-called "causa paulista". Supposedly haughty and educated subjects that, in the period, should take up arms aiming to defend the Paulista way of life, seen as an ideal to be followed by the rest of the country.

Keywords: Press - Constitutionalist Revolution of 1932 - São José do Rio Preto.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>A Notícia</i> em sua primeira edição	18
Figura 2: Imigração de europeus na América Latina.....	20
Figura 3: Mapa do interior de São Paulo produzido no final século XIX	21
Figura 4: Localização do município de São José do Rio Preto/SP	22
Figura 5: Capa da primeira edição do jornal <i>O Porvir</i>	28
Figura 6: Adolpho Guimarães Corrêa e sua família em pose para foto.....	29
Figura 7: Propaganda do Rink Paulista.	41
Figura 8: Capa do jornal <i>A Notícia</i> , 11 de julho de 1932.	44
Figura 9: Visão geral do jornal <i>A Notícia</i> , 14 de julho de 1932	49
Figura 10: Capa do jornal <i>A Notícia</i> , edição do dia 20 de julho.....	57
Figura 11: Texto em homenagem a Luis Américo de Freitas.	59
Figura 12: Edições do jornal <i>A Notícia</i>	66
Figura 13: Última página da edição do dia 29 de setembro.	69
Figura 14: Texto intitulado "Pola ley y pola grey", de J.M. Vieira dos Santos.	72
Figura 15: Capa do jornal <i>A Notícia</i> do dia 9 de julho de 1936.	79
Figura 16: Capa e contracapa d' <i>A Notícia</i> , em celebração aos cinco anos da Revolução.	81
Figura 17: A divulgação do 9 de Julho n' <i>A Notícia</i> sob o Estado Novo.	84
Figura 18: Recorte da primeira página d' <i>A Notícia</i> do dia 11 de julho de 1945.....	89

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1 – O sertão paulista e a marcha para progresso	15
1.1. São José do Rio Preto: origem e formação	15
1.2. <i>A Notícia</i> e a relação entre imprensa e cidade	24
1.3. A Revolução Constitucionalista de 1932 e <i>A Notícia</i>: preliminares do conflito armado	38
Capítulo 2 – <i>A Notícia</i> em meio ao conflito armado: uma análise do jornal	46
2.1. A educação e a imprensa não-pedagógica.....	46
2.2. Pelas bandeiras da Alta Araraquarense: o combate pelas palavras	47
2.3. Luís Américo de Freitas e Leonardo Gomes	58
Capítulo 3 – Memória da Revolução Constitucionalista de 1932 no jornal <i>A Notícia</i>.....	75
3.1. Memória e bandeirantismo.	76
3.2. A disputa da memória entre lembranças e esquecimento.	83
Considerações Finais.....	93
REFERÊNCIAS	97
ANEXO A – Transcrição da coluna d’<i>A Notícia</i>, dia 30 de julho de 1924.....	105
ANEXO B – Transcrição do artigo “A democracia deve assegurar o bem-estar do povo”.	107
ANEXO C – Monumento aos mortos na Revolução de 1932, em Rio Preto-SP.	109
ANEXO D – Sequência d’<i>A Notícia</i> reproduzindo o mausoléu da cidade.....	110

Introdução

A Revolução Constitucionalista de 1932¹ é um tema caro aos habitantes do estado de São Paulo, pois representa simbolicamente um momento de coragem. Seria o momento em que pegaram em armas para defender os interesses não só de seus conterrâneos paulistas, mas de uma nação inteira, dominada por um governo central autoritário. Ao menos essa foi uma das narrativas contadas e recontadas por um sem-número de práticas e representações construídas ao longo do tempo.

Como explica Maria Helena Capelato, em *O movimento de 32: a causa paulista* (1981), aqueles que se uniram às forças revolucionárias de 1930 – personificadas em Getúlio Vargas – se sentiram traídos no pós-revolução, como foi o caso dos membros do Partido Democrático. Os defensores da causa varguista não assumiram o poder estadual e, para agravar a situação, as novas eleições prometidas pelo governo central foram proteladas, assim como a escrita de uma nova constituição. Dada a situação, os ânimos se acirraram até se chegar à luta armada, o que levou o país à guerra civil. Dizia-se à época que São Paulo lutava pela liberdade de todo o Brasil. Desde então, os habitantes locais desenvolveram um sentimento de apreço pela causa. Não é à toa que a Lei nº 9.497, de 05/03/1997 tornou o dia 9 de julho feriado estadual, que rememora o início da guerra e os seus mortos e mártires.

É interessante refletir sobre como ao longo do tempo tal memória foi sendo construída e ressignificada. Ferreira (1996), n' *A epopeia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)* demonstra o uso do fato histórico em nome de uma da construção simbólica em torno do tipo paulista, uma entidade imaginária digna de uma suposta superioridade física e moral em relação aos demais habitantes do país.

Recentemente pudemos observar, em meio à pandemia do Sars-Cov-2, como uma televisão de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, a TV Rio Preto, retransmissora da TV Morada do Sol de Araraquara-SP e da TV Brasil, retratou em um comercial institucional os motivos para o povo paulista se recuperar da grave situação que afligia não só o estado de São Paulo, mas o mundo. Os paulistas de hoje, ao lutar contra o vírus, seriam os herdeiros dos

¹ Nesta dissertação escolheu-se manter o conceito “Revolução” para manter o termo usado nas fontes. Entretanto, João Paulo Rodrigues, em *Levante Paulista de 1932: entre os domínios da memória e os (des)caminhos da história*, questiona e evidencia outras formas como esse processo histórico foi tratado na historiografia, seja como revolução, guerra civil ou levante. [RODRIGUES, João Paulo. *Levante Paulista de 1932: entre os domínios da memória e os (des)caminhos da história*. **Projeto História**, São Paulo, n. 41. Dez/2010, p. 125-153.]

bandeirantes do passado, aqueles que também teriam defendido a constituição e democracia brasileira na guerra de 1932.² São Paulo, informava ainda a peça publicitária, foi o espaço onde aconteceu a independência. Por isso, eles precisavam ser fortes, destemidos, e, mais uma vez, vencer o inimigo. Um dever histórico, um destino traçado.

“Nós não temos medo. Somos fortes porque somos paulistas. Somos 40 milhões: um estado maior que muitos países, uma economia que supera de tantas outras nações. São Paulo dos bandeirantes que desbravaram o Brasil. São Paulo do grito da independência. O berço da República. Da defesa da constituição e da democracia [...]” (TV RIO PRETO, 2020).

Chamavam, dessa vez, para uma guerra sanitária contra o coronavírus quando diziam que “São Paulo vai sobreviver! Somos mais fortes que o coronavírus. O paulista unido vai superar essa pandemia. Vai passar e vamos vencer!” (Ibid.). Percebe-se com isso, que a temática da paulistanidade aflora em diversos momentos, reconstruindo-se incessantemente, diuturnamente, cotidianamente.

Vale notar como a atualidade vivida afeta a escrita historiográfica, incita à curiosidade e incide diretamente sobre o ofício do historiador. Como lembra Antoine Prost (2008, p. 96), “A questão do historiador é formulada do presente em relação ao passado, incidindo sobre as origens, evolução e itinerários no tempo, identificados através de datas.” A história, que constrói a narrativa do tempo, é simultaneamente construída por ele. De maneira análoga, Michel de Certeau afirma:

“Nem por [Marc Bloch] ser tão genial e nova sua história [a Escola dos Annales] está menos *marcada*, socialmente, do que aquelas que rejeita, mas se ele pode superá-las é porque elas correspondem a situações *passadas*, e porque um outro ‘hábito’ lhe foi imposto, de confecção, pelo lugar que ocupa nos conflitos do seu presente” (CERTEAU, 1982, p. 67).

Assim, por mais diferentes que as pesquisas históricas sejam, os estudos estão arraigados em seu presente, com as problemáticas selecionadas pelo historiador no seu próprio tempo. A pandemia gerou um comercial de TV, com uma mensagem e simbologias específicas que possibilitaram refletir sobre o passado, a partir de suas características que são próprias.

² Contraditoriamente, o incêndio da famosa estátua de Borba Gato, em Santo Amaro na cidade de São Paulo, ocorrido em julho de 2021, demonstra que a representação relacionada a figura dos bandeirantes é clara arena de conflitos.

Da mesma maneira, logradouros da cidade de São José do Rio Preto, como a rua Voluntários de São Paulo, a rua Totó Duarte (combatente de 32), a Praça Leonardo Gomes (voluntário e diretor do antigo jornal *A Notícia*), a Escola Estadual “Voluntários de 32”, o monumento à Revolução de 1932 em frente ao Fórum da cidade e os eventos cívicos que se repetem a cada ano, no dia 9 de julho, enfim, demarcam lugares de memória que estabelecem vínculos da cidade com a guerra civil.

Tudo isso, aliado ao fato de ser cidadão rio-pretense e professor de História na localidade, me fizeram olhar criticamente para o movimento.

Carlo Ginzburg (1989), em seu ensaio sobre o conhecimento histórico, *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, resgatou formas de decifrar e formular juízos sobre o mundo. Partindo da metáfora e comparação entre três personagens, Morelli (um crítico de arte italiano), Sherlock Holmes (detetive fictício, um personagem de Conan Doyle) e Freud (psicanalista austríaco), apontou para algo que permeia um modo de conhecimento: o paradigma indiciário.

Enquanto o crítico de arte diferenciava o verdadeiro quadro da sua respectiva imitação através dos pequenos detalhes que passariam despercebidos, o detetive procurava indícios e pistas para solucionar seus casos, ao passo que Freud se detinha nos lapsos e chistes de seus pacientes. Os três, afinal, trabalhavam com vestígios. Conforme afirma o autor:

“Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli). [...] Nos três casos, entrevê-se o modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo [...]” (GINZBURG, 1989, p. 150-151).

Na medicina hipocrática, a importância dos sintomas é evidente. Os antigos entendiam que não poderiam chegar à doença em si, mas, através dos sintomas, deduziriam qual era o problema. Assim, é a prática em outras profissões, como a do historiador. Além disso, Ginzburg mostrou que adivinhação, o direito e a medicina são diferentes entre si, entretanto, a forma de se chegar às conclusões, através dos sinais, decifrando-os, permite uni-los (GINZBURG, 1989, p. 154-155). É o paradigma indiciário que se faz presente, desde os mesopotâmicos, passando pelos médicos hipocráticos, detetives da modernidade, e também historiadores:

“Algo ligava realmente essas formas de saber [...]: uma atitude orientada para a análise de pistas, sintomas, indícios. [...] Em suma, pode falar-se de paradigma indiciários ou divinatório, segundo as formas de saber, para o passado [na

jurisprudência do direito], o presente [na medicina] ou o futuro [nas adivinhações].” (Idem, *Ibidem*).

A pista, indício, vestígio ou fonte desvelada neste trabalho é a imprensa rio-pretense, o periódico *A Notícia*, aqui tratado também como objeto de estudo. Sobre impressos, Roger Chartier (1991) elenca ao menos três pontos para levar em conta na sua análise: o estudo crítico do texto (mundo do texto); a história do impresso (que é a análise do suporte em si no qual está o texto, bem como suas mudanças editoriais); a análise das práticas (que é pensar o mundo do leitor, a recepção, como são lidos tais textos e as apropriações feitas por esse público) (CHARTIER, 1991, p. 178).

Um texto, como o jornalístico, é construído de modo a levar o leitor a conceber uma ideia sobre determinado assunto. Tal situação é nomeada por Chartier como *estratégia de escrita*. Junto ao texto puramente dito, o estudioso aponta para a importância do suporte, quer dizer, na análise historiográfica deve haver a união entre as palavras impressas e o formato no qual elas estão disponibilizadas: “[...] é fundamental lembrar que nenhum texto existe fora de seu suporte que lhe confere legibilidade; qualquer compreensão de um texto [...] depende das formas com as quais ele chega até seu leitor.” (CHARTIER, 1992, p. 220).

Ao analisar as páginas d’*A Notícia*, é importante recuperar tanto as intenções dos escritos ali presentes quanto os não ditos. São dois vieses, portanto: a ideia desenvolvida por quem escreveu e como o jornal tratou tais escritos e os disponibilizou – ou não. Segundo Chartier, é imperioso levar em conta dois aparatos: as intenções do autor, como já nomeados anteriormente como *estratégia de escrita*, e ao mesmo tempo a *manufatura* do impresso, que diz respeito às decisões editoriais, de formatação e moldagem. Ambas podem ou não dialogar. Juntas formam uma *expectativa de leitura*, ou seja, tem por objetivo influenciar, delimitar e até mesmo prescrever o modo de ler e de se entender o que se escreve (Ibid., p. 228).

Pierre Bourdieu (1989) diz que é necessária uma postura crítica ao se deparar com ideias em um campo de atuação:

“O analista procura a intenção objetiva escondida por debaixo da intenção declarada, o querer-dizer que é denunciado no que ele declara. E supõe que nela se enuncia um sentido profundo, uma pulsão expressiva, biológica ou social que a alquimia da forma pela necessidade social do campo tende a tornar irreconhecível, sobretudo obrigando a pulsão a negar-se a universalizar-se.” (BOURDIEU, 1989., p. 73).

A Revolução de 1932 construiu-se a partir dos descontentamentos de um grupo político em relação ao outro, no caso, as oligarquias de São Paulo contra o Governo Provisório. Como

escreve Abud (2018), em *O bandeirante nas disputas políticas do século XX: a utilização do conhecimento histórico*, o governo paulista, no golpe de 1930 liderado por Getúlio Vargas é tomado por um interventor vindo de fora do estado. Isso levou o principal partido apoiador dos revolucionários no estado (PD – Partido Democrático) ao aborrecimento com o governo central. Tal situação se arrastou e atingiu o clímax no ano de 1932, com a ruptura definitiva entre o PD e Vargas, o que desembocou no marco conhecido como Revolução Constitucionalista. A revolução pautava-se na exigência da realização de uma assembleia nacional constituinte (ABUD, 2018, p. 18-19).

Entretanto, essa é uma visão das classes políticas conservadoras do estado, que, segundo Katia Abud (2018) não chegava às classes populares. Era preciso algo que fizesse sentido para todos os paulistas, de modo a unificá-los em torno de um objetivo comum. Assim, naquele momento, dá-se a ressignificação da simbologia em torno da identidade paulista, com o uso da figura mítica do bandeirante. Há a necessidade de educar a população em geral por intermédio de um sem-número de práticas. Torna-se imperioso inculcar valores comuns:

“A unidade dos partidos políticos não era suficiente para a chamada à luta. [...] Os valores generalizados da ideologia burguesa foram acionados [...] – Nacionalidade, Civilização, Independência, o domínio da Natureza pelo homem – bem como valores muito caros à elite paulista: a “raça paulista”, as “tradições de São Paulo”. [...] O símbolo mais forte que essa raça encontrou foi o bandeirante – ele mesmo um produto da ‘raça’ que surgira em São Paulo, e que ao construir a Nação, conquistara as terras que deram forma ao Brasil com sua valentia, altivez e independência.” (Ibid., p. 20-21).

Abud (2018) ainda classificou a Revolução de 32 como um “instrumento político” (Ibid., p. 24), já que serviu aos interesses de uma elite política de São Paulo, fez Vargas se movimentar para uma Assembleia Constituinte e marcar as eleições que ocorreriam poucos anos depois – ainda que na guerra em si São Paulo tenha sido derrotado.

Há que se destacar, conforme Chartier (1992) um texto não necessariamente consegue impor suas ideias para os leitores. Entre as práticas e a representação há um espaço que possibilita subversões:

“[...] os textos e as palavras destinadas a configurar pensamentos e ações nunca são inteiramente eficazes e radicalmente aculturadores. As práticas de apropriações sempre criam usos ou representações muito pouco redutivas aos desejos ou às intenções daqueles que produzem discursos e as normas.” (CHARTIER, op. cit., p. 233-234).

Por fim, destacamos que esta pesquisa se situa no campo da História Cultural, pois se debruça sobre a construção simbólica em torno de um fato histórico. E se filia, também, ao campo da História da Educação. Nunes e Carvalho (1995) a definem como “especialização da história”, mas não como “refutação da Pedagogia”, que é onde a disciplina ganhou vida pelo século XIX. Segundo elas, “É um deslocamento que cria um novo ângulo de apreensão das questões pedagógicas, saturada de historicidade” (NUNES; CARVALHO, 1995, p. 26).

A fonte jornalística associa-se à História da Educação à medida em que consideramos as práticas educacionais também para além da escola - e José Carlos Libâneo (2012). Enquanto se encara a educação formal feita dentro de uma instituição escolar, com objetivos educativos explicitados, há outras duas que se apreendem: a educação não formal e a informal. Ao passo que a primeira é intencional, a segunda não tem intencionalidade, referindo-se às influências do meio humano, social, ecológico, físico e cultural às quais os seres humanos estão expostos (LIBÂNEO, 2012, p. 236-237).

Dessa forma, quando se leva em conta esses aspectos, pode-se incluir o periódico *A Notícia* como um agente formador de modos de ser e de pensar que, juntamente com outros elementos sociais e históricos, colaboraram decisivamente para a construção de uma narrativa da história e de uma memória acerca da revolução de 1932.

Este texto, portanto, enquadra-se, no aspecto de uma pesquisa historiográfica com ênfase em práticas pedagógicas que não são as formais. Como afirmam Silva e Campos (2021, p. 3), “a força com que a dimensão palpável [de um impresso] exerceu no imaginário social de grupos da região Noroeste paulista estava atrelada a um projeto civilizatório [...]”. Na pesquisa dos autores, o projeto civilizatório do impresso em questão, um álbum ilustrado, dizia respeito à escolarização. No caso da imprensa periódica observada neste trabalho, *A Notícia*, o projeto civilizatório envolveu a identificação, o reconhecimento e defesa da mobilização e dos heróis em 32.

O Capítulo 1, intitulado *O sertão paulista e a marcha do progresso*, discute a formação da cidade, bem como a atuação da elite política na formação da municipalidade até os anos de 1930. O segundo capítulo, *A Notícia em meio ao conflito armado: uma análise do jornal* analisa as fontes como produtoras de discursos e mobilização prática para a Revolução Constitucionalista de 1932, observando assuntos frequentes. Finalmente, o terceiro capítulo, intitulado *Memória da Revolução Constitucionalista de 1932 no jornal A Notícia*, aborda a construção da memória da guerra civil, entendendo o jornal e seu diretor como peças-chave

dessa construção, abordando os anos subsequentes da Revolução, passando pelo Estado Novo até o fim da direção de Leonardo Gomes a frente d'*A Notícia*.

Capítulo 1 – O sertão paulista e a marcha para progresso

1.1. São José do Rio Preto: origem e formação

São José do Rio Preto tem sua formação originada a partir de movimentações de mineiros em busca de melhores condições de vida. A vida turbulenta, politicamente falando, pelo qual o Brasil passou entre o período Regencial (1831-1840) e meados do Segundo Reinado (1840-1889), afetariam a população de forma direta. No caso, a situação em Minas Gerais da década de 1840 fez com que grupos se dissipassem para a mata fechada, habitada por indígenas, do interior da então província de São Paulo.

Marcelo Mahl (2011) aponta fatores fundamentais para o surgimento de arraiais e desenvolvimento da região do Noroeste Paulista, antes conhecida como Alta Araraquarense. A par de fatores econômicos, pode-se elencar questões políticas e sociais que permearam a ocupação dessa região. Dessa forma, incluem-se itens como o avanço do cultivo de café no sentido oeste paulista, o declínio econômico do ouro no final do século XVIII e início do XIX e a Revolta Liberal de 1842, que ocorrera em Minas Gerais; a convulsão por busca de terras a partir da Lei de Terras de 1850, e até mesmo a Guerra do Paraguai, entre a década de 1850 e 1860. Assim, diz autor:

“ [...] muitos mineiros buscavam, nas terras longínquas e ainda inexploradas pelo governo imperial, a paz e o esconderijo tão almejado, onde poderiam dedicar-se à vida agrícola e à pecuária já praticada há muito tempo em sua terra natal. O isolamento [...] também atraiu grileiros, aventureiros, pistoleiros e foragidos da justiça [...]” (MAHL, 2011, p. 68)

Seguindo os relatos locais, quando se fala da origem do vilarejo que se tornaria a cidade de quase meio milhão de habitantes dos dias atuais³, João Bernadino de Seixas Ribeiro (1807-1907) é o nome que personifica a narrativa da fundação. Para isso, Leonardo Gomes (1898-1977), jornalista, diretor do jornal *A Notícia* e memorialista, teve papel importante no processo de compreensão dos acontecimentos contados sobre o início da cidade.

Segundo Gomes (1975), João Bernadino de Seixas e sua família teriam origem na região de Ouro Preto. Por volta dos anos de 1840, o pioneiro, já com mais de 30 anos de idade e em

³ Segundo o site da prefeitura municipal, “A população estimada para 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é de cerca de 460 mil habitantes, o décimo segundo mais populoso de São Paulo e o 52º do país”. Disponível em: <<https://www.riopreto.sp.gov.br/sobre/>>.

busca das terras de sua família – relativas às possessões de sesmarias na tal região do interior da província de São Paulo – deixou Minas Gerais e passou a habitar solo paulista. Tal percurso desembocaria na ocupação onde hoje se localiza São José do Rio Preto.

Fato é que, nem o memorialista Leonardo Gomes, com sua incansável andança entre Minas Gerais e São Paulo, à procura do histórico do fundador, registrado no livro *Gente que ajudou a fazer uma grande cidade – Rio Preto*, conseguiu desvendar exatamente a origem do personagem. Nem do pai tenente, nem do filho fundador, embora tenha realizado um grande trabalho memorialístico a partir dos relatos da filha de Seixas, Dona Avelina (GOMES, 1975, p. 1-13).

Um ponto a ser destacado na contextualização da formação populacional rio-pretense é a presença de imigrantes. O próprio João Bernadino fez um movimento migracional interno, já que oriundo de Minas Gerais. Nas palavras de Monbeig (1984, p. 133), “era o mineiro, e não o paulista, que desbrava a floresta e repelia o índio”. Porém, merece destaque também aqueles imigrantes de origem europeia. Entre meados do século XIX e início do XX, o Brasil foi marcado pela entrada em massa de pessoas vindas principalmente da Europa, como italianos, portugueses, espanhóis e poloneses, por exemplo. Zuleika Alvim (1998) explica que isso teve relação direta com a mudança econômica e consolidação do capitalismo.

Primeiramente, a Europa se tornou expulsora, já que a passagem do feudalismo para o capitalismo fez com que ocorresse a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários. Ao mesmo tempo, pequenos camponeses ou se tornavam parte da lógica de trabalho assalariado das terras da elite, ou perdiam seu pequeno terreno devido à forte concorrência estabelecida, dada a disparidade de poderes econômicos. Tal processo levou ao êxodo rural. Se por um lado criou-se mão de obra para a nascente indústria daquele momento na Europa, por outro criou-se uma massa de miseráveis, que não conseguiu se alocar, afinal não se tinha trabalho para todos.

Com o passar do tempo, a mecanização e a tecnologia se aperfeiçoavam para atender as demandas tanto do campo, quanto das cidades e indústrias, resultando em menos necessidade de mão de obra, já que as máquinas, ainda que lentamente, iam dominando espaços, antes ocupados por humanos. Sem contar o aumento populacional, que gerava cada vez mais pessoas sem ter o que comer ou no que trabalhar. Resultado: procura por lugares que abrigassem esse contingente empobrecido, que poderiam se tornarem oportunidades para a conquista do próprio espaço no campo, ou até enriquecimento. Para tentar solucionar tal situação, emigraram para a América (ALVIM, 1998, p. 219-220).

Para São José do Rio Preto, a presença imigrante é muito significativa, e como reitera Alvim (Ibid., p. 245): “[...] não se pode, portanto, imaginar para o mundo rural o desenvolvimento das suas atividades econômicas desvinculadas da noção de privado de que [os imigrantes] eram portadores.” A primeira edição d’*A Notícia* traz consigo uma coluna abordando justamente as condições de vida de italianos na região da Alta Araraquarense.

No trecho em destaque abaixo [Anexo A], o jornal fala dos representantes italianos (políticos fascistas e cônsules) que visitaram fazendas e escolas entre Rio Preto e Mirassol. Curioso é a revelação nessa primeira edição de que Mirassol tinha inclusive uma rua chamada "Mussolini", o que ilumina a tentativa de estabelecimentos de laços com os peninsulares europeus que imigraram para a Alta Araraquarense.

Em suma, o longo artigo faz referência à situação da imigração entre os dois países, de discussões que teriam ocorrido no parlamento italiano sobre a situação dos imigrantes no Brasil. Provavelmente alguma espécie de denúncia de má recepção em terras brasileiras e de difíceis

Figura 1: *A Notícia* em sua primeira edição



Fonte: *A Notícia*, São José do Rio Preto, nº 1, p. 1, 30 de novembro de 1924. Acervo: Arquivo Municipal

condições, ainda que não muito bem explicitadas. O jornal defende a política nacional, apontando que italianos teriam os mesmos direitos que brasileiros – como participação na política, por exemplo. A perspectiva é a da prosperidade dos italianos no Brasil, particularmente no estado de São Paulo.

Diz o jornal (*A NOTÍCIA*, 30 nov. 1924, p. 1): "Nesse país grande e rico, todos vivem em paz, protegidos pela mais liberal das constituições e perfeitamente confundidos e identificados com o elemento nacional". Acontece que, segundo Alvim, a situação dos imigrantes não era a ideal – longe disso.

Para a autora, havia um abismo entre o que os imigrantes imaginavam do Brasil, com o que na realidade acontecia ao chegarem por essas terras. A realidade era outra quando iam diretamente para uma fazenda cafeeicultora quase como escravos, sem perspectiva de melhoramento da vida familiar, nos casos específicos do estado de São Paulo.

Isso ocorria porque,

“[...] havia a perspectiva de encontrarem no Brasil terras abundantes, um lugar possível de fazer riqueza e fugir da pobreza de seus locais de origem. Isso se deu a partir do que os relatos dos ‘descobridores’ [da América, portanto uma narrativa criada desde o século XVI] permitia imaginar.” (ALVIM, 1998, p. 216-217).

Enquanto isso, o interesse de fazendeiros brasileiros era de receber imigrantes, o que, em linhas gerais, significava obter mão de obra assalariada em meio a expansão do café – como era o caso da região da Alta Araraquarense –, e não de atender as expectativas dos homens e mulheres vindos dos mais diversos lugares da Europa, que era de se tornarem pequenos proprietários rurais.

Apesar de diversas dificuldades, na região de Rio Preto, italianos foram numericamente significativos para a formação econômica e política da cidade. Segundo Henry Silva (2011, p. 85) “[...] os italianos contribuíram efetivamente para as principais transformações apresentadas [em especial, no estado de São Paulo] em fins do século XIX e início do XX”. Além disso, o elemento italiano em Rio Preto significou a presença desse grupo nas movimentações do poder econômico, com forte atuação local:

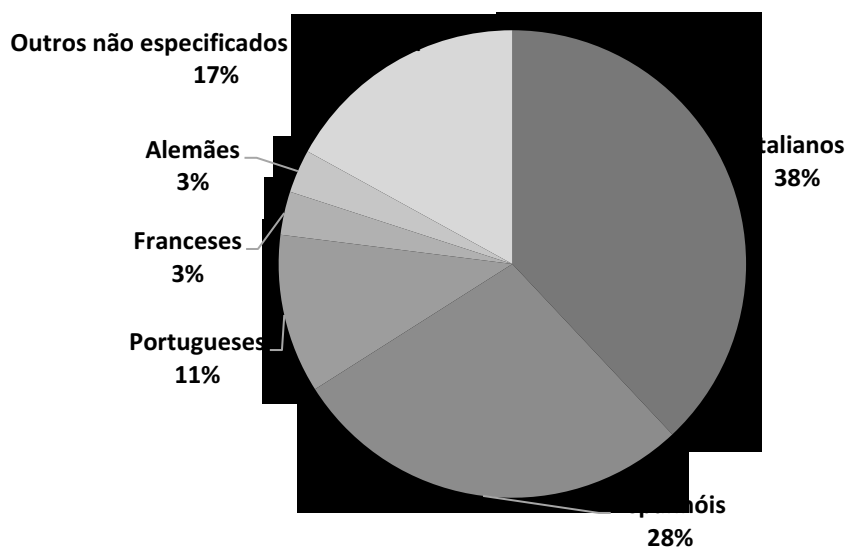
“A presença dos imigrantes nos grupos de poder econômico era refletida em sua atuação na sociedade local que passa a contar cada vez mais com a participação do elemento estrangeiro em projetos de benefício público, ou ainda como importantes membros dos mais diversos grupos de influência da época.” (Ibid., p. 99)

Silva (2011) ainda cita a criação da Casa de Caridade, que daria origem ao primeiro hospital público, em 1909; homens, como Léo Lerro, prefeito entre 1915 e 1917, naturalizado brasileiro, proveniente da Itália, fora responsável, segundo conta Leonardo Gomes, pelo início dos serviços de água e esgoto na cidade (GOMES, 1975, p. 396) – um dos primeiros passos para colocar Rio Preto na modernização desejada; ou então a criação da Associação Comercial da cidade, no ano de 1920. Enfim, com isso pode-se afirmar, que “Tais empreendimentos [...] davam aqueles elementos uma grande inserção social, fazendo com que naquele período o italiano já estivesse alcançado seu lugar na elite local” (SILVA, 2011, p. 100).

O autor não se propõe a discordar da existência da dificuldade enfrentada por imigrantes ao chegarem no Brasil. Os argumentos aventados por Alvim (1998), que mostra tais dificuldades e a dura realidade que o destino reservava para esses imigrantes, não excluem os levantamentos feitos por Silva (2011). Acontece que, em Rio Preto, houve grupos que conseguiram reverter tais dificuldades e se afirmarem entre os grandes cargos locais, entre bacharéis, comerciantes ou então engenheiros, especialmente fora do campo.

Ainda segundo Alvim, é possível constatar tais dados:

Figura 2: Imigração de europeus na América Latina



Fonte: adaptado de ALVIM, 1998, p. 220-221

Dos 50 milhões de pessoas que saíram da Europa entre 1830 e 1930, 11 milhões vieram para a América Latina. Desses 11 milhões, 33% aportaram no Brasil. Conforme o gráfico, dos que estiveram em solo brasileiro, 38% eram italianos. Não só italianos, a presença de outros importantes grupos estrangeiros, que também circulavam na região de Rio Preto, foi fundamental para a construção da cidade. 22% da população da Alta Araraquarense era estrangeira em 1920.

A presença maciça de imigrantes com a pele branca não quer dizer que a formação étnica rio-pretense tenha sido construída apenas por esses grupos. Em conformidade com a ideia levantada por Mahl – sobre a região ser uma terra distante, inexplorada pelo homem branco –

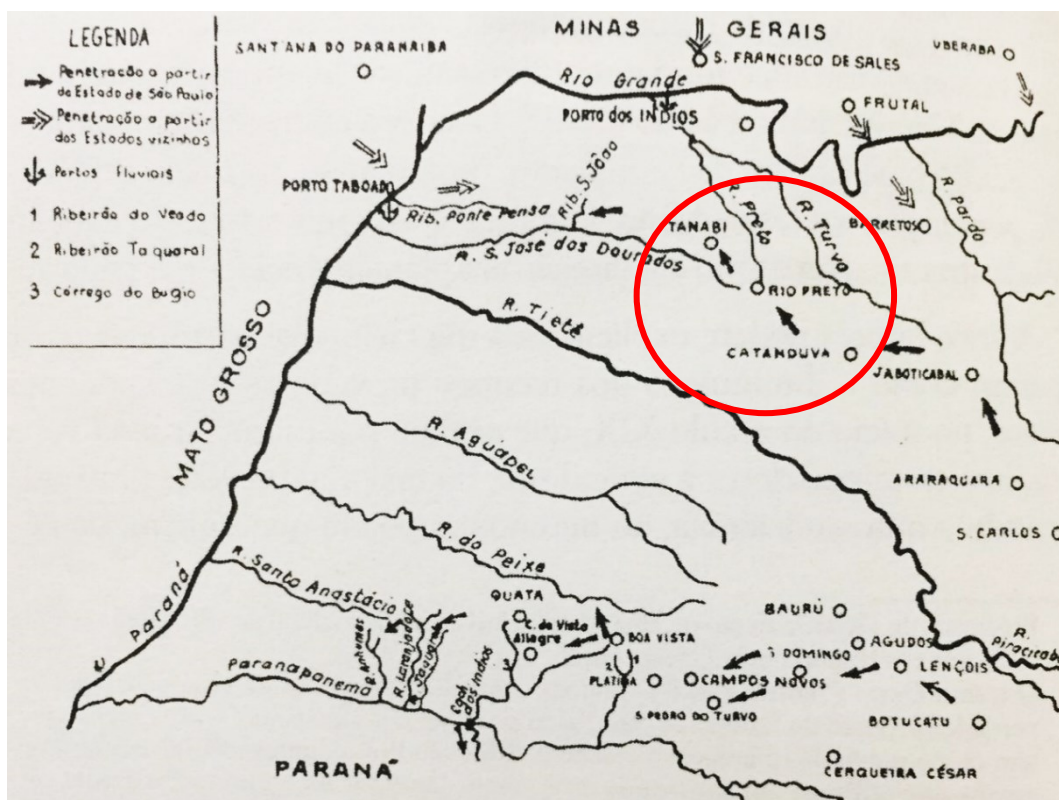
Leonardo Gomes fala sobre a presença de indígenas e animais selvagens em Rio Preto ao final do século XIX e início do XX, em desacordo ao que era então considerado civilizado:

“As palhoças custavam a desaparecer, para dar lugar a um tipo mais confortável de moradia.

[...] o desconforto, os perigos da selva, que todos sabiam infestada pelo índio, pela onça e pelo mosquito daninho e implacável, - não esmorecia o ânimo nem tirava a força para o trabalho ao nosso pioneiro [João Bernadino de Seixas Ribeiro, que ainda era vivo, falecendo apenas em 1907].

O seu grande mal [de Rio Preto] foi sempre a distância, a completa falta de comunicações normais, o afastamento absoluto da civilização – em que muitos deles já tinham vivido e exercido funções úteis e honrosas...” (GOMES, 1975, p. 70)

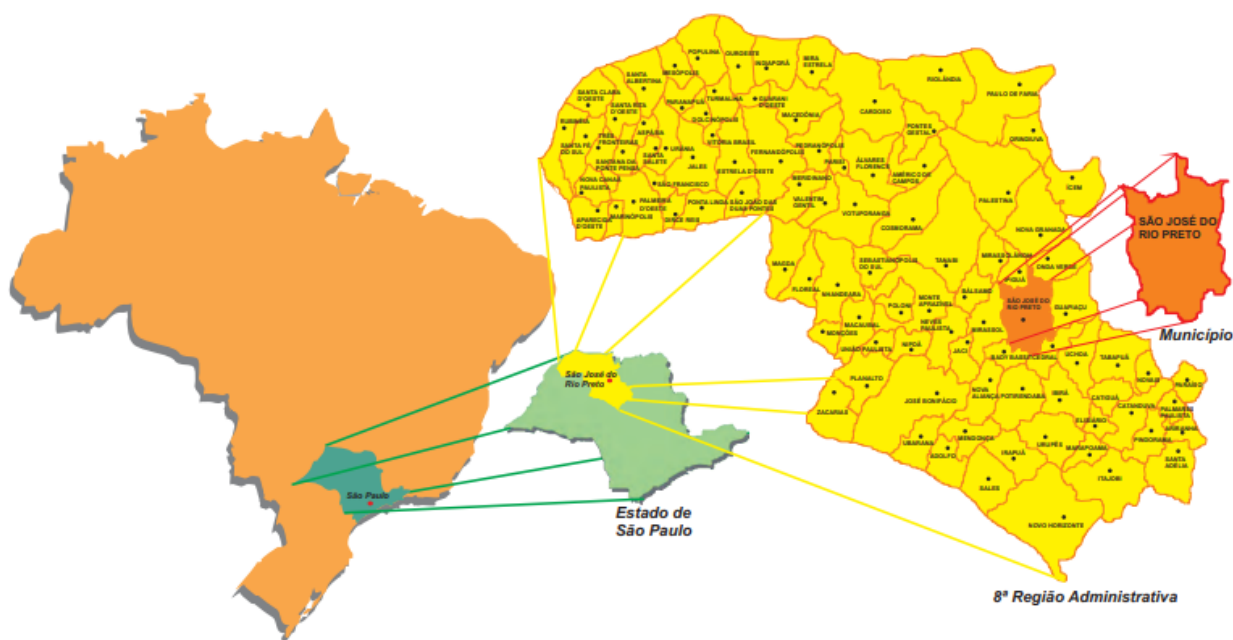
Figura 3: Mapa do interior de São Paulo produzido no final século XIX



Fonte: MONBEIG, 1984, p. 134.

As regiões que atualmente formam o espaço do noroeste e centro-oeste paulista – que compreendem o baixo do Rio Grande, o baixo do Rio Tietê, o Rio Paranapanema até o rio Paraná, abrangendo as cidades de Araçatuba, Birigui, Presidente Prudente, Mirassol, São José do Rio Preto, Votuporanga etc. – eram habitadas por índios guaranis, xavantes e caingangues. Além disso, como aponta Gomes, os chamados pioneiros (João Bernadino e sua família) tinham consigo escravos, pois quando “Deu-se a abolição, com a qual acabou concordando, [João foi]

Figura 4: Localização do município de São José do Rio Preto/SP



Fonte: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto**. São José do Rio Preto, 2020, p. 15.

um dos primeiros rio-pretenses de posição a dar liberdade aos seus escravos.” (GOMES, 1975, p. 49). Além disso, Arantes (2006), historiador da cidade, afirma que “Registros do historiador Agostinho Brandi revelam que em 1872 a vila de São José do Rio Preto tinha 2639 habitantes, dos quais 209 eram escravos, ou seja, quase 10%”. Desses, 20 eram da família do fundador, cujos 4 de seus filhos foram concebidos de sua escrava Mariana, a “Desguelada” (ARANTES, 2006, p. 9).

Zuleika Alvim evidencia como a imigração ajudou no processo de branqueamento da sociedade brasileira do período. Isso não apenas foi uma coincidência, mas um projeto político de poder, pautado sobre ideias racistas e eugênicas, ponto que será melhor desenvolvida mais à frente. A autora lembra que a ocupação branca ao longo do interior paulista esteve atrelada à posse de terra (ALVIM, 2011, p. 275). Quando se fala em imigrantes no interior do estado de São Paulo, entra em debate mais um assunto, que é a concentração fundiária. Tal tema não é objeto deste trabalho, mas é importante citá-lo.

O que chama atenção no texto de Alvim é como o avanço ao Oeste Paulista, sobre terras devolutas, foi marcado por operações bélicas que promoveram o encurralamento e extermínio

de indígenas, bem como a subalternidade de grupos de negros – considerados inferiores. Justamente por isso deveriam ajudar esses homens pioneiros que adentravam o sertão.

O auge dos confrontos foi entre os anos de 1890 e 1900. Não que os imigrantes necessariamente participassem de tais massacres, mas havia o que ela chama de “omissão”, visto que eram diretamente beneficiados a partir do momento que as terras estavam livres de possíveis ataques indígenas – já que, ou estavam mortos, ou regulados pelo Serviço de Proteção ao Índio, criado em 1911. Isso gerou, inclusive, uma valorização comercial desses espaços (ALVIM, op. cit., p. 277-283). Talvez daí a presença de diversos nomes de origem imigrante na elite da Alta Araraquarense, visto que as diversas terras locais puderam ser comercializadas para forasteiros em busca de melhores condições de vida e de enriquecimento.

Ivete Batista Almeida (1999), em *O olhar de quem faz: paulistismo sob a ótica do operariado paulista durante a revolução constitucionalista de 1932*, demonstra como Alfredo Ellis Júnior, historiador brasileiro das décadas de 1920 e 1930 e que estudou a formação do estado de São Paulo sustentava a ideia de como o estado de São Paulo se diferenciava etnicamente dos demais do país:

“Ellis Jr. [sustentava] um dos argumentos mais caros ao paulistismo: o da distinção da raça paulista em relação aos outros brasileiros que em função dos cruzamentos não formariam uma raça própria, original não só em seu genótipo, mas em sua moral. Dessa forma, afirmava que a São Paulo senhorial, latifundiária e escravista só existira a partir do início do século XIX com o café, tendo se transformado em meados do século, com a chegada dos imigrantes e com a constituição de latifúndios menores que os do nordeste” (ALMEIDA, 1999, p. 35).

Logo, a teoria de Ellis Júnior tinha um viés racial, que colocava o paulista e a história do estado um passo à frente dos demais brasileiros, em decorrência justamente do elemento imigrante, que será pretexto para discursos outros, como a liderança paulista da nação e a própria Revolução de 1932.

Dessa maneira, o desenvolvimento da região só é possível de ser interpretado a partir da perspectiva das contradições do progresso no sertão paulista. Conforme Mahl (2011, p. 82), o desenvolvimento foi à custa de “[...] violência, desequilíbrio social, duras condições de milhares de migrantes e imigrantes, o desalojamento de povos indígenas e os constrangimentos causados ao meio ambiente [...]”. Mote para pensar o racismo, teorias eugênicas e sanitaristas daquele momento, que sustentaram as ações dos desbravadores e pioneiros brancos no estado de São Paulo, de modo a reafirmar o ideário Bandeirante.

1.2. A *Notícia* e a relação entre imprensa e cidade

Quando se pensa na virada do século XIX para o XX, é importante fundamentar qual era esse Brasil: republicano com um projeto de nação liberal, ainda que esse projeto fosse adaptado à realidade brasileira. Emília Viotti da Costa, em *Da Monarquia à República* (1999), aponta para as contradições do liberalismo já nos seus primeiros passos no país. O liberalismo à brasileira foi aventado, em suma, por latifundiários escravocratas – já havendo aí uma contradição: a relação de escravidão e liberdade – a partir de seus interesses na separação da Colônia Portuguesa com a Metrópole, no início do século XIX.

A teoria liberal, originada na Europa do século XVII, foi construída em determinados contextos que diferem da visão das elites brasileiras quando seus discursos passaram a ganhar voz maior pelo país, principalmente no século XIX. O que fizeram os brasileiros foi adaptar uma ideologia para satisfazer as necessidades políticas da hora, mostrando uma capacidade de ir além da pura imitação das Revoluções Americana de 1776, ou Francesa de 1789.

Costa (1999. p.135) afirma: “Liberdade, igualdade, soberania do povo, autonomia, livre-comércio, todas essas palavras grandiloquentes, tão caras aos liberais europeus, possuíam conotações específicas no Brasil”. Além dela, a historiadora Maria Helena Capelato (1998) afirma que as ideias liberais são fruto de uma importação em território brasileiro, o que não quer dizer que tais ideias não se integrem à realidade nacional, como é o caso do conceito de “igualdade” no liberalismo:

“O liberalismo no Brasil é sem dúvida uma ideia importada, e o mesmo ocorre com qualquer outra: elas circulam, mas há sempre um nexos entre sua produção e reprodução em situações particulares, o que efetivamente define nossos prismas. Mas isso não significa descompasso, nem inadequação à realidade [dos brasileiros]” (CAPELATO, 1988, p. 16)⁴

Assim também reafirma Campos (2004), dizendo que o liberalismo “[...] vencedor, inspirado na Revolução Americana de 1776 e readaptado à realidade nacional, consagrou-se como um amálgama de autoritarismo e desigualdade, erigido sob a lei do mais forte, numa espécie de darwinismo republicano [...]” (CAMPOS, 2004, p. 25).

⁴ Capelato faz essa afirmação na “Introdução” de seu livro *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945* (1988) numa contra-argumentação a Roberto Schwarz em *As ideias fora do lugar*, que afirma que o liberalismo não encontra seu local no Brasil, de modo que seja devidamente exercido como o idealizado. (SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000. p. 9-31.)

Isso fica claro, ao olhar para as diferenças de modo e condições de vida no mesmo estado, o de São Paulo. Ao passo que a capital paulista da virada do XIX para o XX se consolidava como o baluarte da modernidade brasileira, com o advento do telefone, arranha-céus ou bondes, Rio Preto apresentava condições de vida paupérrimas.

A região da Alta Araraquarense, em especial a cidade de São José do Rio Preto, tem suas primeiras casinhas erigidas num momento de grandes transformações políticas, econômicas e sociais. O historiador Geoffrey Barraclough (s.d.), em *Introdução à História Contemporânea*, qualifica de “efeito revolucionário”, tudo aquilo que promovia as tais mudanças. Como ele mesmo diz, no mundo ocidental, tudo acontecia muito rápido e de forma muito intensa:

“Se a mudança para sempre da estrutura social da sociedade industrial foi sua primeira consequência, a segunda foi a realização, com fantástica velocidade, da integração mundial.. [...]”

No final do século XIX, a maior parte do mundo estava mais estreitamente interligada, econômica e financeiramente, do que em qualquer outra época anterior. Em termos de História mundial [...] era uma situação inteiramente nova, produto não de um lento e contínuo progresso, mas de forças subitamente libertas e com efeito revolucionário, dentro do âmbito de vida de uma curta geração.” (BARRACLOUGH, s.d. , p. 35)

O autor ainda elenca quais foram essas modificações que ocorreram. Pode-se citar as mudanças a partir da Primeira e Segunda Revoluções Industriais, que permitiram o desenvolvimento de novas tecnologias. O aperfeiçoamento do manuseio das atividades químicas, como o ferro, carvão, petróleo, ouro, borracha e o aço, por exemplo, além da eletricidade fizeram com que impulsionassem as fábricas daquele momento, bem como a expansão do modo econômico e cultural das potências europeias para continentes como América, África e Ásia. Tal fenômeno é conhecido pela historiografia como *Imperialismo*.

Além disso, essas novas práticas colaboraram para que a vida humana se prolongasse, visto que a medicina e a higiene pessoal andavam de mãos dadas ao amadurecimento da ciência. Esses foram os primeiros passos, segundo o historiador, para a concepção de vida em sociedade tal como conhecemos hoje.

Daí então, o trem e as estradas de ferro, que conectaram o mundo no século XIX e parte do XX de forma mais rápida, encurtando distâncias, consolidariam tudo aquilo que a ciência criava nessa época. Transportavam produtos, pessoas e ideias ligeiramente.

Ademais, esse mundo de mudanças ajudava a fortalecer a ideia de progresso. Segundo Paolo Rossi (2000), tal ideia não era apenas característica da modernidade do século XVIII,

mas é ela quem movia os homens desse tempo. Não é à toa que a valorização do empírico sobre o metafísico acontecia. Como explica o autor, a partir das ideias de Blaise Pascal, polímata francês do século XVII, entendia-se que:

“[...] a geometria, a aritmética, a música, a física, a medicina, a arquitetura, ‘dependem do raciocínio’ e têm por objetivo ‘a pesquisa e a descoberta por verdades ocultas’. [...] só a razão pode conhecer; aqui a mente encontra a liberdade para estender as suas capacidades ‘e suas invenções podem ser sem fim e sem interrupção.’” (ROSSI, 2000, p. 71)

Ou seja, apenas a ciência, com comprovação racional e empírica, seria capaz de conhecer verdadeiramente o mundo. O conhecimento se tornava, assim, gerador de infinitas possibilidades. Tal capacidade levaria ao melhoramento da espécie humana paulatinamente. Concebia-se o progresso como motivação de novas descobertas, aquele que permitia ao homem empurrar a “carruagem da história” sempre em frente.

Surgiam não apenas as novas tecnologias, mas teorias como o evolucionismo de Darwin, no campo da Biologia. Não obstante, os teóricos das Ciências Sociais (ou Física Social, no século XIX) começaram a se aventurar em novas ideias que objetivavam interpretar as sociedades que habitavam. Do evolucionismo para análise dos seres vivos em geral, surgiu o Darwinismo Social, nas obras de Hebert Spencer a Ernest Haeckel, para quem:

“[...] a seleção natural havia criado espécies mais aptas também entre os homens, o que explicaria não só as diferenças físicas, mas também as diferenças sociais presentes na humanidade. Hebert Spencer defendia, por exemplo, que os Estados não deveriam investir em medidas sociais, os que representavam uma agressão ao movimento de seleção natural” (MAHL, 2001, p. 68).

A partir daí, ideias como de Francis Galton (1822-1911) objetivavam melhorar a raça, promovendo a distinção entre pessoas diferentes, para que as mais aptas pudessem se sobressair e, aos poucos, que na humanidade restasse apenas a melhor linhagem. Era a eugenia, entendendo “a sociedade como um grande palco da luta entre os mais evoluídos e os menos evoluídos” (Ibid., p. 71).

Como Marcelo Mahl (2001) mostra ainda, no Brasil houve diversos pensadores que interpretavam a nação a partir de tais proposituras, como Nina Rodrigues (1862-1906), Oliveira Viana (1883-1951) e Euclides da Cunha (1866-1909). Eram médicos, advogados, sociólogos, historiadores, escritores, jornalistas, enfim, parte da intelectualidade brasileira disposta a compreender que país era esse que se constituía entre os séculos XIX e XX.

Intelectuais que, no entanto, “[...] faziam adaptações ou novas leituras [das teorias provenientes da Europa], que variavam de acordo com as posições intelectuais de cada autor” (Ibid., p.78). Falavam de raça, branqueamento, miscigenação para pensar a formação do brasileiro, no sentido político, cultural, social, daí a identificação desses sujeitos como intérpretes do Brasil.

Em Rio Preto, observamos as autoridades locais se adaptarem, como podiam, ao vórtice de modernidade/desigualdade que se alastrava pelo país. Pinheiro (2011), mostra, por exemplo, que em 1902 o “Código de Posturas”, que pretendia impor os modos adequados a serem seguidos na urbe, foi edificado como o primeiro conjunto de leis da cidade, quando desmembrada de Jaboticabal.

O que é significativo, pois estava descrito ali como o cidadão deveria agir e conviver, para que os bons e ordenados modos pudessem ser comungados. “Rio Preto era considerado ‘Boca do Sertão’, um lugar desprovido de civilidade, por isso, o Código buscava, através dos nove capítulos que o compõe, delinear a conduta desejada ao novo cidadão rio-pretense” (PINHEIRO, 2011, p. 57).

Evidente que o desejo por mudança e a prática dos homens e mulheres não necessariamente convergiam para aquilo que era esperado pela lei, embora a sua existência esclareça intencionalidades das elites locais: “Essa ordenação é de cunho pedagógico, já que dentre outros intuitos, visa ensinar o homem a se comportar na nova sociedade, que vem se constituindo em sintonia com o ideário republicano” (PINHEIRO, 2004, p. 46).

Para isso, a existência da imprensa também teve um papel basilar nos empreendimentos educacionais e comportamentais. O primeiro jornal que existiu na cidade foi *O Porvir*. Seu dono era Adolpho Guimarães Corrêa, que o fundou no mesmo ano de 1902.

Segundo Lelé Arantes (2006), Corrêa nasceu em Aiuruoca, em Minas Gerais, e formou-se em Direito no Largo São Francisco, na cidade de São Paulo. Como conta Gomes (1975), ele não era apenas o dono do primeiro jornal, era também presidente da Câmara dos Vereadores na mesma época, sucessor de poder direto do fundador da cidade, João Bernadino de Seixas, que à época já estava em idade muito avançada. Por isso, o surgimento da imprensa rio-pretense está diretamente ligado a movimentações políticas da elite local da época (GOMES, op. cit., p. 80-81). Como reforça Arantes, ele foi o político que por mais tempo administrou a cidade no

Figura 5: Capa da primeira edição do jornal *O Porvir*



Fonte: *O Porvir*, São José do Rio Preto, nº 1, p. 1, 12 de julho de 1903. Acervo: Arquivo Municipal.

século XX, sendo prefeito de 1908 a 1914, fora os diversos mandatos de vereador (ARANTES, 2001, p. 345).

A partir de tais informações é possível entender as seguintes palavras presentes na apresentação d'*O Porvir*:

“Anima-o um ideal superior, um estímulo nobre, fortalece-o a fé inquebrável do futuro, por isso desassombro das dificuldades, dá hoje o seu primeiro passo, pede o mais modesto lugar nas fileiras dos seus colegas, sintetizando todo seu programa no seguinte: pugnar com todo zelo e dedicação nos limites da Razão e do Direito pelo progresso e melhoramento desta terra tão boa, tão generosa para os que aqui vêm exercitar a sua atividade.

[...] ventos galernos não falharão conduzir-nos a esse futuro, onde, rico, prospero, grandioso, divisamos o destino deste município.” (O PORVIR, 12 de julho de 1903, p. 1, grifo nosso).

O que chama a atenção é justamente por estar estampado ali uma mistura de ideais políticos, como a ideia de progresso e o certo destino grandioso da urbe, mas também o elemento de vida pessoal do proprietário do jornal, como sua migração, quando fala da “terra

Figura 6: Adolpho Guimarães Corrêa e sua família em pose para foto



Carlos, Adolpho Filho, Maria, Ida, Amélia, Ercília e Agenor. Sentados: Adolpho e Ermelinda

Fonte: ARANTES, Lelé. *Álbum de Famílias Rio-Pretenses*. São José do Rio Preto/SP: Editora Mundial. p. 44.

tão generosa” que o recebeu; além de ressaltar a importância das leis (sua formação). Homem de seu tempo, dialogava com as ideias que estavam em voga, e que ajudava a disseminar através da imprensa. O objetivo era formar o cidadão comum – daí também o caráter pedagógico do jornal.

Foi o mesmo Adolpho Guimarães Corrêa, que trabalhou junto ao fundador e a deputados do estado de São Paulo para a autonomia administrativa e jurídica desembocando na criação da comarca da cidade. A partir daí, os interesses políticos se tornavam mais acirrados. Leonardo Gomes (1975) rememora um momento em específico que é marcante na política municipal, quando as autoridades trabalhavam para que o progresso viesse pelos trilhos – o mais rápido meio de transporte da época.

Para isso, criaram em novembro de 1904 a *Companhia de Melhoramentos de Rio Preto*, cujo objetivo era implementar ligações à cidade para facilitar o acesso, como aqueles vindos de Mato Grosso, abrindo estradas em direção ao Rio Paraná ou então aos vilarejos próximos, mas também iniciar a implantação de troles em vias férreas. Um signatário da iniciativa era o próprio dono d’*O Porvir*, Guimarães Corrêa, presidente da Câmara e que dali um tempo viria ser a ser prefeito.

O que vale aqui notar é como a imprensa se torna palco das contendas políticas, lugar no qual as autoridades angariavam espaços e apoios (ou não), para que suas ideias e posicionamentos fossem validados. A imprensa, mais uma vez, torna-se então fundamental para o desenvolvimento e a formação de sujeitos históricos, como bem lembra Raquel Discini de Campos (2004), em *A "princesa do sertão" na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos de 1920*. Nas práticas educativas, entendidas para além da educação formal e escolar, a imprensa atua como importante agente a serviço de interesses, seja ela qual for sua orientação. No caso, *O Porvir*, já se declarava como “Órgão Republicano, agrícola, comercial e noticioso”.

Tânia de Luca (2008), em *História dos, nos e por meio dos periódicos*, diz que a partir da virada do século XX, a imprensa ganhou novos espaços na sociedade brasileira, pois os

“[...] proprietários das empresas jornalísticas abandonaram os métodos artesanais e, em consonância com os interesses ditados pelo lucro, passaram a administrar racionalmente o empreendimento, atento à otimização dos recursos e à constante atualização da maquinaria e matéria tipográfica, essencial para uma atividade inserida no circuito capitalista” (LUCA, 2008, p. 133).

Um outro elemento que transformara a cidade foi a chegada da ferrovia, a Estrada de Ferra Araraquarense. O ano de 1912 foi marcado pela inauguração dos trilhos ferroviários. Tal processo se inseria, num contexto maior: o da produção e escoamento do café por todo o estado. Rio Preto foi uma das últimas regiões a receber a ferrovia. Isso reforça, portanto, a característica intrínseca de terra longínqua, de mata fechada e bem distante dos centros urbanos.

Mas era o início da mudança dos tempos. Segundo Campos (2004, p. 37), “Tal cenário original de vila incipiente foi em alguns aspectos transformado radicalmente, já que a cidade, embalada pela fumaça dos trens que despontavam nas fronteiras da região, inseriu-se no complexo movimento de desenvolvimento do interior paulista”. Curioso ver como Guimarães Corrêa fora o responsável por levar à cidade, ou ao menos tendo responsabilidade enquanto dirigente maior, os elementos caros ao chamado progresso, levantado por Barraclough, como a energia elétrica e a estrada de ferro. Mas, como lembra Lelé Arantes, ele fundou também o primeiro jornal e as primeiras linhas telefônicas (ARANTES, 2005, p. 44).

Voltando especificamente nosso olhar para *A Notícia*, destacamos que este foi o jornal de maior tempo de circulação na cidade de São José do Rio Preto, de 1924 a 1985 ininterruptamente. Dinorath do Vale (1994), memorialista da cidade, relembra passagens da vida desse periódico. Na sua obra, é interessante observar como o jornal se tornou um agente político e social na sociedade local. Ao passo que se pretendia imparcial, o jornal pôde ser objeto de comparação com outros da cidade, em sua forma de atuar. Em ex-funcionário do jornal relatou à memorialista:

“A Notícia sempre foi um jornal idealista, imparcial, com um ideal maior: Rio Preto. A força e sobrevivência de A Notícia pode ser explicada. Veja a Folha de Rio Preto [jornal rio-pretense da segunda metade da década de 1930] por exemplo: teve vida curta. O Marcelino Cavaliere [da Folha de Rio Preto] era um aventureiro em termos de jornal, interessado em fazer política. [...] Leonardo não, o Leonardo foi um lutador”. (VALLE, 1994, p. 17)

A partir desse pequeno trecho, podemos inferir como o jornal, uma vez situado num certo contexto de atuação, é passível de enfrentamentos constantes. Leonardo Gomes fora a terceira administração d’*A Notícia*, embora tivesse relações com o jornal anteriormente, quando estivera sob a direção de Manoel dos Reis Araújo, que buscou desvincular o periódico do Partido Republicano Paulista, o PRP, da época que estavam à frente do jornal Nelson da Veiga e Dario de Jesus.

Além disso, esses personagens tinham suas concepções e atividades para além do trabalho jornalístico. Como Valle aponta: as brigas com outros jornais; as opiniões emitidas nos editoriais – por exemplo uma vez que julgaram necessário manter as orquestras para sonorizar filmes nos cinemas quando esses deixavam de ser mudos (Ibid., p. 25); as posições políticas anti-getulistas de Reis Araújo quando apontava no jornal o esquecimento da cidade pelos revolucionários (Ibid., p. 27); posição similar também de Leonardo Gomes, quando das suas fugas e tortura sofrida pelas mãos das tropas outubristas da Revolução de 1930 (Ibid., p. 18); o convívio com a elite rio-pretense, quando no afamado evento de patinação em 1932, que reunia diversas pessoas na rua General Glicério, região central da cidade, debatendo a política nacional (Ibid., p. 60).

Sobre esse último aspecto em específico, Campos (2004, p. 42) discute as relações entre as elites políticas locais e o jornalismo cidadão, afirmando que: “Concebiam-se o jornalismo como palco ideal para que os ‘cérebros iluminados’ refletissem sobre os assuntos ‘palpitantes da realidade brasileira’, todos eles ligados de forma direta ou indireta à da modernização da cidade e da ‘pátria mãe’”. Enfim, situações que evidenciam como os periódicos e seus produtores são peças-chaves no entendimento de uma sociedade, uma vez que se conectam ao mesmo tempo com diversas causas e pessoas, agindo para educar e inspirar ações.

O que chama atenção ainda, já no ano de 1932, é a justaposição do ideal de progresso almejado e a vivência precária concreta partilhada, cujas autoridades e a imprensa trabalhavam para fazer a cidade estrelar entre as mais desenvolvidas, ao menos na aparência; a realidade dura que se impunha não era necessariamente retratada.

Observemos um trecho do jornal, apontando a mudança no ambiente cidadão, que teria ficado com ares modernos com o passar dos anos. Entretanto, as marcas de um passado, velho e feio ainda se faziam presentes: a degradação de uma via, que deveria estar perfeitamente pavimentada, a rua Joao Mesquita:

"Rio Preto já se vai, é verdade, arrebicando-se o seu tantinho e já se dá ares de cidade urbanizada – vá lá! – nestes últimos quatro anos a administração prefetural tem-se esforçado bastante.

Também, se não disse isso, Rio Preto ainda hoje seria um monumento de feiura, verdadeira cidade mundêo [sic], como não há muitos anos parecia, quando cada casa ameaçava ruir sobre a cabeça do audacioso indivíduo [...] ou a cada esquina era um abismo cavado pelas águas dos enxurros [...]

Hoje estamos bem longe disso. Mas perduram alguns dos velhos aspectos. Com o tempo irão desaparecer também estes.

Uns poucos deles, entretanto, não devemos esperar que o tempo lhe ponha fim. É indispensável que a prefeitura providencie, urgentemente para que não continuem a

construir, além de pontos feios no aspecto já embonitado da nossa 'urbs', sérios inconvenientes para o trânsito ou para as atividades dos munícipes urbanos. [...] não há exagero dizer que a rua João Mesquita é um grande buraco, com pontinhos de leite velho, o que torna intransitável senão com o dobro da gasolina, com o dobro dos burros na carroça ou com o dobro das juntas de bois dos carros que se encorajam a entrar por aí. A Inspetoria de Obras terá cismado com essa rua?" (A NOTÍCIA, 3 jul. 1932, p. 2)

Essa combinação é sintoma do momento, final dos anos de 1920 e início da década 1930. Campos (2004) ressalta tais disparidades:

Entretanto, [a modernidade] no Brasil, a inserção de tais novidades tecnológicas aprofundava e redimensionava uma realidade intrinsecamente ambígua. Havia chegado a vez das grandes cidade e dos grandes latifúndios, dos movimentos estéticos da vanguarda e do analfabetismo em massa, dos arranha-céus para alguns e dos casebres para outros, do movimento das máquinas e da tradição das antigas relações sociais, dos imigrantes e dos 'jecas', da aglomeração nas cidades e das regiões semidesertas nos sertões, tudo se misturando e eclodindo numa série de manifestações [...] que contribuíram para que a década de 1920 passasse a ser vista pela historiografia atual como palco de uma série de movimentos de renovação ligados não só às artes plásticas, música e literatura em geral, mas também - principalmente - a importantíssimos movimentos de (re)criação de saberes, leis e práticas voltadas para a educação, o direito, a medicina, a engenharia e outras esferas das relações sociais." (CAMPOS, 2004, p. 29)

A partir da associação do trecho da fonte e da passagem de Campos (2004), pode-se constatar que há, por parte do periódico, uma construção de narrativa. Tem por objetivo demonstrar, não apenas o afago feito ao prefeito no início do artigo – apontando para o “eforço” da administração municipal – mas também abordar questões mais amplas, como a ideia de progresso. Entendia-se a cidade com resquícios de um passado que tinha por característica a barbárie e a pobreza, mas com o passar do tempo, Rio Preto caminharia para aquilo que devidamente a ela seria reservado: a civilização e a riqueza. Para isso, agiam com as armas que tinham em mãos naquele momento, para que o passado definitivamente ficasse no passado. No caso de Gomes, fez-se uso da imprensa como forma de pressionar as autoridades e fazer com que tais ideais fossem ouvidos, lidos e assim circulassem pelo sertão paulista.

Ademais, é Robert Darnton (1990), no livro *O Beijo de Lamourette*, que diz:

“A manipulação aberta pode ter menos eficácia do que o cultivo de uma certa familiaridade amistosa durante um longo período de contato diário. Depois de mais ou menos um ano na mesma área, os repórteres tendem imperceptivelmente a adotar o ponto de vista das pessoas sobre as quais escrevem. Passam a compreender as complexidades da tarefa do prefeito, as pressões sobre os comissários de polícia e a falta de um espaço de manobra na área do bem-estar social.” (DARNTON, 1990, p. 87).

A partir das proposições do autor, podemos refletir sobre o ofício do jornalista. Pode ser que aquele que escreveu compreendesse a tarefa do prefeito, que visualizasse os problemas (a rua sem pavimento), mas antes afagou-o, uma vez que entendia a complexidade do cargo que ocupava.

No caso, em específico, o reconhecimento do “esforço” do prefeito não quer dizer defesa da autoridade municipal, mas o estabelecimento complexo de uma relação humana, entre quem critica (o jornalista) e quem é criticado (o prefeito). Quer dizer, Gomes era antes de tudo um perrepista (simpatizante do Partido Republicano Paulista – PRP), ao passo que o prefeito do momento era Eduardo Nielsen, colocado no cargo pelo PD – uma força na cidade que representava o golpe de Vargas lá em 1930, mesmo que o PD, em 1932, estivesse afastado naquele momento do governo central.

Como Valle (1994) ressaltou, Gomes não era exatamente nenhum admirador incondicional do governo que subiu ao poder a partir de 1930. Fora inclusive perseguido por isso, como relata um amigo de Gomes, getulista da elite rio-pretense, o gerente do Banco do Brasil, Sellmann Nazareth:

“Em 32 eu era getulista. [...] Com o golpe de 1930 derrubando o PRP fui penalizado por minha posição de getulista aqui. Inclusive com o Leonardo Gomes e o Manoel dos Reis Araújo. Quando as tropas de Ribeirão Preto chegaram na cidade, saíram caçando o Maneco. [...] Daí o Maneco se escondeu na minha casa, justamente onde era o quartel geral dos getulistas. [...] Levei Maneco para a Fazenda do Moisés Haddad até passar a fúria ditatorial. O Leonardo foi espancado e o levamos para a Fazenda do Capitão Faustino de Almeida onde ficou em recuperação.” (VALLE, 1994, p. 18)

Nos momentos antes do fatídico dia de 9 de julho de 1932, quando se deu início o maior conflito entre as forças paulistas e varguistas, é observado um teor de desqualificação da política empreendida pelas administrações da região, principalmente devido à dança das cadeiras promovidas pelo PD à frente das prefeituras:

“São por demais conhecidas as nossas tendências políticas, se é que na orientação que imprimimos ao nosso diário - se podem antever quaisquer tendências dessa natureza [...] Destitui-se sem a menor explicação um homem de responsabilidade e que trabalhava consciente e honestamente pelo progresso do lugar [Ibirá, cidade da região], e deu-se-lhe um substituto que é uma humilhação porque, sendo quase analfabeto e sendo democrático, terá de ser orientado pelo sr. <<coronel>> Jonas, que pode ser muito boa pessoa, mas que está muito aferrado aqueles conhecidos processos democráticos de fazer política.” (A NOTÍCIA, 3 jul. 1932, p. 8)

Vale apontar para como o periódico ironiza a palavra "democrático", associando-a ao Partido Democrático, e denunciando que os envolvidos, pertencentes ao partido, praticavam atos nada democráticos, como esse que ocorreu, e que o jornal chamou de “politicalha”. Já não era a primeira vez que isso ocorria. O prefeito da cidade a leste de Rio Preto, a vizinha Cedral, também tivera que sair do posto, quando fora chamado para São Paulo. Ele era Capitão Djalma, um militar. Da mesma forma, na mesma edição, o jornal elogiava tanto o ex-prefeito de Ibirá, como o de Cedral. O seu descontento transparece quando tais trocas afetavam a estabilidade política local, colocando incertezas ao futuro das cidades e ao tão desejado progresso.

Um outro caso é o aborrecimento, expresso no dia 5 de julho de 1932, com uma crítica ferrenha aos partidos paulistas (PRP e PD). No momento, se articulavam numa frente única contra Vargas, mas o jornal nota uma disparidade no interior, promovendo “politicagens” em meio a “intrigalhas”:

“A <<frente única>> existe, mas, de um lado embrulhada na intrigalha sem fim da política central, numa atividade inglória e em que não se sabe bem ainda hoje o que é que uns querem e outros não quererem; e de outro lado, minada no interior, pela feia politicagem municipal que recomeça as suas comédias bufas que, infelizmente, tão caro custam a uma assistência obrigatória – a dos municípes.” (A NOTÍCIA, 5 de julho de 1932, p. 8)

Para o jornal, apenas com a superação da fase provisória do governo, com a existência de uma Constituição, é que os municípios do interior poderiam prosseguir em paz. Além disso, era preciso eleições e não as trocas que ocorriam sem a participação popular.

Ditas tais palavras, no dia seguinte, o alvo seria a política da cidade de Mirassol. No texto intitulado “O povo de Mirassol quer a permanência do prefeito Brandão Júnior”, o jornal qualifica mais uma vez como "politicagem" a possível troca do então prefeito, Brandão Júnior, levantada pelo coronel Victor Candido de Souza.

Para o jornal, o prefeito Brandão Júnior é “um homem que trabalha e produz”, quem fez a cidade “remoçar” a cada dia, com obras e construções pela cidade. “Nunca Mirassol atravessou uma fase de tamanho progresso e desenvolvimento como a em que ora se encontra.” O jornal se coloca ainda como porta-voz do povo:

“[O abaixo-assinado feito pela população para permanência do prefeito] demonstra que não quer saber de politiquices que só beneficiam a alguns prestigiados <coronéis> e seus adeptos rebentos. O que o povo quer é trabalhar e produzir. E como o atual prefeito de Mirassol trabalha e produz em benefício da coletividade, o povo quer apoiá-lo e prestigiá-lo no que faz muito bem.” (A NOTÍCIA, 6 de julho de 1932, p. 3)

Para polemizar mais ainda a situação, a mesma edição trazia a informação de que o novo prefeito de Ibirá, que já havia tomado posse a mando de um coronel, chamado Jonas, mandou demitir os funcionários da prefeitura que não fossem aliados do PD. Nisso, o jornal se mostra indignado (entende-se assim através das escolhas de frase e palavras para contar tal feito). Diz: "Está assim iniciado naquele município o regime do compadresco e do filhotismo/ Pobre Brasil!". Além disso, ao falar sobre outro ato do mesmo coronel Jonas, é irônico. Teria o coronel barrado a ida de um tenente para a capital. Tal ato, segundo o jornal foi feito "do alto do seu prestígio democrático" (Ibid., p. 6).

A partir desses trechos, há a conclusão do pouco apreço pelos atos do PD, mas acima disso, o que o PD, ao fazer parte da Revolução de 1930 teria trazido aos municípios da região: a instabilidade política, que era uma dificuldade a mais para que o progresso da Alta Araraquarense ocorresse. Os anos de 1920, pré-revolucionário, representava tal progresso.

No dia 1º daquele mês de julho, a coluna "Sobre a Política Nacional", trazia o texto "As intermináveis querelas". Lendo a coluna percebe-se que há uma perspectiva de falta de esperança e sentimento de paralisação do país, devido a vida política, que era marcada pela falta de coesão das partes que estavam à frente do comando naquele momento, Getúlio Vargas (chamado de ditador) e a oposição:

"Quem vem prestando aos fatos políticos nacionais a atenção que se despertou ao rumor da revolução de há dois anos, já vem sentindo essa atenção cansada e gasta. Qualquer de nós poderia repetir com verdade a frase enjoada do general Leite de Castro: 'Já ando farto de aborrecimentos'." (A NOTÍCIA, 1º jul. 1932, p. 4).

No dia 10 de julho – data em que já tinha se iniciado o conflito armado entre os constitucionalistas e os governistas, em tom debochado, o jornal emite nota informando um convite feito pelo vice-presidente do PD local, Deoclecio Ramos para ir ao que o impresso chama de "conferência político-humorística".

Podemos perceber com isso, a clara influência do periódico na vida política da região. Segundo o texto, Ramos, "atendendo às exortações dos jornalistas daqui [de Mirassol] e de Rio Preto, explicará ao público a ação política da coligação mirassolense no caso da Prefeitura [sobre a saída de Brandão Júnior]." (A NOTÍCIA, 10 jul. 1932, p. 4).

No mesmo dia trazia um texto intitulado "Uma carta enviada de Mirassol a Rio Preto, postada às 16h do dia anterior, só chegaria ali à noite do dia corrente", onde há uma crítica aos

serviços postais da localidade. Entretanto, há também ali uma crítica política mais ampla, de descrédito à Revolução outubrista de 1930 (Ibid., p. 3): "E ainda há criaturas inocentinhas que acreditam que a revolução endireitou o que andava torto!" . Mais uma vez, pode-se perceber a oposição entre o desejado progresso e a realidade

O jornal, ou seja, o redator, que era o próprio Leonardo Gomes, demonstrava ali que a política varguista e a organização estadual tal como andavam não poderiam gerar frutos. A perspectiva liberal erigida ao longo das duas primeiras décadas do século XX ia se quebrando para esses homens alinhados com tal ideologia, a partir da chegada ao poder de Getúlio Vargas, com o apoio na época do Partido Democrático.

O progresso desejado ia se perdendo de vista, embora o jornal tentasse reafirmar a cidade como local propício para isso. Em suas páginas, ainda dia 10 de julho, anunciavam dois grandes marcos, que foram a chegada de dois empreendimentos: na capa, a ampliação do hotel Terminus, orgulho da cidade, pois seria o maior hotel do interior, que passaria a ter três andares; e um outro prédio que se construiria na rua Bernadino de Campos, também com três andares, verdadeiros arranha-céus, sinônimo de progresso.

Mais uma vez a contradição daquilo que era adiantado e atrasado estampavam o jornal. Pois, ao mesmo tempo que se noticiavam novos prédios e benfeitorias da prefeitura, como aberturas de novas ruas, e melhoramentos em estradas, a cidade de Monte Aprazível sofria com a malária. No artigo, também no dia 10, na página 2, a informação de que havia a presença de uma equipe para tratar os focos da doença, não poderia deixar de ser local para exposição da visão em relação ao governo, tanto estadual quanto federal:

“Toda gente sabe que a vasta região da Alta Araraquarense sempre esteve relegada a uma injusta desatenção por parte dos poderes públicos do Estado e da Federação. [...] Região notavelmente rica, os seus habitantes foram fazendo por aquilo que lhes era necessário e foram, pacatamente, pagando os impostos que lhes eram exigidos – sem se dar conta propriamente de que os governos tinham para com esta zona umas tantas obrigações. [...] tudo aqui tem ar de prosperidade sadia, sem que se veja quase sinal não dizemos da mão mas do dedo do <<governo>>.” (Ibid., p.2)

A informação de que havia equipes para cuidar da malária na localidade foi devidamente dita apenas depois dessas duras palavras, como que de denúncia. Essa realidade é descrita por Monbeig (1984, p. 323-324), que constata uma região com tendência ao desenvolvimento dessa moléstia, pois chuvas, que provocam cheias em terrenos planos, onde habitam mosquitos que

rodeiam os gados, aliados à característica dos rios que serpenteiam (de água lenta e até parada), formam um cenário que “os anófeles dispõem de locais propícios para botar ovos”.⁵

Desse modo, o jornal estabelecia complexas relações de poder na cidade e na região. Ao mesmo tempo que criava uma narrativa de uma região rica e próspera, precisava a todo momento reafirmar a localidade como tal, noticiando todo tipo incremento, pois a realidade também escancarava como a Alta Araraquarense era precária e pobre.

1.3. A Revolução Constitucionalista de 1932 e *A Notícia*: preliminares do conflito armado

A marca do governo federal após o golpe de 1930 foi a centralização política. As constantes trocas de prefeito observadas no interior de São Paulo é um sinal dessa forma de governo, atendendo aos interesses políticos dos revolucionários e apoiadores getulistas que tinham grande influência no momento. Boris Fausto, em *História do Brasil* (1995), lembra que o autoritarismo e centralização política foram os primeiros atos do Governo Provisório:

“Em novembro de 1930, [o governo provisório] assumiu não só o Poder Executivo como o Legislativo, ao dissolver o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais. Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos, e em seu lugar, nomeados interventores federais.” (FAUSTO, 1995, p.333)

Como já mostrado, a centralização incomodava a redação d’*A Notícia*, mas não era algo exclusivo do jornalismo do sertão. Capelato (1981) diz que “No início de 31 já era visível a decepção da oposição paulista para como a Revolução de 30.” (CAPELATO, 1981, p. 14).

Segundo a autora, ocorreu que o Partido Democrático, o PD, junto com setores médio urbanos e trabalhadores, quando surgiu, em 1926, tinha o propósito de disputar o poder contra as oligarquias paulistas, conglomeradas no Partido Republicano Paulista, o PRP. Com a Revolução de 1930, os democráticos se uniram aos tenentistas de Vargas, mas as expectativas para a tomada de poder no estado de São Paulo foram frustradas, quando Vargas nomeou o interventor João Alberto.

⁵ Monbeig ainda descreve outras doenças que acometia os sertões, como as regiões da Alta Araraquarense, Alta Sorocabana, Noroeste, Alta Paulista, Norte do Paraná, etc. Entre a lista de doenças, incluíam-se a Febre Amarela, Leishmaniose, Ancilostomose Tracoma (MONBEIG, 1984, p. 323-335)

Dentre as ações que estarreciam os políticos estavam, por exemplo, a legalização do Partido Comunista Brasileiro e as reformas trabalhistas no estado, como aumento de salário e diminuição de horas semanais de trabalho. Destaca-se que João Alberto não era paulista, muito menos um civil – era um tenente. Romperam, assim, PD e João Alberto. Ao mesmo tempo, os democráticos se uniram aos republicanos, formando uma Frente Única (Ibid., p. 14-16).

Em São José do Rio Preto, a formação da Frente Única foi bem recebida pelos jornalistas d'*A Notícia*, como se observa nas capas das edições dos dias 16, 17 e 19 de fevereiro de 1932. Naquele momento, a união dos dois partidos seria um grande passo, em prol de todos, de uma consciência paulista que teria prevalecido para os melhores interesses políticos. Dizia o jornal:

“Cessem, pois, neste momento de amarguras e de humilhações, as rixas políticas que têm sido a inquietação de São Paulo [...] e que, todos unidos, perrepista e democráticos, tenham uma única preocupação: fazer com que o nosso Estado, o nosso grande Estado, que é a glória máxima da Nação, volte depressa para seu lugar privilegiado de líder da República Federativa Brasileira. Esqueçamos dos maus elementos da República Velha, esqueçamos da perseguição dos democráticos e cuidemos de restabelecer a autonomia de São Paulo – desmantelada pela revolução. Tudo por São Paulo, para a grandeza e o levantamento moral do Brasil.” (A NOTÍCIA, p. 1, 16 de fevereiro de 1932).

“Desapareçam pois, neste momento as bandeiras partidárias e as leis orgânicas de partidos, e se levante, imponentemente e audaz, a grande multidão dos paulistas, guiada por um único ideal – o restabelecimento da soberania de São Paulo. Isso nós temos dito várias vezes, mas não é demais repetir ainda. É preciso que os bandeirantes de todas as cores e de todos os credos se unam nesta hora difícil que São Paulo atravessa [...]” (A NOTÍCIA, p. 1, 17 de fevereiro de 1932)

“Não é bem um conagraçamento de ideias políticas o que ora se verifica entre os dois partidos [PD e PRP]. Nem isso seria possível, pois é profunda a diversidade de princípios entre ambos, – e as dissensões, as lutas, até menos leis que entre eles se vem travando há cerca de sete anos, haviam de, por força, dificultar hoje a aproximação leal, franca, dos inimigos de ontem.
O que se quer é a cooperação útil de todos, para a concretização de um desejo comum a todos os paulistas: o retorno ao regime normal.” (A NOTÍCIA, p.1, 19 de fevereiro de 1932)

Tais trechos estampados nas capas de três dias diferentes indicam um caminho lógico no discurso empreendido pelo periódico: era preciso a união das principais forças políticas paulistas naquele momento para superação da fase provisória do governo varguista. Isso não significava que as mágoas e rixas políticas entre PD e PRP deixariam de existir, pois, segundo o jornal, o que deveria acontecer era a suspensão temporária delas, para que o objetivo último

dessa aliança política fosse alcançado: retorno da autonomia paulista e o “regime normal”, quer dizer, o constitucional.

A Revolução de 1932 construiu-se a partir dos descontentamentos de um grupo paulista em relação a outro, governista. Reafirmando tal ideia, Abud (2018) diz que o governo de São Paulo, no golpe de 1930 liderado por Getúlio Vargas, é tomado por um interventor vindo de fora do estado. Isso levou o principal partido apoiador dos revolucionários no estado, o PD, ao descontentamento com o governo central. Tal situação se arrastou e atingiu o clímax no ano de 1932, com a ruptura definitiva entre PD e Vargas, o que originou a Revolução Constitucionalista, pautados pela exigência da realização de uma assembleia nacional constituinte (ABUD, 2018, p. 18-19).

A partir disso, entende-se o porquê, ao se aproximar do dia 9 de julho daquele ano, as ferrenhas críticas que constavam no jornal permaneciam direcionadas ao PD, como aquelas levantadas no subtítulo anterior, mesmo o PD tendo se aliado ao PRP numa Frente Única contra os tenentistas.

Era mais o que o PD ainda representava para os homens d'*A Notícia*, e não como o partido se posicionava naquele exato momento em relação ao projeto de nação, haja visto os efeitos políticos e práticos que ainda reverberavam naquele canto do estado, como as constantes mudanças de comando nas prefeituras, mesmo naquele apreensivo momento.

Dinorath do Valle (1994) discorreu sobre as relações que Leonardo Gomes estabelecia com a elite rio-pretense. Ao lado de toda essa discussão política, o *Rink* Paulista, local das patinações da cidade, estava estampado no jornal, seja em propagandas ou em notas sobre as grandes reuniões que ali ocorriam e avaliações de patinadores – feitas pelo próprio Leonardo Gomes.

Redator e diretor d'*A Notícia*, Gomes era convidado para ser jurado das apresentações de patinação, oportunidade para estar a par das ideias daquele grupo que o próprio jornalista estava inserido. Quer dizer, por circular entre a elite, tinha acesso a esses homens, movimentando o cenário político de forma contundente, como evidenciado nas emissões de opiniões pelo jornal, seja a respeito das trocas de prefeitos em Ibirá, Mirassol e Cedral nos meses de julho, mas também quando estava nas sessões de patinação no centro de Rio Preto, ouvindo o Manifesto aos Paulistas da Frente Única Paulista, feito por Francisco Morato entre os meses de janeiro e fevereiro, contra a chamada ditadura varguista. Assim, o jornal se constituía como palco dos mais diversos atores políticos da região.

Figura 7: Propaganda do Rink Paulista.



Fonte: A Notícia, São José do Rio Preto, nº 1830, p. 2, 19 de fevereiro de 1932. Acervo: Arquivo Municipal.

Os três trechos selecionados, falam ainda do ideário que se disseminava a partir do acirramento entre as forças estaduais e nacionais. Ao se colocarem como aqueles que precisavam se libertar das forças políticas centrais, falavam não somente em nome de si, de Rio Preto ou de São Paulo, mas em nome de toda a nação: “O ideário de 32 se completa na defesa da Liberdade, do Direito e da Lei. Restabelecer a Constituição – garantia de liberdade individual e do regime da lei – foi a bandeira do movimento.” (CAPELATO, 1981, p, 48)

Para mais, já se fazia presente (no trecho do dia 17 de fevereiro de 1932) a invocação discreta de um elemento que atravessaria todo o imaginário da Revolução Constitucionalista de 1932: o bandeirante. Como Abud (2018) mostra, o bandeirantismo foi a marca do movimento. Segunda a autora, pensar a liberdade e a reconstitucionalização do país eram pautas das classes políticas conservadoras do estado, que não chegavam às classes populares. Era preciso algo que se sobrepusesse a todos:

“A unidade dos partidos políticos não era suficiente para a chamada à luta. [...] Os valores generalizados da ideologia burguesa foram acionados [...] – Nacionalidade, Civilização, Independência, o domínio da Natureza pelo homem –

bem como valores muito caros à elite paulista: a ‘raça paulista’, as ‘tradições de São Paulo’. [...] O símbolo mais forte que essa raça encontrou foi o bandeirante – ele mesmo um produto da ‘raça’ que surgira em São Paulo, e que ao construir a Nação, conquistara as terras que deram forma ao Brasil com sua valentia, altivez e independência” (ABUD, 2018., p. 20-21).

Para Lucas Mistrello (2015), a figura do Bandeirante como grande símbolo paulista não tinha nada de original naquele momento. Esteve presente em outros:

“[...] a elite paulista desejava escapar de um rótulo que a apresentasse como enriquecida pelo café ou pela industrialização recente. Sua riqueza naquele momento deveria ser uma consequência natural de séculos de empreendedorismo paulista. Ao estudar um movimento separatista de alcance limitado em São Paulo, no final do Império, Cássia Adduci já rastreou o bandeirismo como mito naquele momento, em 1887 – “as características atribuídas a ele [o bandeirante] foram [de] possuidores de iniciativa, audácia, vigor e capacidade de conquistar, espalhando civilização” (MISTRELLO, 2015, p. 164)

Mas, o que importa aqui é entender o que significava a valorização dessa emblemática e controversa figura. Era útil naquele instante, pois “A figura do sertanista, [...] é associada à capacidade dos paulistas de serem desenvoltos [...]” (Ibid., p. 166). O bandeirante, naquela década, como indica Ivete Almeida, era o próprio paulista:

Ellis Jr. [intérpete do estado de São Paulo, em sua obra de 1933, *Troncos Paulista*] lança mão de seus dois personagens formadores: o indígena e o bandeirante. O primeiro ocupando um espaço de menor destaque apareceria somente para emprestar ao bandeirante certa realeza, uma aura de nobreza e altivez - herdada talvez dos resquícios da criação romântica do índio brasileiro. Por sua vez, o segundo, que há décadas recebera status de herói nacional, iria se tornar peça chave tanto da argumentação de Ellis Jr. sobre as qualidades do homem do planalto quanto da organização das imagens e dos discursos da propaganda constitucionalista. Neste momento, quando surge como personagem desta história de formação do povo brasileiro, o bandeirante simbolizaria o próprio paulista, suas virtudes de desbravador, somadas as dos indígenas daqui, representariam o espírito do homem paulista [...]” (ALMEIDA, op.cit, p. 34)

Uma última questão é importante destacar. A ideia de progresso, mais uma vez é mobilizada. Segundo Capelato, aqueles que eram “atrasados” e aqueles que eram “adiantados”, linguagem usada em décadas anteriores, ganha nova roupagem em 1932. Paulistas seriam os modernos, que buscavam figurar entre as grandes nações democráticas, sustentadas por leis e constituições definidas juridicamente, ao passo que o governo central, apoiado especialmente pelos estados do Norte e Nordeste, eram o símbolo do atraso. “Embasados nas teorias evolucionistas e nas doutrinas organicistas, justificavam as diferenças regionais e apontavam o caminho a ser seguido para vencer o atraso” (CAPELATO, 1981, p. 53).

O que chama também a atenção é a percepção da dificuldade de circulação da informação entre os próprios jornalistas *d'A Notícia*. De Mirassol, a cidade vizinha, as notas do correspondente demoraram mais de 24 horas para chegar à redação; as informações provindas de São Paulo, mesmo que por telefone, aconteciam de um dia para o outro, mas poderiam ter uma demora ainda maior, com os cortes de comunicação. No caso da Revolução de 1932, havia rumores de movimentações militares, é verdade, mas a primeira capa com informação certa do que ocorria entre São Paulo e Rio de Janeiro foi publicada apenas no dia 11 de julho de 1932. Portanto, embora a ideia de progresso esteja presente, o que ocorre no interior de São Paulo, mais especificamente, na região de São José do Rio Preto, tem características próprias. Ou, melhor dizendo: os tempos do progresso eram outros, se comparados a velocidade dos dias atuais.

Silva e Campos (2021, p. 3) compreendem que “[...] a força com que a dimensão palpável desse impresso [álbum ilustrado em questão por eles analisado] exerceu no imaginário social de grupos da região Noroeste paulista estava atrelada a um projeto civilizatório que aclamava a escolarização”. De maneira análoga, ao admitir que o periódico assumia um caráter

Figura 8: Capa do jornal *A Notícia*, 11 de julho de 1932.

A NOTICIA
DIÁRIO MATUTINO DA ZONA ABAHARAQUARENSE

ANNO VIII SÃO PAULO, 11 DE JULHO DE 1932 N.º 1044

São Paulo dá ao Brasil o mais bello exemplo de civismo, levantando-se, uno, fremente de amor patrio, pela constitucionalização immediata do país

Na noite de ante-hontem, que por certo terá especial relevo em nossa historia, a Força Publica e os diversos corpos da 2.ª Região Militar, aquartelados na Capital, declararam-se ao lado dos paulistas na sua grande aspiração de levar o país ao regimen da lei.

Os termos em que o sr. Pedro de Toledo levou ao conhecimento do governo federal o laudo dos acontecimentos que ora se estão desenrolando, e que visam restabelecer o país na sua vida legal

O primeiro decreto do governador Pedro de Toledo

Palavras do sr. Morato sobre o movimento

Uma proclamação do general Izidoro Dias Lopes ao povo paulista

Foi decretado feriado o dia de hoje

Edição extraordinária

Fonte: *A Notícia*, São José do Rio Preto, nº 1944, p. 1, 11 de julho de 1932. In: GOMES, Leonardo. *Gente que ajudou a fazer uma grande cidade – Rio Preto*. São Paulo: Editora Gráfica São José, p. 292.

pedagógico, o jornal se coloca como o palco civilizatório, inserido num contexto de valorização dos melhoramentos sociais (progresso).

Naquele instante, era também função do jornal iniciar o combate se armando na “trincheira espiritual”, tal como Capelato (1981, p. 32) nomeia. De certa maneira está dada aí uma maneira de educação informal. Admite-se, então, que nada está impresso por acaso, mas sim, são peças “elencadas pelo autor e decididas pelo editor” (SILVA; CAMPOS, 2021, p. 4).

Por fim, depois analisar o contexto em que o final do século XIX e início do XX ofereciam aos personagens rio-pretense; depois de buscar no jornal determinadas posições que assumiam, se colocando em debates, pode-se dizer, como afirmam Célio Losnak e Aline Pádua, que:

“Os diversos posicionamentos editoriais de A Notícia expressavam a existência de evidente atuação do jornal na política local. E essa política se constituía em referência para os proprietários direcionarem a atuação do veículo, intervindo no debate e no jogo de forças sociais. Nessa perspectiva, o periódico representava um específico segmento social e deixava na obscuridade olhares de agentes sociais dos segmentos populares [...] Na contradição entre a intenção e o discurso da autoimagem, de um lado, e a prática cotidiana inserida nos embates sociais, de outro lado, a linha de atuação de A Notícia revela um jornal sintonizado com o seu tempo e que se constituiu em importante espaço de convergência do debate político, posicionando-se, defendendo e contrapondo teses e grupos, como ocorria com diversos outros periódicos paulistas. Alinhava-se às forças conservadoras que mantinham as estruturas de poder de São Paulo no país e no interior do próprio estado.” (LOSNAK; PÁDUA, 2017, P. 52-53)

É isso o que buscaremos demonstrar no próximo capítulo, ao refletirmos sobre os processos pedagógicos em curso no jornal.

Capítulo 2 – A Notícia em meio ao conflito armado: uma análise do jornal

2.1. A educação e a imprensa não-pedagógica

Saviani (2011), na *Introdução* de seu livro “A Nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas” problematiza a educação como processo inerente ao homem. Em sua explicação, o ser humano, ao viver em um meio, domina-o de modo que se consiga a sobrevivência, o que é algo natural aos seres vivos. Entretanto, o desenvolvimento da cultura faz parte das vivências humanas e ao passo que o homem produz a cultura, ele é condicionado por ela. Nesse ínterim, desenvolve-se o que chamamos por “educação” (SAVIANI, 2011, p. 1-2).

Kruppa (2016) em seu livro “Sociologia da Educação”, fornece argumentos de como a educação se organiza em múltiplos aspectos da vida social. Segundo a autora, as pessoas passam ao longo de suas vidas por diferentes processos educacionais, e “Ao se organizarem para o trabalho [aquilo que é necessário para a existência enquanto espécie], os seres humanos criam uma série de hábitos, de comportamentos, de maneiras de agir e pensar, constituindo aquilo que chamamos de cultura” (KRUPPA, 2016, p. 26). Mas isso só acontece através de um processo educativo específico que a autora nomeia como “socialização”, que é estabelecido nas relações e ações entre um indivíduo e outro, onde se aprende e se ensina mutuamente. Tudo atravessado pela linguagem:

“É por meio da linguagem que atribuímos significados às relações que estabelecemos com o ambiente ou com os outros seres humanos. É por meio da linguagem que desenvolvemos o pensamento. É impossível nomear sem pensar. [...] Sempre, nas instituições, estão presentes grupos a quem interessa ou não a manutenção das instituições na forma como estão. As razões da manutenção ou da mudança das instituições são, portanto, sociais e históricas, devendo ser analisadas nessas dimensões” (Ibid., p. 29-30).

Dessa maneira, neste trabalho a educação é concebida para além daquilo que se encontra tradicionalmente em sala de aula ou em ambientes escolares. A educação, ao se estabelecer em diversos aspectos da vida social humana, permite que a pesquisa educacional se apresente inclusive por meio da imprensa não-pedagógica. Como salienta Pasquim e Toledo (2014):

“Educação e imprensa, dois elementos aparentemente desvinculados, mas que se revelam como unidades estruturais que possibilitam a análise de diferentes grupos representantes de determinadas forças de poder, sejam elas expressas nas questões

políticas, religiosas ou educacionais. Nesse sentido, não se pode pensar em educação sem antes considerar sua ação como um processo de ‘não-neutralidade’, ou seja, toda e qualquer atitude educativa institucionalizada ou não, possui uma intencionalidade, e de certo modo responde indiretamente ao seguinte questionamento: Que tipo de homem pretende-se formar? O homem é um ser social e, são consideradas as condições materiais em que vive, que se encontram as bases para suas relações tanto material quanto cultural.” (PASQUIM; TOLEDO, 2014, p. 265)

Levando em conta tais considerações, conseguimos dimensionar o papel da imprensa no contexto educacional e para a pesquisa histórico-educacional. A imprensa, enquanto representante de setores da sociedade, como aventado no capítulo anterior, consegue mediar um processo de socialização entre habitantes de uma região, nação ou entre países. A educação – ao ser caracterizada como inerente ao homem (que promove a cultura e é condicionado por ela), desenvolvida através do contato de um ser humano com outro e intermediada por instituições que promovem tal socialização, com interesses conscientes ou não – possibilita o entendimento da imprensa como um importante agente educacional.

2.2. Pelas bandeiras da Alta Araraquarense: o combate pelas palavras

Ao utilizar um jornal como fonte histórica, é preciso atentar para alguns aspectos teórico-metodológicos. Luca (2008) lembra que um deles é a atenção devida à materialidade do jornal: formato, disposição de colunas e tamanhos variados das fontes (letras), porque isso diz respeito à intencionalidade daquele que esteve por trás de sua confecção. Conforme a historiadora:

“É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural. Das letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas e imateriais nos vídeos dos computadores, há avanços tecnológicos, mas também práticas diversas de leituras. Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentro tudo que se dispunha do que foi escolhido e por quê.” (LUCA, 2008, p. 132)

Ao analisar o *A Notícia*, percebe-se que era um jornal compacto em relação a sua quantidade de páginas. Usualmente, era composto por 4 páginas, ou seja, uma capa, duas páginas que formavam seu miolo e uma quarta página de contracapa. O topo da capa trazia seu nome e o mote de “O jornal matutino da Alta Araraquarense”, seguidos abaixo de uma linha com a grafia em algarismos romanos indicando o ano de sua circulação (no caso de 1932, era o ano VIII), o nome dos diretores (Reis Araújo e Leonardo Gomes), local e data, endereço e

contato e, por fim, o número da edição. As propagandas eram variadas e se espalhavam por todas as páginas.

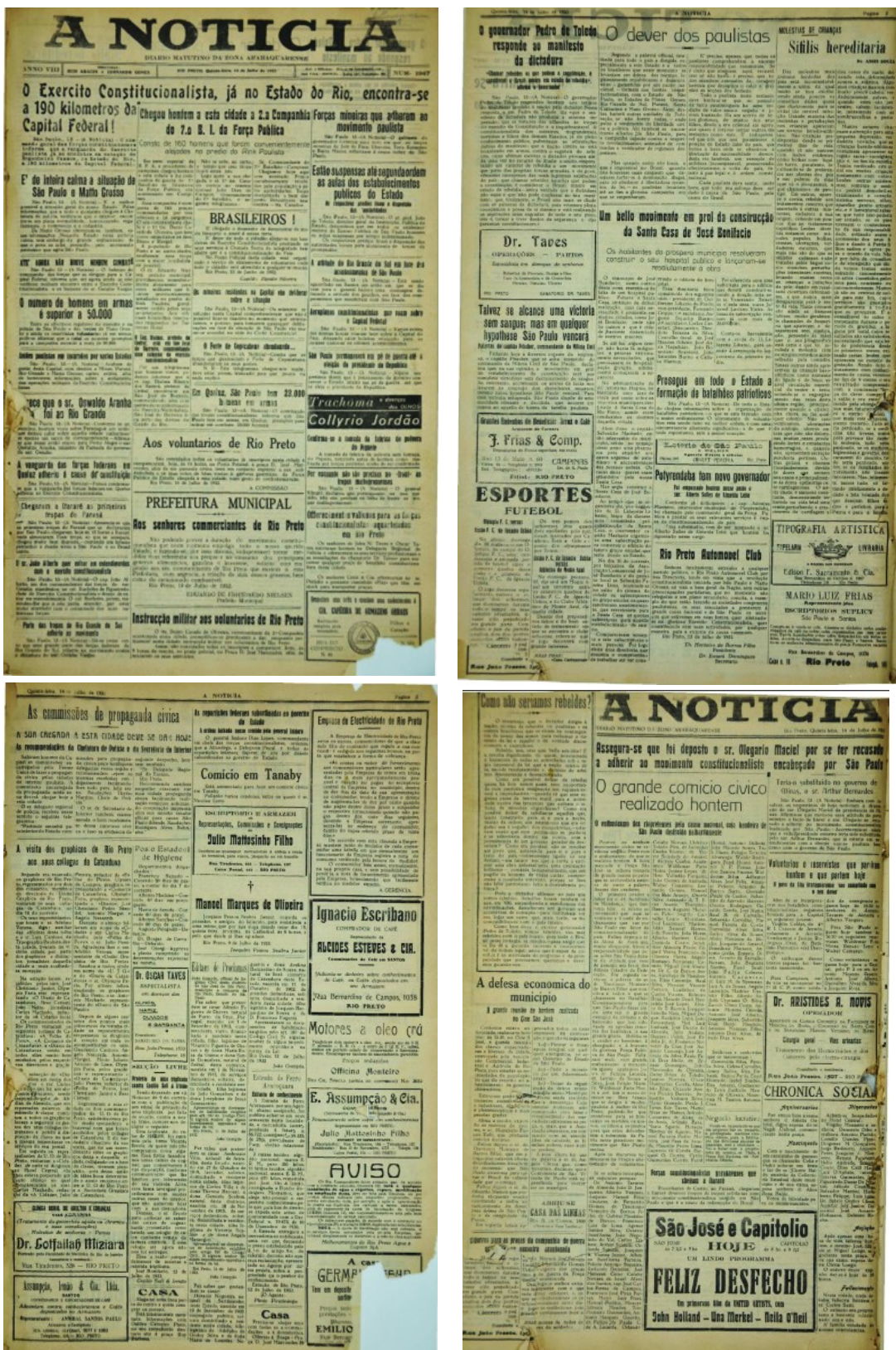
No período da Revolução de 32, é possível perceber que as páginas cumpriam funções específicas, o que se torna perceptível ao olhar as sequências das edições como um todo. Para além disso, no período que se seguiu de julho ao final de setembro daquele ano, o jornal teve praticamente assunto único, que foi a causa paulista.

Em uma vista geral, a primeira página, trazia consigo as notícias do front de batalha. É, sem dúvida, uma página importante, porque ali eram estampadas as vitórias do exército constitucionalista. Isso se repetia, transmitindo a sensação de êxito recorrente. Era como se a derrota do inimigo, o exército de Getúlio Vargas, estivesse na eminência de ocorrer. Assim, a capa do jornal adotou um discurso que se reiterava: avanço dos constitucionalistas e a provável derrota dos defensores da ditadura.

Nos primeiros dias que se seguiram ao início do conflito, *A Notícia* trazia a formação do Batalhão de Rio Preto, até sua partida para o *front*. Apesar do arquivo ter apenas metade do jornal dos dias 18 e 19 de julho, foi possível localizar a notícia da partida dos voluntários que seguiram de trem para a batalha, em direção à cidade de São Paulo. Dizia o jornal:

“Ontem, no trem especial que conduziu para São Paulo os voluntários reservistas de Rio Preto, seguiu o último pelotão da companhia de guerra da Força Pública, que aqui chegara há alguns dias sob o comando do 1º tenente Bento Casado.” (A NOTÍCIA, 19 jul. 1932, p.3)

Figura 9: Visão geral do jornal A Notícia, 14 de julho de 1932



Fonte: A Notícia, São José do Rio Preto, nº 1947, p. 2, 14 de julho de 1932. Acervo: Arquivo Municipal.

A causa paulista se incorporava não apenas nas notícias do periódico, mas era o próprio jornal propulsor para a ação, tendo um papel social explícito. No dia da partida do pelotão formado por rio-pretenses, a redação jornalística recebeu o tenente Bento Casado, o que denota uma proximidade dos produtores do jornal com as autoridades da frente constitucionalista, tal como demonstra o trecho d’*A Notícia* (19 jul. 1932, p.3): “O tenente Bento Casado que nos poucos dias que aqui demorou soube causar a melhor impressão, esteve ontem na redação desta folha”. Além disso, ao longo do jornal, era perceptível textos que almejavam o convencimento dos leitores para o apoio irrestrito à batalha.

O primeiro jornal que se encontra disponível na hemeroteca do Arquivo Público Municipal de Rio Preto com informações já claras sobre a Revolução Constitucionalista data de 14 de julho – há um hiato na documentação entre os dias 11 e 13 daquele mês. Conclama:

“BRASILEIROS!

É chegado o momento de demonstrar de modo inequívoco o amor à nossa terra.

É dever de todo o cidadão alistar-se nas bandeiras do Exército Constitucionalista prestando os seus serviços à Cruzada Santa da integridade brasileira que é a constitucionalidade do país.

No Posto Policial desta cidade está organizado o serviço de alistamento de voluntários onde todo o cidadão será atendido a qualquer momento.

Rio Preto, 13 de junho de 1932.

Capitão Elpídio Silveira” (A NOTÍCIA, 14 jul. 1932, p. 1)

Já na página seguinte, localizado nas colunas centrais, o texto intitulado “O dever dos paulistas” afirmava:

“É preciso, apenas que todos os paulistas compreendam a enorme responsabilidade que assumiram. Se é certo que ninguém, aqui, recuará, isso só não basta: é preciso que todos marchem animados da coragem heroica que decuplica o valor e diviniza as ações dos homens.

Todo o paulista neste instante deve lembrar-se que, no passado da terra Piratininga, há uma tradição de valor nunca negado e jamais frustrado. Há um acervo de feitos gloriosos, de muitos dos seus filhos, desde a era colonial até agora, aos quais é forçoso juntar outros instantes como este. É indispensável que nós, que nos garantimos a posição de Estado líder do país, que fomos a terra onde se efetivou a libertação da nacionalidade – demos, desta vez também, um exemplo de ardileza incomparável, promovendo efetivamente, a volta do país inteiro à paz legal e à ordem constitucional.” (Ibid., p.2)

Assim, o dever dos paulistas nesse caso era o de defender a paz e a ordem constitucional, afinal, como sugere o artigo, o estado de São Paulo sempre teria estado à frente de lutas, a qual seria "uma tradição de valor nunca negado e jamais frustrado" como estado líder e espaço de grandes feitos, como a própria Independência. Tal discurso, quando associado ao jornal como

um todo, imprime ares de confiança, entusiasmo e certeza da vitória dos constitucionalistas diante dos inimigos do governo central.

A primeira página daquele dia trazia diversas notas sobre o andamento da movimentação das tropas. Apontava para a reunião de forças que segundo o jornal vinha ocorrendo, como a adesão de mineiros, de paranaenses, bem como as tropas do interior de SP. Além disso, havia informação de que tenentes chegavam de Campinas para instrução de voluntários locais.

Na segunda página, noticiava-se que o aclamado governador, Pedro de Toledo, apontava para uma união de todos em prol "das adesões às tropas do exército da Constituição e a inquebrável fé constitucionalista dos mineiros, rio-grandenses, nortistas e filhos dos demais estados [que se acreditava que se juntariam aos paulistas]." Dizia ainda: "O Brasil não mais se ilude com as palavras da ditadura, pois retomou plena consciência e posse de si mesmo e está realizando as aspirações mais sagradas de todo o seu povo, isto é, tornar a viver dentro da segurança e das garantias constitucionais." (Ibid., p. 2).

Na página terceira, noticiava-se a chegada das Comissões de Propaganda Cívica à região da Alta Araraquarense, que tinha como objetivo levar às pessoas a causa paulista. Nela, indicava o conteúdo de um telegrama recebido pelo chefe de polícia regional informado a chegada:

"Sr. Delegado Regional do Ensino,
Rio Preto.
Recomendo auxiliéis empenho caravana vai essa cidade propaganda cívica facilitando
realização comícios solicitando cooperação imprensa afim sua missão resulte eficaz
para causa São Paulo defende. Saudações Rodrigues Alves Sobrinho." (Ibid., p. 3).

Assim, é importante notar que na carta há a intenção de mobilização em torno da causa. Esta não podia ser apenas no campo de batalha físico, mas também nas palavras e nas ideias, o que inclui a propaganda. Dessa maneira, com auxílio da imprensa, a Revolução Constitucionalista conseguia angariar apoio cívico, através de uma educação para a guerra.

Ao final das edições, a última página, 4, era o local no qual textos opinativos eram comuns, porém, não apresentavam assinaturas. Isso nos leva à dedução de que era um espaço dedicado às opiniões dos próprios editores do jornal, Reis Araújo e Leonardo Gomes. Ainda na edição do dia 14 de julho, encontramos o artigo "Como não seríamos rebeldes?", o qual chamava o governo central de "arbitrário", "tirano", "gerador de desordem", com "falta de patriotismo". Era uma resposta à Vargas que em um discurso chamou os constitucionalistas de "rebeldes". A ideia do texto, ao final, era apontar a hipocrisia varguista, pois a Revolução de

1930 só teria ocorrido por um ato de rebeldia. Mas agora, para o governo do momento, a rebeldia deveria ser abafada

"Rebelde, sim, mas que bela rebeldia! [...]

É a revolta dignificante de quem, acostumado a harmonia de todas as atividades sob a regra impessoal da lei que a nação inteira dita, sacode resolutamente o domínio do arbítrio desorientado e desautorizado. [...]

Como, era possível deixar de se rebelar quem, há dois anos quase, vem suportando com patriótica resignação um regime estéril e improdutivo [...]? [...] Como era possível não se revoltar um povo que, antevendo para si e para o resto do país - intimamente ligado ao seu destino - um futuro em que a coroa a encimar uma obra colossal seria uma civilização brilhante - constata, lastimavelmente, que um pugilo de homens de vistas curtas compromete o resultado antevisto, porque se lhes não falta o patriotismo falta a clarividência política? [...]

Pode o ditador afirmar ao país que somos rebeldes. Rebeldes foram também os que, em [1]930, empunhando a auriflama das reivindicações, derrubaram um governo que acusavam de corrupto – para instituírem em seu lugar um outro, que, mais tarde, se incompatibilizaria com o país inteiro.” (Ibid., p.4)

Tal seria o tom adotado ao longo dos meses de guerra civil: oposição clara à Getúlio Vargas, defesa da causa paulista, pautados pela mobilização de voluntários e transmissão de um sentimento de confiança na vitória. Entretanto, desde o início da batalha, as forças constitucionalistas já enfrentavam dificuldades numéricas em comparação ao inimigo.

Segundo Lira Neto, mesmo que Vargas tenha, em um primeiro momento, se colocado numa posição de receio quanto ao que poderia acontecer com o seu destino e com o futuro do país, suas tropas eram maiores e mais coesas, como afirma:

A conjuntura, afinal de contas, já parecia francamente favorável ao governo. Na frente norte, o governo dispunha de cerca de 20 mil soldados legalistas, contra 10 mil rebeldes (somados os contingentes da Força Pública paulista e das guarnições federais no estado). Na frente sul, a superioridade era de 18 mil legalistas contra 8,5 mil homens do lado adversário. Afora isso, as tropas paulistas permaneciam imóveis, abdicando do efeito surpresa, enquanto os contingentes governistas já começavam a infligir perdas expressivas ao adversário. No dia 13, ocorreria aquele que é considerado o primeiro bombardeio aéreo sobre uma cidade brasileira: aviões governistas despejaram explosivos e dispararam rajadas de metralhadoras nas imediações do município de Cachoeira Paulista, episódio que levou pânico à população local e desarticulou as posições mantidas pelo 4º RI [Regimento de Infantaria] de Quitaúna.” (LIRA NETO, 2013, p. 105)

É preciso, porém, evitar um certo fatalismo, já que o final da guerra ainda estaria longe do mês de julho, embora hoje saibamos da derrota dos soldados paulistas. Mas, enquanto isso, para os paulistas era preciso conclamar o povo, mesmo com todas as adversidades que pudessem encontrar para se chegar a tão esperada vitória.

No dia 16 de julho, a convocação passava pela primeira página do jornal assumindo o espírito do bandeirantismo. O resgate desse mito tentava associar os paulistas daquele presente momento a uma descendência direta daqueles que num tempo distante teriam entrado pelo interior do território desconhecido.

"Mas todo mundo sabe que o esforço [dos bandeirantes] foi heroico e que ficou, na nossa história, sem precedentes nem continuadores - como expressão principal da raça paulista.

Essa tradição não morreu, precisa ser continuada, com a prática de atos que não desmereçam dela.

Nesta hora da vida nacional, estamos empenhados numa bandeira monstruosamente grande - feita de todos os piratininganos - para abrir novos caminhos a democracia e a república.

Que cada paulista, seja desta vez também, um outro bandeirante." (A NOTÍCIA, 16 jul. 1932, p. 1)

Criavam uma tradição, seguindo a expressão de Eric Hobsbawm, que era reafirmada naquele momento de tensão no país. Para o arregimento de voluntários para a guerra foi mobilizado um aparato ideológico que objetivava fazer com que as pessoas se sentissem atraídas por São Paulo e pelos ideais revolucionários, se colocassem à disposição de São Paulo. Segundo Hobsbawm (1997), as tradições inventadas devem ser entendidas,

"[...] como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetições, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. [...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as 'tradições inventadas' caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial." (HOBSBAWM, 1997, p. 9-10)

No caso de São Paulo e da Revolução Constitucionalista de 1932, a tradição inventada do bandeirantismo foi útil às forças políticas e militares que comandavam o exército paulista. Segundo Luis Fernando Cerri (1996),

"A paulistanidade é a ideologia produzida pela oligarquia paulista que consiste na criação de uma identidade de ordem regional, valorizando a condição de pertencente ao estado (numa operação de homogeneização, do nível das ideias de seus habitantes, e conseqüentemente excluindo outras identificações primordiais que não a regional), ao mesmo tempo que institui uma série de valores e características como próprias da condição paulista, e para sacramentar essa construção, oferece uma explicação para essa situação através do recurso à história regional, que aponta o bandeirante como ancestral, civilizador, patriarca do paulista." (CERRI, 1996, p.24)

A paulistanidade é fruto de uma história regional, mobilizada intencionalmente, que parte do mito do bandeirante. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992), mostra-nos que tal imaginário sobre ser paulista não foi inédito a esse momento da história. A autora, em *Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário*, compõe uma análise de usos desse mito ao longo de diferentes séculos.

Primeiramente, ressalta-se que o termo “bandeirante”, nem mesmo sequer existia até o início do século XIX. Embora o termo em si não existisse, foi no século XVIII que começou a associação dos sertanistas com a população paulista. Foi desses tempos que nomes como Pedro Taques e Frei Gaspar são alçados a uma condição de intérpretes, pois são eles que trataram esses ditos desbravadores associando-os a questão racial: da mistura do branco português com o indígena, o que teria tornado os paulistas, descendentes daqueles de uma raça superior (QUEIROZ, 1992, p. 80-81).

O Manifesto Republicano de 1870 e a proximidade da data de fundação do Partido Republicano Paulista – PRP, que teve papel fundamental na Revolução de 1932 – não está à parte do desenvolvimento do mito bandeirante. Em meio a esses eventos, surgia, mesmo que minoritário, um discurso pela independência da província de São Paulo, oriundo de cafeicultores descontentes com a política econômica imperial, com a ideia de se descolar de um país que seria atrasado; uma São Paulo que seria a locomotiva da nação, enquanto províncias outras que não estariam à sua altura.

O início do século seguinte, marcado pelo domínio das oligarquias paulistas na política nacional e da pujança do café, fez com que a década de 1920 trouxesse novamente o mito do bandeirantismo à baila. Paulistas, descendentes de homens fortes – os pioneiros que colocaram anteriormente São Paulo no domínio do território que formara o Brasil extenso e rico, desbravadores com espírito da iniciativa arraigado – que naquele século XX faziam com que o estado se mantivesse pujante em todos os sentidos (QUEIROZ, 1992, p. 81-83).

Os bandeirantes se tornaram um símbolo – não inédito – que cumpre um papel importante na guerra. Ao adaptar esse símbolo aos anseios das oligarquias paulistas, personificadas no PRP e PD⁶, havia a intenção de cooptar mentes, como explica Holien

⁶ Holien Bezerra, em *O jogo do poder: Revolução Paulista de 32* (1988), mostra o processo pelo qual a oligarquia paulista se subdivide em grupos diferentes, em 1926, quando surge o PD, proveniente de um racha na classe dominante estadual, em oposição ao PRP, fruto de discordâncias na condução econômica e política do estado e do país, com objetivos de “mudar para conservar” (p. 11). Isso resultou numa proximidade dessa ala renovada da classe dominante paulista aos tenentistas, que juntos promoveram o golpe de 1930. Mas, ao se ver

Gonçalves Bezerra, “fenômeno no qual uma pessoa ou um grupo de pessoas com interesses comuns tentam atrair para si outras pessoas ou grupos que vivem outras realidades e têm outros interesses.” (BEZERRA, 1988, p. 24)

Para o trabalho de apoio de civis, foi montada a chamada “Bandeira de Alistamento Militar”, associado às Comissões de Propagandas Cívicas. O bandeirantismo já se fazia presente no próprio nome da campanha de alistamento, pois esse movimento adentraria o sertão paulista, tal como os sertanistas, mas com a finalidade de falar sobre a causa paulista aos habitantes das cidades mais longevas.

Esse trabalho durou algumas semanas, e percorreu localidades da Alta Araraquarense, como Nhandeara, Vila Castilho e Fazenda Limoeiro, que segundo a versão do jornal, a partir do relato de um dos integrantes, fez com que homens ficassem “entusiasmados” – palavra sempre dita pelo jornal quando se refere ao combate – e dispostos ao combate pelo constitucionalismo (A NOTÍCIA, 18 ago. 1932, p. 4).

A chegada desses propagandistas que pretendiam cooptar homens para o combate, foi noticiada pelo periódico:

"Desde ontem que se encontram na zona da Alta Araraquarense os componentes da patriótica Bandeira de Alistamento Militar e que são os srs. Marcio Munós, Percival do Oliveira, Mário Moura, Oswaldo Azevedo, Alfredo Siqueira Reis, João Guilherme de Oliveira Costa, Ricardo Couto, Ruy Calazans, Nelson Lara Cruz e Cesarino Afonso dos Santos e os acadêmicos Arnaldo de Mello Junqueira e José Guilherme. / [...] Enormíssima a multidão que se comprimia em toda a praça. Todos os oradores foram ouvidos em completo silêncio da magnífica assistência, que aplaudiu com ardoroso entusiasmo a cada um deles. [...]" (A NOTÍCIA, 20 jul. 1932, p. 1)

Esses homens, provenientes de local não determinado pelo jornal, integrantes da bandeira do alistamento, foram recebidos pelas autoridades, como o próprio prefeito e pelo diretor d'*A Notícia*, Manoel do Reis Araújo. O prefeito da cidade se colocava numa posição de defesa do movimento paulista. Dias antes, escrevera ao jornal:

"É chegado o momento de demonstrar de modo inequívoco o amor à nossa terra. É dever de todo o cidadão alistar-se nas bandeiras do Exército Constitucionalista prestando os seus serviços à Cruzada Santa da integridade brasileira que é a constitucionalização do país. A junta de alistamento de voluntários, composta dos Srs. Drs. C. Barros Serra, Aureliano Mendonça, Alceu de Assis, e Sr. Joaquim de Arruda Campos, está funcionando no Edifício da Prefeitura, onde se encontra à disposição daqueles que se queiram alistar.

desamparados e se sentindo traídos pelo governo central, retomaram a aliança com PRP, formando a Frente Única Paulista, oficializada no início de 1932, como mostrado no capítulo anterior.

DR. EDUARDO NIELSEN
Prefeito Municipal” (A NOTÍCIA, 16 jul. 1932, p. 2)

Esses homens da bandeira do alistamento se hospedaram no *Hotel Terminus* e fizeram discursos na praça central em Rio Preto, mas também nas cidades de Inácio Uchoa e Cedral, e valorizavam a disciplina e obediência, dado o momento militarizado. A relato de suas atividades ocupou a manchete do dia 20 de julho e 3 colunas da página.

O que é interessante apontar nessa ocasião ainda, é como os elementos constitutivos da cidade se integravam ao momento. O que havia ali era a classe política local, junto ao órgão de imprensa da cidade e os elementos que se associavam ao discurso do progresso aventados no capítulo anterior, relacionando-se com a Revolução de 1932. O desenvolvimento, a grandeza dos paulistas, a pujança local se incorporava de alguma forma ao discurso pela causa paulista, o que tocava diretamente no que era ser um rio-pretense pronto para o combate. O detalhe do *Hotel Terminus*, não pode ser encarado como coincidência. Tanto os novos bandeirantes que estavam ali presentes pelo voluntariado civil, quanto o Batalhão proveniente de Campinas com seus 160 homens que, no dia 13 daquele mês, foram fazer o treinamento de rio-pretenses, estiveram nesse hotel. O *Rink Paulista*, local de encontro das elites da cidade, também serviu de alojamento (A NOTÍCIA, 14 jul. 1932, p.1).

Assim, o monumento da cidade daquela época, *Hotel Terminus*, bem como o *Rink Paulista* eram os palcos onde se encenava o “grande momento de civismo”, corroborando para o discurso da grandiosidade dos paulistas.

Na Revolução de 32, o mito bandeirante era também a mola propulsora para uma ação concreta, de promover a guerra e angariar voluntários que se identificassem com os ideais em pauta. Assim, o bandeirantismo era o elemento que unia todos no território paulista, e os colocava em diferença aos opositores de outro estado. Desse modo, Queiroz (1992) indica várias funções do bandeirantismo no momento em questão: elevar os habitantes de São Paulo

Figura 10: Capa do jornal *A Notícia*, edição do dia 20 de julho.



Fonte: A Notícia, São José do Rio Preto, nº 1952, p. 1, 20 de julho de 1932. Acervo: Arquivo Municipal.

como uma raça superior, integrar em uma coletividade regional, promover o orgulho e ser paulista acima de qualquer diferença étnica ou de classe.

2.3. Luís Américo de Freitas e Leonardo Gomes

Nelson Werneck Sodré (1999, p. 325-326) disse que “A política, apesar de constituir quase uma rotina, de raro em raro apresenta um fato importante”⁷. Parafraseando o historiador, pode-se dizer que a Revolução Constitucionalista de 1932, apesar de constituir uma rotina, de raro em raro apresentava um fato importante em meio às páginas *d’A Notícia*.

E um nome significativo da região em meio aos embates políticos era Luis Américo de Freitas (1891-1945). Naquele momento, ele era o presidente do Instituto do Café de São Paulo e esteve na cidade em apoio às forças constitucionalistas. No dia 23 de agosto, a página 4 trazia um artigo com elogios ao cidadão, que esteve à frente da organização do batalhão 9 de Julho. Dizia o jornal:

⁷ Nelson Werneck Sodré escreve isso ao discorrer sobre a “Imprensa Política”, que segundo seus estudos corresponde aos jornais das primeiras décadas do século XX, que tornaram a política tema central de suas páginas. Assim, dentre os assuntos costumeiros e ordinários, haveria alguns de mesmo tema que poderiam ganhar relevância.

Figura 11: Texto em homenagem a Luis Américo de Freitas.

O Instituto de Café e os Batalhões «9 de Julho»

A cooperação do sr. dr. Luis Américo de Freitas

Se não é hora de cogitar nem do termo desta catástrofe de acontecimentos graves que se precipitaram em nossa vida política, menos ainda seria o momento de fazer o recuento das ações dos nossos homens mais eminentes.

Demais, há da parte de todos os paulistas, de todos os brasileiros que a não se associarem imediatamente uma preocupação tão absorvente, uma actividade tão intensa, que quasi se poderia afirmar haver a revolução constitucionalista igualado a todos os trabalhos formidáveis em prol da vitória como que imperceptivelmente a acção dos nossos homens ou, pelo menos, tomando summa mente ditihi avaliar dos mercedamentos pevas e estimar as honras e louvores a ser-lhes tribuados.

Apesar disso, existem estórias pessoais tão relevantes, de resultados benéficos tão promissoras e evidentes, que não seria justo deixar de mencioná-las, mesmo agora, mesmo para elogiar o que seria inoportuno e muito desvirtuado como honrarificância — o que para os mostrar com exemplo e incentivo à emulação gloriosa de quantos querem traçar o seu caminho com toda a alma e todas as energias por São Paulo e pelo Brasil.

Dito isto, podemos lembrar a personalidade de Luis Américo de Freitas.

O homem que em boa hora a Alta Araçuaçuense deu a São Paulo para administrar o grande órgão da lavoura cafeeira, soube, na hora da guerra em favor da lei e da república de São Paulo no lugar que de direito lhe cabe, na federação nacional, desdobrar-se, dando nascimento a outro administrador não menos eficiente e poderoso que o que conhecemos na paz, — o comandante da guerra.

Do lado da atenção voltada como de costume para os grandes negócios do Instituto, o amor ao lar, a importância das transportes de café, as providências especiais acaecidas às duas vezes de normalidade, formou com solicitude de o batalhão «9 de Julho», que cresceu para regimento e já está passando em quadros de regimento para quem sabe, chegar a uma poderosa divisão de gente brava perfeitamente munida e privilegiada. Ainda lhe sobra tempo para olhar de perto e continuamente pelos soldados do Instituto. Noutra parte publicamos um telegrama em que anuncia haver passado todo um dia nas linhas de frente, donde, diga-se de passagem, por duas vezes, apenas escapou, de não voltar.

Apesar de Luis Américo de Freitas votamos, como toda a população desta zona, grande admiração, aumentada agora quando se jogam os destinos deste Estado e do país.

É possível, entretanto, que alguém estranhasse o dizermos o que aí fica, dele não de outros a quem por igual não faltem razões de aplauso e de elogio, e agora e não antes. Diríamos, em tal caso, que ele é como que de nossa casa e é muito humano que se olhe com afeto maior quem nos é mais chegado." (A NOTÍCIA, 23 ago. 1932.)

A NOTÍCIA

PAULO MATHEUS DR. ALTA ARAÇUAÇUENSE RIO PRETO, 23 DE AGOSTO DE 1932

'Casa Pratt' de Rio Preto

o La comemoração de sua instalação

Dr. M. C. Duarte preside a abertura local da Casa Pratt, inaugurada ontem e noite no centro da cidade. O Sr. Duarte, acompanhado de sua esposa e de outros convidados, fez uma breve e simpática oração de inauguração, na qual se referiu ao trabalho realizado pelo Sr. Duarte, fundador da Casa Pratt, e ao seu desejo de que esta seja um ponto de encontro para os paulistas que se estabeleceram em Rio Preto.

Reparos nas estradas do Taboado e do Porto Militar

Um contingente comandado pelo 2.º tenente Noel Pimentel

Segundo denúncia feita pelo Tenente Noel Pimentel, o contingente de reparos das estradas do Taboado e do Porto Militar, sob o comando do Sr. Pimentel, está trabalhando com grande actividade para a melhoria das estradas.

Cia. de Guerra de Ignacio Uchôa

Um telegrama do cap. Epitácio Silva

Paulo Matheus recebeu ontem um telegrama do cap. Epitácio Silva, comandante da Cia. de Guerra de Ignacio Uchôa.

O bravo comandante confirmou nos a notícia de um forte recuento havido entre soldados de uma guarda avançada da sua tropa e contingentes paulistas de M'ococa.

Os adversários foram rechazados para além da fronteira não se tendo verificado nenhuma baixa de nossa parte.

As forças inimigas que operam nessa região praticaram um acto perfeitamente análogo para elles e seculador de propósitos vandálicos. Correram os cabos condutores de energia electrica da usina, que fica em território inimigo, para o lado de M'ococa. Esta cidade está assim ha tres dias sem luz.

Hoje será feita uma ligação á usina particular de um fazendeiro ad que seja possível restabelecer o serviço normal.

Os rapazes de Rio Preto em Pinhal

Um recado do capitão Edmundo de Oliveira

A banha de guerra do sr. Edmundo de Oliveira e do Pinhal

Os rapazes de Rio Preto em Pinhal

Os rapazes de Rio Preto em Pinhal



Dr. Luis Américo de Freitas

Fonte: A Notícia, São José do Rio Preto, nº 1981, p. 4, 23 de agosto de 1932. Acervo: Arquivo Municipal.

"Ao lado da atenção voltada como de costume para os grandes negócios do Instituto [...] formou com solicitude o batalhão '9 de julho' [...]. Ainda lhe sobra tempo para olhar de perto e continuamente pelos soldados do Instituto. Noutra parte publicamos um telegrama em que anuncia haver passado todo um dia nas linhas de frente, donde diga-se de passagem, por duas vezes, apenas escapou, de não voltar.

Ao dr. Luís Américo de Freitas votamos, como toda a população desta zona, grande admiração, aumentada agora quando se jogam os destinos deste Estado e do país.

É possível, entretanto, que alguém estranhasse o dizermos o que aí fica, dele não de outros a quem por igual não faltem razões de aplauso e de elogio, e agora e não antes. Diríamos, em tal caso, que ele é como que de nossa casa e é muito humano que se olhe com afeto maior quem nos é mais chegado." (A NOTÍCIA, 23 ago. 1932, p. 4)

Era comum o jornal trazer fotografias daquele que a coluna ou a nota abordavam. Figuras emblemáticas, como dos ministros de Estado e do próprio Vargas, costumavam estampar as páginas. Porém, ao longo do movimento armado, fotografias rarearam. O texto com tom de louvor a Freitas e a figura de seu rosto denota grande relevância dada pelos editores a esse homem.

Caio Prado Júnior, em *História Econômica do Brasil*, afirma que a Crise de 1929 está em meio a uma sucessão de crises que ocorriam desde o final do século XIX. Com a quebra da bolsa de valores, o aporte de investimentos estrangeiros no país cessa, as exportações dos produtos brasileiros diminuem fortemente, principalmente o café, enquanto a moeda nacional (o réis) se desvaloriza⁸, o que torna as importações inviáveis. Mesmo com o estímulo ao consumo interno, não seria suficiente para que os estoques fossem consumidos evitando prejuízos aos produtores. Segundo o autor:

“No café se apoiava a maior parte da existência do país, e para sustentar-lhe o peso era preciso estimulá-lo. Lança-se mão para isso, em diferentes épocas e sob diferentes formas, de expedientes de amparo e valorização. O resultado foi este que desde 1925 a produção de café ultrapassa largamente as exportações. O desequilíbrio teve de ser corrigido à custa de pesados sacrifícios, em particular a destruição de volumes imensos do produto. Depois de 1932 até às vésperas da [Segunda] guerra [Mundial], incineraram-se ou se lançaram ao mar cerca de 80 milhões de sacas, quatro milhões e oitocentos mil toneladas que serviriam para alimentar o mundo, no nível atual de consumo (1969) durante dois anos. [...] Nem assim se consegue eliminar os excessos que seforam regularmente acumulando de ano para ano.” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 294)

Freitas ocupou relevante papel no cenário econômico ao estar à frente do Instituto do Café de São Paulo, que funcionava paralelamente ao Conselho Nacional do Café, de âmbito nacional. Desde 1929 até aquele momento, a crise cafeeira parecia incessante, fazendo com que o acirramento de paulistas cafeicultores e o governo central aumentasse. Segundo Abreu (2012), o governo Vargas tentava centralizar a administração do café para que os interesses estaduais não se sobrepusessem ao que seriam aos interesses nacionais, o que levou à consolidação do Departamento Nacional do Café, em substituição ao Conselho Nacional do Café – que promoveu as queimas de sacas de café que se desvalorizavam (ABREU, 2012, p. 168). Dessa maneira, Freitas se colocava como porta-voz de lavradores paulistas, delineando mais uma vez a oposição de interesses estaduais, contra uma administração federal, num contexto geral de crise econômica.

Freitas era baiano, mas desde a década de 1920 já residia na Alta Araraquarense, quando ocupou posto de presidente da Câmara da cidade de Monte Aprazível. Possuidor de lavouras de café, teve papel de articulador do Instituto nas amarrações políticas e econômicas do setor

⁸ Segundo Prado Júnior, as exportações saíram de 88.200.000 entre 1926-1930, para 38.000.000 de libras esterlinas. Ao mesmo tempo, a moeda inglesa saiu de 40.000 em 1929 e foi para 60.000 réis em 1934 (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 291-292).

que representou, com posições anti-getulistas. Não foi à toa que arregimentou um batalhão para a luta.

Essa personalidade se fazia presente no jornal antes da Revolução. No mês de fevereiro daquele ano, a Santa Casa de Rio Preto promoveria um evento organizado pela “classe conservadora” em homenagem ao ilustre cidadão (A NOTÍCIA, 7 fev. 1932, p.3). Momentos antes de 9 de julho, ele era citado como um dos responsáveis pelo “surto de progresso” que a região iria passar com o prolongamento da estrada de ferro de Araraquara (A NOTÍCIA, 5 jul. 1932, p. 1). Além disso, seria ele a confiança de que a Alta Araraquarense pudesse ser finalmente vista como uma região próspera, pois alguém daquela região estaria na capital paulista em defesa dos interesses daquela zona, tal como cobrava “João de Minas” na primeira página do jornal, com o título “Olho vivo, dr. Luiz Américo de Freitas! Olho vivo, meu caro amigo!!” (A NOTÍCIA, 7 jul. 1932, p. 1).

Assim, era uma mistura de elementos em uma única personalidade, sendo um ilustre morador da região, que carregava consigo a possibilidade do progresso, do trabalho árduo tanto na lavoura, quanto à frente do Instituto do Café, bem como seria um bravo paulista ao defender seu povo perante os desmandos da ditadura. Ia se tornando, assim, um modelo a ser seguido pelos rio-pretenses.

Outra figura de destaque foi Leonardo Gomes, que teve papel fundamental e exemplar durante o confronto. Além de representar a cidade e o próprio periódico na guerra, escreveu cartas do *front*, que tinha objetivo de detalhar os acontecimentos sob sua perspectiva. Em um telegrama datado do dia 18 de julho, direcionado ao prefeito, assinado por Tenente Casado e divulgado no jornal no dia 20 de julho, era citado o nome de Leonardo Gomes na relação da Primeira Companhia de reservistas de Rio Preto. Segundo consta, estavam no trem, passando por Araraquara, em direção ao *front*, o qual não foi especificado naquele momento.

A primeira carta de Gomes foi publicada três dias depois do telegrama. Nela falava sobre o encontro dos homens da Alta Araraquarense com os de Campinas que seguiram juntos à frente mineira. O jornalista fora enviado para uma frente de batalha na região fronteira com o sul de Minas Gerais, região de Bragança Paulista, à época Bragantina. Por coincidência, a localidade era a de Bandeirantes. E dizia:

“Escrevemos em Bandeirantes. Ora, está aqui um nome sugestivo, no momento.

De fato, quando a alma paulista vibra cheia de fé na grande vitória da lei – a qual será a grande vitória nacional –, o nome deste lugar onde ora fazemos nossa primeira carta do front mineiro, - tem o dom de tornar-se sugestivo, porque ele nos evoca o valor e

a coragem dos nossos maiores quando para engrandecer a Pátria, não vacilaram em arrostar os mais árduos sacrifícios.

[...]

Por aqui, como por todos os lugares por que passamos nos 800 quilômetros que fizemos de Rio Preto a Bandeirantes, há animalçai completa – fê absoluta na vitória da nossa grande causa.

É sincera a animação! Haveis de ver como viajam satisfeitos e quase felizes os voluntários campineiros, acondicionados em gaiolas de cargas sem o menor conforto! E ninguém se queixa! E todos marcham para o campo do dever conscientes das suas máximas responsabilidades de paulistas e de brasileiros!

[...]

A segunda [carta] há de ir amanhã [se] Deus nos ajudar nesta reportagem que iniciamos com o maior entusiasmo cívico, com a mais alta fé na vitória destes queridos moços patriotas que nos acompanham e que será a vitória da lei.

Abraços, caros paulistas.

Bandeirantes, 20 de julho de 1932.

LEONARDO GOMES

Visto

Francisco Guedes de Souza

1º Tte. Com. Do Batalhão” (A NOTÍCIA, 23 jul. 1932, p. 2)

Nessa carta, há uma preocupação, que se mantém por todo o jornal ao longo dos meses, de manter a ideia de um entusiasmo e empolgação de todos os paulistas, em especial daqueles que estão em combate. Se observado a narrativa criada pelo jornal ao longo das edições, percebe-se que uma de suas funções é manter o ânimo e as boas expectativas para com a Revolução. As informações das primeiras páginas eram, em suma, feitas em pequenas notas, como se pode observar a seguir:

“O sr. João Neves estusiasnado com as nossas forças

São Paulo, 30 - (A Notícia) - O sr. João Neves da Fontoura, que esteve em visita a forças nossas, na linha de frente Central, declarou estar entusiasnado com o extraordinário animo que encontrou.” (A NOTÍCIA, 28 jul., 1932, p.1)

“Lavra o desânimo nos ditatoriais no setor sul/ Depoimento do coronel Taborda

Segundo declara o coronel Taborda, que esteve nessa frente, é grande o desânimo que reina entre as forças do governo central, diante da violenta atuação dos constitucionistas.” (Idem, Ibidem)

“Hora a hora aumentam as dificuldades que cercam a ditadura

O ânimo de nossas tropas continua ótimo

São Paulo, 20, - (A Notícia) – Apesar dos impetuosos ataques ditatoriais dos últimos dias, que foi preciso repelir com toda a energia, o ânimo dos nossos soldados em todos os setores continua a ser ótimo, causando a melhor das impressões o seu incomparável moral.” (Idem, 20 ago., 1932, p. 1)

“Boas as nossas condições anteontem no setor de Amparo

São Paulo, 27 – (A Notícia) – O ultimo comunicado oficial de ontem noticia que as nossas posições no stor de Amparo estão perfeitamente consolidadas e que as nossas condições gerais são muito animadoras” (Idem, 28 set., 1932, p.1)

Podemos observar que as duas primeiras notas formam um contraste entre os adversários. De um lado paulistas animados, enquanto os inimigos se encontravam em desânimo. Era comum o diário passar notícias como essas, alimentando uma expectativa positiva. *A Notícia* fazia uma campanha intensa, forjando uma realidade que “procura manter elevada a moral de retaguarda e linha de frente”, nas palavras de Bezerra. Dessa maneira, na imprensa “É intensa a propaganda que martela, esclarece, orienta, anima, tornando-se, como dizem, na arma superior às carabinas. Toda a grande imprensa paulista está empenhada em informar e formar a assim chamada opinião pública” (BEZERRA, 1988, p. 49).

Tal característica, como mostra Capelato (1991), não surge naquele momento. A formação da imprensa paulista ao longo da década anterior já apontava para uma “missão pedagógica”. Os periódicos seriam locais da “elite bem pensante”, que armados de um grande saber, sendo portadores de verdade, poderiam ter a missão de educar aqueles incultos (CAPELATO, 1991, p. 55). Era nos campos de batalhas impressos que a missão se cumpria: “Em nome da verdade (que pressupõe saber e poder) os jornalistas se empenharam na conquista das consciências lançando-se numa luta tipicamente de poder” (Ibid., p. 59).⁹ Dessa maneira, dois elementos eram construídos pelos jornais para que houvesse apoio: grandeza e unanimidade.

As narrativas iam se moldando do início ao fim, seja do lado do governo central ou do lado paulista. As histórias oficiais se contradiziam. Ao passo que as primeiras alegavam um revanchismo, como uma contrarrevolução à 1930, acusando-os de separatismo, vindo de políticos mal-intencionados, os segundos narravam a Revolução de 32 como um movimento de unanimidade do povo paulista.

Lira Neto (2013, p. 117) diz que os constitucionalistas negavam as acusações de revanchismo feitas por Vargas. Para eles, “estavam investidos de uma missão muito mais nobre do que a simples desforra política. Sua luta seria de ordem moral e cívica. Guerreavam por um dever de justiça e consciência”. Segundo Cerri (1996), para que houvesse um maior número de

⁹ Tanto Holien Gonçalves Bezerra (1988), quanto Maria Helena Rolim Capelato (1991) falam sobre a intencional omissão dos jornais sobre a não unanimidade de pensamento pelo estado de São Paulo, seja na década de 1920 (em Capelato) ou durante a Revolução de 32 (em Bezerra). Isso tem a ver com um projeto político de poder que passa pelas ambições das classes dominantes do estado. Trazer para o jogo as manifestações feitas pelas classes operárias seria dar espaço a um inimigo interno, considerado inculto, com projetos de poder outros, que não apenas não privilegiariam as oligarquias, como também resultaria em sua própria destruição, já que se pode dizer que a defesa dos operários passava por anarquistas e comunistas, por exemplo. Mas nem mesmo pessoas da elite rio-pretense era unânime em favor da causa paulista, como foram os casos de Sellmann Nazareth (1901-1995), médico local e Philadelpho Manoel Gouveia Neto (1903-1966), que eram getulistas.

voluntários, era preciso criar um cenário de atração a essas mentes: Era preciso tornar a causa de São Paulo atrativa, por isso o engrandecimento do estado, que faria com que os voluntários também participassem dessa grandeza. Ideias épicas e unanimidade andavam juntas (CERRI, 1996, p. 75-76).

A mobilização, então, das ideias supostamente unânimes, ou seja, de valores morais que iam além de interesses individuais de uma oligarquia vinham a calhar: tais como constitucionalização da nação, chamada por Bezerra (1988, p. 77) de “constitucionalismo”; a grandiosidade de São Paulo pautada pela tradição na liderança da nação na economia; e historicamente na formação territorial feita pelos bandeirantes, por isso colocavam-se a favor do Brasil e não apenas de São Paulo (Ibid., p.78-81).

Uma outra carta foi divulgada no dia 14 de agosto¹⁰. Ela tinha sido direcionada aos familiares dos combatentes. E dizia:

“A essas família eu afirmo por intermédio do <Diário da Noite>, de São Paulo e da <A Notícia>, de Rio Preto, que continuamos todos bons e bem dispostos, cada vez mais e mais possuídos desse nobre espírito de Ordem e Progresso que há de fazer com que saíamos vitoriosos da campanha a que por S. Paulo, pelo Brasil, nos atiramos./ [...] / Se alguns - especialmente de Rio Preto - até têm engordado! [...]” (A NOTÍCIA, 14 ago. 1932, p. 4)

Nessas cartas, Gomes reforçava o vigor das tropas que já se encontravam em luta. Não há meios para afirmar se o jornalista exagerava nesse relato, mas a questão não é exatamente essa, e sim entender os motivos pelos quais os jornais se dedicaram continuamente à reafirmação da vitalidade e entusiasmo desses soldados. Muito se justifica porque, o que na realidade se buscava não era um debate de projeto de nação, o que tornava a revolução

“[...] esvaziada em um sentido de falta de discussão, de conteúdo programático; pelo contrário, é uma revolta que exige fé inabalável – exigem-se soldados que sejam também sacerdotes portadores da causa sagrada constitucional. Não há espaço para questionamentos ou aprofundamentos. É necessário que o povo e os engajados se sintam parte de uma grande massa homogênea e indivisível, capaz de manter a guerra civil viva.” (MISTRELLO, 2015, p. 113)

¹⁰ Embora o jornalista tenha dito que enviaria uma nova carta do front no dia 21 daquele mês de julho, não foi observada nenhuma nova publicação até o dia 14 de agosto. O que se pode supor é que, ou o correspondente não tenha conseguido enviar uma nova carta em meio às exigências da guerra, ou devido ao arquivo não possuir algumas edições do jornal, como as edições dos dias 24, 29 e 30 julho, a segunda carta pode ter se perdido junto com a supressão desses dias.

Assim, tópicos como esses levantados pelo jornal ajudavam a motivar e a dar credibilidade às ações de guerra. Porém, não há como negar um certo falseamento da realidade. Os momentos finais da Revolução são emblemáticos, quando ocorre o bombardeamento de cidades da região de Campinas. O que acontece é o relato amenizado dos acontecimentos, elevando a força dos constitucionalistas, com uma confiança nas ações das tropas do estado.

Às vésperas do bombardeio de Campinas, *A Notícia* já reproduzia uma análise do *Diário Popular* sobre ataques aéreos que ocorriam em diferentes zonas de combate feitos pelas chamadas forças ditatoriais. No dia 17, na última página, o texto intitulado “Bárbaros” falava sobre “a eficiência demonstrada das máquinas de guerra dirigidas por experimentados pilotos”, mas que eram usados em bombardeamentos que atingiria famílias e as posições constitucionalistas, deixando feridos e desalojados (A NOTÍCIA, 17 ju. 1932, p. 4).

Mas a manchete nesse dia, em contraposição ao que informava a última página, destacava que “Nossas forças atacam com vigor as derradeiras posições inimigas em nosso território, na zona Leste”. A composição dessa página mais uma vez tenta mostrar plenitude das forças estaduais, pois a manchete era acompanhada de notas favoráveis aos constitucionalistas, como “A violenta investida de nossas forças na zona de Amparo”, ou então como as posições gaúchas aderiam cada vez mais à causa constitucionalista.

O que não previam, porém, era que dali alguns dias, Borges Medeiros, líder constitucionalista no Rio Grande do Sul seria feito prisioneiro de Getúlio Vargas, amputando mais uma das vias de sublevações que poderiam obter sucesso, assim como era o caso de Artur Bernardes em Minas Gerais. A prisão desses dois nomes viera marcar a derrota paulista, que se consolidava (LIRA NETO, 2013, p. 121). Não houve nenhuma manifestação do jornal, nem uma nota sequer, sobre qualquer prisão desses líderes de outros estados.

Sobre o bombardeamento de Campinas e Guaratinguetá, o periódico (A NOTÍCIA, 20 set. 1932, p. 1) dizia em manchete: “O bombardeiro criminoso de Campinas serviu para dobrar o ardor combativo de nossos soldados. Os ditatoriais estão defendendo-se mal, no setor de Amparo, diante dos nossos ataques”. No dia seguinte, anunciava-se o bombardeio de Guaratinguetá: “A aviação da Ditadura persiste no bombardeio de cidades inermes e no assassinio de civis. Além de Campinas, ontem foi o dia também de Guaratinguetá. [...]” (A NOTÍCIA, 21 set. 1932, p.1).

O descompasso entre a realidade, de eminente derrota, era maquiado nos adjetivos de tom entusiasmado nas notícias que cercavam as manchetes, como da adesão de voluntários para o exército de São Paulo, a suposta propagação para o extremo sul do país das ideias

constitucionalistas, ou então o marasmo e tranquilidade que certas frentes de combate apresentavam.

No mesmo dia do bombardeio de Campinas, Vargas se manifestava contra os paulistas que lutavam contra seu governo, como uma forma de denúncia de ações que submetiam os seus compatriotas a uma guerra pelo revanchismo:

Figura 12: Edições do jornal A Notícia.



Fonte: A Notícia, São José do Rio Preto, nº 2005 e 2006, p. 1, 20 e 21 de setembro de 1932. Acervo: Arquivo Municipal.

No plano estadual, as irradiações buscavam, a todo custo, manter viva a chama da rebeldia. Para o público externo, tentavam desmentir a acusação oficial de que o levante se resumia a uma desforra dos velhos oligarcas cafeeiros apeados do poder pela Revolução de 30 — conforme, aliás, Getúlio acusou em um ‘Manifesto ao povo de São Paulo’, divulgado em 20 de setembro, quando a guerra já parecia perfeitamente decidida, embora a imprensa paulista ainda se recusasse a encarar a derrota como fato incontestado. No manifesto, depois de lembrar que o governo atendera de antemão as exigências dos revoltosos (lei eleitoral, data para convocação da Constituinte, interventor civil e paulista, secretariado escolhido pela Frente Única e troca no comando da Região Militar), Getúlio indagava: ‘Se todos os motivos apontados im procedem ante a realidade dos acontecimentos, como se explica a revolta de São Paulo?’ Ele próprio tratava de responder à questão, a seu modo. ‘Só uma explicação é possível: a ambição do poder, caracterizada por um movimento de revanche contra o de 1930, visando restaurar o passado.’” (LIRA NETO, 2013, P. 116)

Ao passo que a vitória das tropas getulistas se aproximava, o diário local procurava manter afastado o chamado derrotismo que poderia abalar aos soldados e a população de Rio Preto. Na capa do dia 25, quando se dizia que “Os soldados da Lei continuam demonstrando que a ação militar ditatorial é impotente para vencê-los”, a última página trazia um artigo intitulado “Boateiros e derrotistas”.

Nesse texto assinado por “Newton”, mostrava-se uma preocupação como supostos boatos de sucessivas vitórias dos inimigos poderiam atrapalhar a confiança da população nos constitucionalistas e no povo paulista:

“O pernicioso efeito moral produzido de um derrotista causa, por sua vez, tão graves prejuízos que, a compensá-los, mas bastaria o esforço de vários patriotas. Como as ervas-daninhas, lançam raízes fáceis as más impressões propagadas por esses tenazes inimigos de São Paulo e da causa constitucionalista, inimigos ocultos e mesquinhos, mal vistos pelos homens de caráter definido, repelidos pelos de alma enérgica, mas infelizmente escutados com indulgência pelos de ânimo túbio. [...] concorrem diretamente para a debilitação do patriotismo de nossos moços e indiretamente para o morticínio dos abnegados soldados constitucionalistas que, nos campos de batalha, buscam assegurar melhor vida para nós todos, os derrotistas inclusive e concorrem para atirar à orfandade de centenas de crianças e ao desamparo de muitos” (A NOTÍCIA, 25 set. 1932, p. 4).

A última edição¹¹ antes do fim da Revolução trouxe mais uma vez um discurso contra o chamado derrotismo e boateiros. Já na manchete o medo de Rio Preto sofrer diretamente as consequências de invasão territorial eram debeladas, quando afirmavam que “Não tem o menor fundamento os boatos alarmistas sob a segurança de Rio Preto e das cidades desta região. O povo deve precaver-se: as notícias de perigos são lançadas pelos derrotistas, nossos inimigos.” (A NOTÍCIA, 29 set. 1932, p.1)

A última página era uma ode à causa paulista e ao povo de Rio Preto. O jornal fazia sua pausa na circulação com verdadeira esperança de vitória e confiança nos soldados. Composta por três textos, com ideias diferentes, mas quem em um sentido amplo se completavam, *A Notícia* deixava sua mensagem final. O primeiro retomava a manchete da primeira página sobre os boatos de que Rio Preto seria tomada pelas forças ditatoriais. Mais uma vez, o jornal se

¹¹ Nas palavras do jornal (A NOTÍCIA, 29 set. 1932, p. 1), “nosso estoque desse material [papel para produção do jornal] está consideravelmente diminuindo e acabamos de verificar ser quase impossível recebermos outras quantidades dele no tempo necessário e com a regularidade indispensável”. A própria Revolução de 32 tanto defendida levou à paralisação das atividades.

punha ao trabalho de afastar qualquer possibilidade “derrotista” que pudesse pairar sobre o imaginário da população local, contra-argumentando de que

“[...] todos os pontos de acesso a esta zona estão guardados e seguros. Todas as estradas que conduzem para aqui estão vigiadas. Existe aqui em quantidade mais que suficiente armamento superior e munição em abundante. O número de voluntários que se alistaram para o levantamento de novas forças. É grande e atesta o entusiasmo que reina entre este povo pela nossa causa. Nada há que temer.” (A NOTÍCIA, 29 set. 1932, p. 4)

O segundo texto “A força invencível” se dedicava a falar não da prática de guerra, mas dos ideais e da moral que se empregava nela. O texto em questão diz respeito às motivações e à consciência dos que lutam e não sobre habilidades e táticas em campo de batalha:

“A vitória decorre necessariamente da superioridade dos elementos morais e materiais empregados na luta. Mas é importantíssimo notar que influem muito menos os elementos materiais que os de ordem moral. O combatente melhor armado, não é o que vence forçosamente; nem é o número de soldados que decide de uma pugna ou de uma guerra. Sobrepujará o seu adversário aquele dos contendores que tiver motivos superiores à luta. Dominará aquele que lutar pela justiça, pelo direito, pela defesa de ideais elevados. [...] Nós temos, portanto, que vencer. A vitória há de ser nossa e não dos nossos inimigos. [...]” (A NOTÍCIA, 29 set. 1932, p. 4)

A essência do discurso de mobilização para o combate se apresentava no texto acima. Segundo Bezerra, “Os temas que compõem o eixo temático do constitucionalista (constituição – constituinte – estado de direito [...] regime da lei, do direito e da ordem) ocupam um lugar proeminente no discurso revolucionário e não deixa dúvidas quanto ao papel primordial por eles desempenhados nas artimanhas da dominação que está sendo habilmente remontada pela burguesia paulista” (BEZERRA, 1988, p. 85). Houve ali uma tentativa de captação de mentes através do valor simbólico dessa luta, já que materialmente falando, de capacidade bélica, não seria um caminho viável devido a inferioridade dos batalhões paulistas.

Ou seja, o que se esperava, ao jogar com ideias interpretadas como superiores, a classe dominante estadual conseguia levar à ação a população como um todo, contra os inimigos, fazendo com que defendessem ideias que não necessariamente dizia respeito a todos de São Paulo, mas sim às oligarquias.

Figura 13: Última página da edição do dia 29 de setembro.

A NOTICIA
DIÁRIO MATUTINO DA ALTA AMARALJENSE — Rio Preto, 29 de Setembro de 1932

NINGUEM NOS VENCERA'

O animo do povo de Rio Preto é admirável. A decisão que mantinha, no apoio incondicional frente e sustido, prestado à causa da Constituição, prova de modo claro o seu amor à lei e ordem e à liberdade.

Rio Preto tem dado tudo, prodigamente, cerca de dois milhares de homens decididos, dinheiro, ouro, mercadorias de toda a espécie, roupas e, até, muita coisa estúpida, quasi um milhão de litros destinados aos hospitais de sangue. Monta a uma fortuna tudo quanto Rio Preto deu à guerra contra a pelasta Dictadura, sem falar nos cidadãos, cujas vidas não são insuscetíveis.

Não é só Rio Preto.

Todos os outros municípios, uns mais, outros menos, têm prestado apoio valioso ao governo que nosso povo e nosso exercito aclamaram para contrapor à ilegalidade imperante no País.

A luta já dura três meses, sem que a Dictadura haja logrado vencer-nos. E antes que o contra-ataque, seus recursos hão de acabar, quando, ao contrario, os nossos augmentam dia por dia.

O alistamento de voluntarios não parou. Está crescendo. E assim em São Paulo e em todo o interior. Ha tres dias partiu daqui envia-se contínuamente quatro contingente do mesmo valor...

E lá possível que povo como este seja abatido por homens que, nesta lucta, nos são manifestamente inferiores?

Nossos inimigos não dispõem de processos magicos para multiplicar soldados e meios materiais de guerra.

Mas nós, diz-se lá que possuímos as lampas encendidas dos cantos orientales, por cuja luz se veem os soldados apertarem de todos os cantos e os meios de resistir à onda barbaessa de nossos inimigos se multiplicam em cada hora.

E que estão em nós todas as energias do patriotismo sadio e o heroísmo de um povo que, por muito tempo e cruentamente, foi humilhado e por todos os modos e meios.

Ninguém nos poderá vencer.

Não têm nenhum fundamento os boatos alarmantes que lançaram aqui
O povo deve fechar os ouvidos ás manobras hipócritas de nossos inimigos

Ha por ahí uma quantidade incrível de noticiões que ninguém sabe de onde vêm. Ellas dizem as coisas mais diversas e disparatadas que se possam imaginar.

Hontem chegaram alguns individuos a fazer contra o boato de que a cidade de Rio Preto cairia ás 2 horas da tarde, em mãos de forças dictatoriaes...

Podemos afirmar, com segurança, ao povo sadio e patriótico de Rio Preto e das cidades desta região, que nenhum perigo existe presentemente para a segurança de população.

Em todo o territorio da Delegacia Regional de Policia, até ás margens dos grandes rios da fronteira, todas as providencias estão tomadas, não só para a defesa contra uma aggressão improvável, como para que se saiba, aqui, immediatamente, qualquer tentativa que os inimigos viessem a fazer com esse intuito dando assim tempo ao reforço das guarnições que existem em todos os pontos necessarios.

Porque é preciso que se diga: todos os pontos de acesso a esta zona estão guardados e seguros. Todas as estradas que conduzem para aqui estão vigiadas. Existe aqui em quantidade mais que sufficiente, armamento superior e munição abundante. O numero de voluntarios que se alistaram para o levantamento de novas forças, é grande e atesta o entusiasmo que reina entre este povo pela nossa causa.

Nada ha que temer.

Devemos ter medo de uma coisa só: dos inimigos escapitados que aqui ha e que querem a força de frocar o animo robusto deste povo, imobilizando-o e terrando-o a fraqueza, para conseguir que a população diminua o concurso em homens e em materiais que vem prestando à revolução, para grande mágoa e desapontamento desses individuos inqualificaveis.

Principalmente, o povo deve ter em mente isto:

As autoridades estão vigilantes, como sempre estiveram. Se houver perigo, ha meios certos de defesa efficazes e promptos.

Mas esse perigo não existe.

Não se acredite nos boatos.

A força invencível

A sorte das guerras não depende de caprichos do destino. Nem os azares que com frequencia sem intermiter podem, em absoluto, mudar intencionalmente o desfecho que a lucta deve ter.

A victoria decorre necessariamente da superioridade dos elementos moraes e materiais empregados na lucta. Mas é importantissimo notar que influem muito menos os elementos materiais que os de ordem moral.

O combatente melhor armado, não é o que vence forçosamente; nem é o numero de soldados que decide de uma pugna ou de uma guerra. Ao sepejará o seu adversario aquelle dos combatentes que tiver mais os superiores para o impellerem a lucta. De milhará o antagonista aquelle que lutar pela justiça, pelo direito, pela defesa de ideias elevadas.

A historia da humanidade está cheia de factos que attestam o que ali fica dito.

Sendo isto assim quem poderá, em boa razão, olvidar um instante da victoria de São Paulo dos constitucionalistas que se propuzeram derubar a indecorosa Dictadura?

Se do balanço dos valores materiais e instrumentos de guerra, nós e de nossos inimigos, podessemos chegar a

admittir ligeira desvantagem para nós, da comparação da energia moral, da vontade de vencer, dos impulsos de honra, do sentimento da dignidade, do amor da lei e da liberdade, feita entre nós e nossos adversarios, resultará, mais gallica e incontestavel, a superioridade dos constitucionalistas.

Não temos, portanto, que temer. A victoria ha de ser nossa e não dos nossos inimigos. Seria uma profunda injustiça que o contrario se desse, e por isso mesmo não se dará, pois que má vida dos povos os factos se passam segundo um determinismo muito mais rigoroso do que na existencia dos individuos. E causa injusta é causa iraca, condemnada ao fracasso.

Mesmo quando nos pareceres tudo perdido — e não é absolutamente o caso — tenhamos que combater ter lá em nós em nossas forças e em nosso destino. A lá não abala montanhas?

Pois que muito seria então, não abalamos as montanhas da Dictadura, que as não levantou, mas aplazamos os duras stenozas, com que ella tempestade lagubre em nossa vida de nação — por um momento obscureceu os nossos horizontes?

Acaba que se devia lembrar «Luz dos Processos» e «Luz da Caridade».

Dr. Carlos de Freitas
ADVOCADO
Diplomado pela Universidade do Rio de Janeiro (1918). Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Ordem dos Advogados Brasileiros. Nullo empenhamento do Instituto Geographico e Historico de Parna. Ex Delegado de Policia, Promotor Público e Jefe Municipal.

INVENTARIOS — DESQUITES — ANULAÇÕES DE CASAMENTOS
EXCELLENTEZ CONHECER DO HIPOTECARIOS.
FALÊNCIAS — QUESTÕES DE TÍTULOS
DIREZAS OU ACCUSACOES PERANTE O JURY DE QUALQUER COMARCA.

Rua Pará, 540 — CATANDUVA — Telephone 278
E. F. Amaraljense — Rio de S. Paulo

Dr. ARISTIDES A. NOVIS
OPERADOR
ASSISTENTE DE CLINICA CIRURGICA DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA, — CIRURGIÃO DA SANTA CASA e DO SANATORIO MANOEL VITORINO, DA BAHIA.

Cirurgia geral — Vias urinaes
Tratamento das Hemerroidas e dos Canceres pela electro-trurgia

Consultorio e residência:
Rua João Pe... RIO PRETO

Fonte: A Notícia, São José do Rio Preto, nº 1963, p. 4, 29 de setembro de 1932.

Acervo: Arquivo Municipal.

Por fim, o derradeiro texto da última edição antes da pausa de circulação que ocorreria até o fim da Revolução Constitucionalista, dava o tom sobre qual foi o intuito do trabalho desempenhado por essa imprensa local atuante. Sob o título “Ninguém nos vencerá”, que remete ao ânimo pelo qual o jornal cultivou ao longo do conflito, adotando um tom de certeza da vitória e exaltação dos habitantes de Rio Preto e região:

“Rio Preto tem dado tudo, prodigamente: bem dois milhares de homens decididos, dinheiro, ouro, mercadorias de toda a espécie, roupas e, até, num gesto estupendo, quase um milheiro de lençóis destinados aos hospitais de sangue. Monta a uma fortuna tudo quanto Rio Preto deu à guerra contra a nefasta Ditadura, sem falar nos cidadãos, cujas vidas são inapreciáveis” (A NOTÍCIA, 29 set. 1932, p. 4)

Esse trecho levanta o tema dos donativos arrecadados pelos cidadãos. Esses bens destinados à Revolução foram uma forma de fazer com que a cidade, exceto pelos voluntários, mesmo que não enfrentasse sob seu território as forças governistas, participasse de forma indireta do conflito.

A campanha do ouro, que foi anunciada no jornal pela primeira vez no dia 13 de agosto, de regra, estampava a segunda página de cada edição. Essa nova coluna chamada “Ouro para o bem de São Paulo” continha o nome e a quantidade desse metal doado, e também outros donativos, como foi observado no trecho anterior, por exemplo, panos, alimentos etc.

A ação de doar exibida nos jornais era destaque quando cidadãos ilustres a realizavam. Serviam, assim, de exemplo para os demais. No início da revolução, na edição do dia 19 de julho de 1932 anunciava-se a formação da “Comissão Central” encarregada da arrecadação dos donativos da cidade – não ainda de ouro – composta por nomes como Ernani Pires Domingues¹² e Moyses Miguel Haddad¹³ (A NOTÍCIA, 19 jul. 1932, p.3). Ao mesmo tempo, um grupo da Frente Única de Rio Preto, com Cenobelino de Barros Serra¹⁴ e Aureliano Mendonça¹⁵ perambulava pelas vilas mais distantes da cidade para angariar apoio da população local (Ibid., p.3).

O grupo social de maior influência, porque estabelecia diversas conexões políticas e econômicas localmente, esteve atrelado à Revolução não apenas pela fala, mas partia também para ação, colocando seus bens à disposição da luta armada que ocorria. Esse exemplo não necessariamente era o de estar na linha de frente do combate, mas tinha um aspecto simbólico.

¹² Ernani Pires Domingues (1889-1974) foi médico que atuou como diretor do principal hospital da cidade, a Santa Casa de Misericórdia e também foi nomeado juiz de direito. Na década de 1940 ocupou cargo de prefeito. (ARANTES, 2006. P. 140)

¹³ Moyses Miguel Haddad (1884-1955) foi de origem libanesa, foi fundador da Casa Moyses, líder do comércio atacadista e varejista em Rio Preto, bem como o precursor da expansão das redes de linhas telefônicas na cidade (ARANTES, 2005, p.45).

¹⁴ Cenobelino de Barros Serra (1890-1953), foi um médico e político que atuou na cidade, sendo vereador, deputado e prefeito por diversas vezes. Contrário à Getúlio Vargas, foi um dos líderes da campanha pela constitucionalização em Rio Preto (ARANTES, 2006 p. 112).

¹⁵ Aureliano Mendonça (1891-1953) foi advogado, professor e poeta, tomou posse como prefeito a partir da Revolução de 1930 do qual foi entusiasta, mas em 1932 teve postura anti-getulista. Posteriormente membro do Integralismo na cidade.

Aqueles que se colocavam à disposição para doar à causa constitucionalista, colocava-se ao propósito de uma causa sagrada. Por isso, por vezes, usou-se o eufemismo de “Cruzada Sagrada”. Dessa maneira, retomando vários aspectos já levantados no capítulo anterior que formara a mentalidade da elite local ao longo das décadas de 1920 e início de 1930, a causa paulista carregava consigo uma “[...] noção do ‘poder mágico’ da Constituição, sua força divina. Ela [seria] capaz de evitar que o Brasil [retornasse] à escravidão, como também [seria] um meio de restaurar a paz. [...] ela que distingue se o país se encontra na civilização ou na barbárie – é condição indissociável do progresso” (MISTRELLO, 2015, p. 96).

Só a causa paulista – a da Constitucionalização – seria capaz de evitar tantos males ao povo, ao estabelecer uma nova constituição. Mas como mostra o autor, tal debate não perpassa os aspectos políticos humanos somente, teria um aspecto divino, no qual o próprio povo paulista estaria destinado a levar tal marcha de progresso a cabo (Ibid., p. 102).

Tal destino estaria ancorado, além do mito bandeirante, naquela que seria para um colonista a formação primeira do estado de São Paulo – daqueles que em São Vicente aportaram e deram início ao povoamento branco, de origem europeia ao local do atual estado. Tal ideia já vinha nos primeiros dias da revolução, quando se dizia o texto “Pola ley y pola grey”, assinado por J. M. Vieira dos Santos:

“Quando em 1532, os colonizadores lusos que vieram na frota afonsina fundaram a vila de São Vicente – a ‘*Brasiliae cellula mater*’ –, fizeram-no em terra que seria de futuro a terra paulista. Os valentes lusíafas, nossos avós, traziam como lema, do heroico Portugal do século XV, este: ‘Pola ley y pola grey’.

Foi sob o influxo poderosos e amplo deste pensamento superior – tudo em favor da lei e em prol da raça – que os sacrifícios e riscos ingentes dos patriarcas da grei colonizadora, estabelecidos em São Vicente, puderam dar em resultado, mais tarde, este florão magnífico de nossa pátria, – o nosso Estado, bem como a nossa pátria inteira.

[...]

Passam-se precisamente quatrocentos anos. Em 1932 – ainda pela Lei e pela Pátria – os filhos da terra de São Paulo, na qual se havia plantado o primeiro estabelecimento colonial dos inteligentes portadores desse lema, levantam-se em armas para fazer respeitas o pensamento supremo nele contido.

Mera coincidência? Seja, se o preferem.

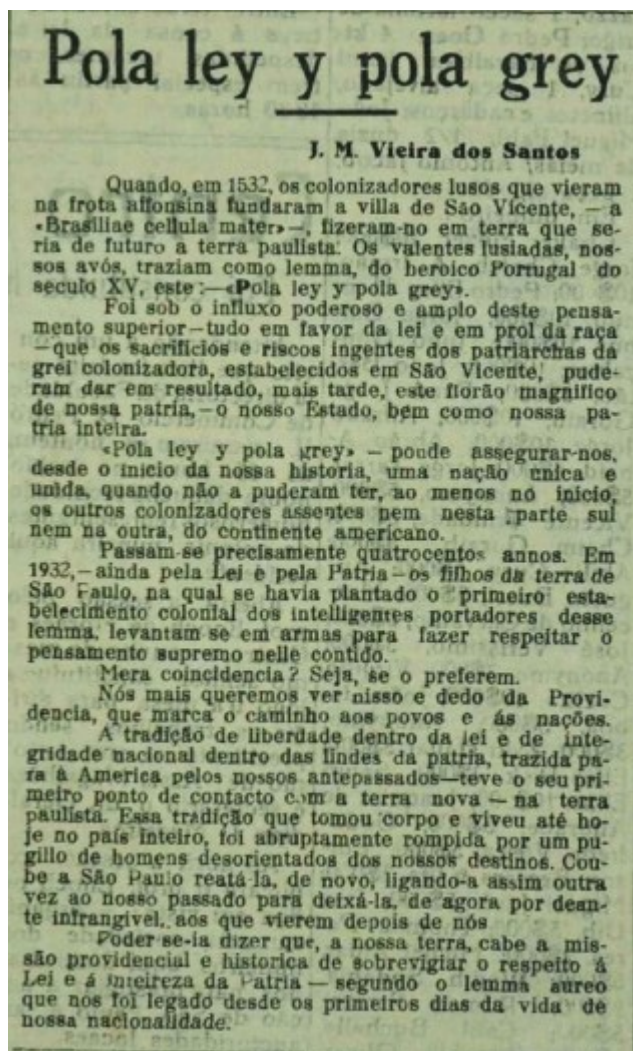
Nós mais queremos ver nisso o dedo da providência, que marca o caminho aos povos e às nações.

A tradição de liberdade dentro da lei e de integridade nacional dentro da lei e de integridade nacional dentro das lindes da pátria, trazida para a América, pelos nossos antepassadps – teve seu primeiro contato com a terra nova – na terra paulista. [...]

(A NOTÍCIA, 20 jul. 1932, p. 1)

Tal discurso – da invocação de colonizadores europeus, carregados de uma tradição de luta pela lei e pela pátria, que se estabelecia em solo paulista e motivaria o ser paulista e o ser

Figura 14: Texto intitulado "Pola ley y pola grey", de J.M. Vieira dos Santos.



Fonte: A Notícia, São José do Rio Preto, nº 1952, p. 1, 20 de julho de 1932. Acervo: Arquivo Municipal

brasileiro – dizia respeito a uma produção que já se construía anos antes por São Paulo. Antonio Celso Ferreira (2002) mostra que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), formado por membros que se consideravam herdeiros da tradição iluminista¹⁶, “[...] se auto-incubiam da tarefa de produzir e difundir o conhecimento histórico e científico, concebendo-o como uma marcha linear em direção ao progresso, segundo os princípios de alargamento da civilização branca nos trópicos.” (FERREIRA, 2002, p. 108).

¹⁶ Ferreira indica que era composto por “homens eruditos e de letras em geral, políticos e burocratas em variados níveis, famílias abastadas ou de posses medianas” (2002, p. 144).

Era comum pensar São Paulo contemporânea a partir da origem, uma vez que as pesquisas “das origens” era uma pauta comum dos estudiosos do IHGSP. Isso esteve relacionado justamente à formação de seus membros, que por serem oriundos de famílias abastadas, se ligavam aquilo que eles mesmos elegiam como grandes feitos e grandes nomes, associando ao seu grupo social grande importância para formação paulista, digno de pesquisa. Dessa maneira,

“Seja nas biografias, seja nas genealogias, buscava-se a construção de histórias incomuns [...] fazendo-as transcender os marcos da própria colonização, com base no recuo a um passado longínquo europeu. A nobilitação das personagens revela a ambição de fazer uma epopeia paulista, sustentada por indivíduos aos quais se atribuía uma força superior” (FERREIRA, 2002, p. 128).

Tal discurso regionalista, tinha uma origem pautada pelas demandas de letrados associados a famílias ou personalidades influentes¹⁷, tendo como centro formador o próprio IHGSP, ideias nas quais irradiavam pela intelectualidade, chegando até aqueles que compunha a imprensa rio-pretense, como denota a fonte.

Era por isso que, ao voltar ao último texto do jornal, antes do término do conflito, o periódico encerra de forma nada melancólica. Era preciso que a chama e a busca pela vitória permanecessem, pois se realizava naquele momento um grande feito, realizado por grandes soldados paulistas: a defesa de uma causa e de um povo descendente de grandes heróis, contra o que seria um inimigo “bárbaro” que se impunha:

“O alistamento de voluntários não parou. Está crescendo. É assim em São Paulo e em todo o interior. Há três dias partiu daqui enorme contingente. Tão poucos dias bastaram para reunirmos novamente outro contingente do mesmo vulto. [...] Nossos inimigos não possuem processos mágicos para multiplicar soldados e meios materiais de guerra. Mas nós, dis-se-ia que possuímos as lâmpadas encantadas dos contos orientais, por cuja virtude os soldados aparecem de toso os cantos e os meios de resistir à onda barbaresca de nossos inimigos se multiplicam a cada hora. É que estuam em nós todas as energias do patriotismo sadio e o brio exasperado de um povo que por muito tempo e criminosamente, foi humilhado por todos os modos e meios. Ningém nos poderá vencer.” (A NOTÍCIA, p.4, 29 set. 1932)

O conceito de *representação*, emprestado de Chartier, se torna útil na análise da fonte. Nas palavras do autor (1991, p. 184-185), ao tornar “uma imagem presente [o bandeirantismo]

¹⁷ Nomes como Washington Luis, ex-presidente deposto pela Revolução Outubrista de 1930, Affonso E. Taunay, Benedicto Calixto, nomes das famílias Prado, Mesquita, Matarazzo, Pentado, etc, integraram o Instituto.

e um objeto ausente [os sertanistas]”, a representação “faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é”. Assim, quando um grupo, no caso os agentes (jornalistas e seu produto, o jornal), reproduz os discursos de uma elite permite-se que suas narrativas (bandeirantismo e exaltação de personalidades) sejam as garantias de uma verdade (a certeza da vitória na guerra). Mas, de fato, há um certo falseamento da realidade, haja vista as sucessivas derrotas mascaradas por “vigores” e “entusiasmos”, de modo a garantir o empenho da população num movimento bélico e violento, seja os voluntários nos fronts de batalha, na arrecadação de donativos ou na própria propagação da causa paulista.

Dessa maneira, a imprensa construía um discurso, pautado por uma ideologia oriunda de letrados, a serviço da causa paulista, com uma função política bem definida: ser porta-voz dessa elite, ao mesmo tempo que angariava apoio da população para a Revolução Constitucionalista de 1932.

Capítulo 3 – Memória da Revolução Constitucionalista de 1932 no jornal *A Notícia*.

A memória se torna importante objeto de estudo, pois como afirma Jacques Le Goff, “[...] é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1996, p. 476). Os nomes dos heróis de 32 tornaram-se presentes no cotidiano da cidade de São José do Rio Preto, e certamente foram escolhidos por representar um fato histórico que adquiriu significados identitários de toda uma coletividade.

De modo similar ao que afirmou Eric Hobsbawm (1995, p. 13-14), ao dizer que “[...] não são apenas marcos em nossas vidas privadas, mas aquilo que formou nossas vidas, tanto privadas como públicas”, ser rio-pretense é compartilhar e conviver com tais denominações, cujas origens podem ser estudadas. A Revolução de 1932 e seus vestígios que permanecem ainda hoje.

A memória pode ser tratada como algo para além dos processos psíquicos e mentais, trazendo à baila o debate de como as diferentes memórias vêm sendo construídas ao longo do tempo e por grupos distintos. O pioneiro Halbwachs (1990) trata dessa temática como essencialmente coletiva. Em sua análise, chegou à conclusão de que, por compartilharmos experiências em diversos grupos ao longo da vida, seja na escola, no trabalho e especialmente na família, as nossas lembranças são condicionadas a essas perspectivas coletivas. Segundo o autor, o grupo interfere diretamente no indivíduo, inclusive no que se deve lembrar e, principalmente, como se deve fazer essa rememoração:

“[...] acontece mesmo frequentemente que a dosagem de nossas, opiniões, a complexidade de nossos sentimentos e de nossas preferências não são mais que a expressão dos acasos que nos colocaram em relação a grupos diversos ou opostos, e que a parte que representamos em cada modo de ver está determinada pela intensidade desigual das influências que estes têm, separadamente, exercido sobre nós” (HALBWACHS, 1990, p. 47).

Nas palavras de Barros, (2011, p. 322) “[...] no caso da Memória Individual são os indivíduos que, em última instância, realizam o ato de lembrar, seriam os grupos sociais que determinariam o que será lembrado, e como será lembrado”. Dessa maneira, ao nos depararmos com um vestígio do passado, é fundamental reconstruir a coletividade na qual ele se inseriu ao longo de sua produção e existência. Tal é o modo que devemos atentar para a

análise da produção da memória da Revolução Constitucionalista de 1932 no periódico *A Notícia*, posto que há nuances e vestígios que podem revelar esses laços.

3.1. Memória e bandeirantismo.

Os jornais, como fundamentais meios para circulação de ideias na sociedade, carregam consigo debates acerca da sociedade da qual eles fazem parte. *A Notícia*, dirigido por um ex-combatente constitucionalista, sempre que oportuno, trazia em destaque os acontecimentos da Revolução de 1932. Nos anos iniciais que sucederam o evento, o impresso trouxe um texto, de modo a reconstruir uma memória, na fatídica data de 9 de julho. Em 1934, o jornal dizia:

“Toda a terra paulista vibra hoje de entusiasmo e comoção, recordando a arrancada maravilhosa de julho de 1932 quando num impulso incompatível de fidelidade as nossas tradições de liberdade, a gente de Piratininga se levantou de armas na mão em favor da republicanização do Brasil.

[...] Cumpre, mais uma vez, derramar sobre a revolução constitucionalista a luz da verdade, em que pese a quem, porventura pretensa ainda hoje menoscabar-lhe as causas e denegrir-lhe as finalidades, atribuindo o glorioso movimento a uma sombria urdidura de políticos decaídos e descontentes.

[...] Bem examinada, a revolução constitucionalista teve todos os característicos das grandes ações nascidas de Piratininga, berço da pátria brasileira e célula de gigantesca vitalidade que, desenvolvendo-se ao impulso expansionista do gênio da raça aqui aclimada, assegurou um país vastíssimo e integral, apesar das diversidades geográficas, para assento incomparável de um povo que deverá ser o maior e mais poderoso da terra.” (A NOTÍCIA, 9 de julho de 1934, p.1, grifo nosso)

Nesse texto há a afirmação do caráter nacional, ou seja, não apenas paulista, do movimento armado, ressaltando a necessidade de a data estar entre as efemérides comemorativas em âmbito nacional, pela importância da tradição paulista. Tal tradição, pautada pela liberdade, valores nobres, bem como por todas as ações que surgiram em São Paulo, e que garantiram a grandiosidade do país, “[...] há de ser inscrita, de futuro, no rol das nossas grandes datas, como significativa de mais uma das glórias da nacionalidade” (A NOTÍCIA, 9 de julho de 1934, p.1).

Marcelo Abreu (2011), ao analisar algumas obras que envolviam nomes da literatura constitucionalista, como Menotti Del Picchia e Alfredo Ellis Júnior, percebeu que o tema do sacrifício era recorrente em seus escritos. Era utilizado como uma ferramenta para formar um senso de coletividade, “[...] o tema do sacrifício soma-se ao da coletividade: tal como as bandeiras, 1932 surgia como movimento coletivo” (ABREU, 2011, p. 198).

De modo similar, os dizeres do periódico, depositaram na Revolução de 1932 a responsabilidade pela formação do Brasil, tal como os bandeirantes de outrora, inclusos de forma indireta no texto, como no destaque. Quando cita "berço da pátria brasileira", resgata a construção de narrativa que impera pelas terras paulistas, de como os bandeirantes que teriam assegurado a expansão do território brasileiro, por exemplo. Diz Abreu (2011):

“Nestas representações do passado imediato se configuram temas importantes da narrativa de 1932 que se tornaria canônica na perspectiva dos constitucionalistas: a legitimidade da Revolução, porque a serviço da restauração da ‘lei’; a coesão social expressa na unidade de propósitos de indivíduos de diferentes classes sociais, do interior e da capital, de outras partes do Brasil e do mundo; e, finalmente, o sacrifício coletivo por uma causa superior. Esta mística do sacrifício não é um momento particular de renovação do regionalismo paulista, encontra-se enraizado na própria épica bandeirante, por meio da qual a intelectualidade paulista procurava afirmar que a obra de construção do território fora realizada às custas de Piratininga e sua gente.” (ABREU, 2011, p. 199)

O jornal dizia que não fora a ação de políticos contrariados ou decadentes, sendo uma declaração implícita de um combate a uma narrativa específica, a qual Abreu (2011) chama de *guerra literária*, no qual de um lado estavam os constitucionalistas e de outro varguistas, na disputa pelo que teria sido verdadeiramente o ocorrido de 1932. Enquanto a narrativa daqueles que estiveram ao lado dos constitucionalistas pregava o sacrifício, a luta pela nova Constituição e o fervor dos paulistas pela liberdade, outros que se colocaram ao lado do Governo Provisório, minimizavam a atuação dos revoltosos, como participantes de um revanchismo, fruto da perda de poder desde outubro de 1930.

A edição na data comemorativa do ano de 1936 traz uma representação do bandeirante, relacionando à Revolução, acompanhado de um grande texto, que juntos compunham a primeira página. Estampa os seguintes dizeres:

“São Paulo, posto em pé, ouviu a voz que lhe vinha do fundo dos séculos, falando de sacrifícios e de glória. Era a voz da Bandeira. Dos que morreram para constituir a grandeza territorial da pátria. Dos que lutaram para a fazerem livre. [...] A que lhe ensinou a lutar contra o invasor estrangeiro, e lhe inspirou o grito heroico da Independência, e lhe sugeriu o gesto abençoado da Abolição, e lhe segredou a beleza cívica da República. Aquela que atirou a conquista das selvas com os batalhões cerrados do cafezal, e o impeliu a atirar para o alto chaminés de fábricas e [ilegível]de arranha-céus, a plantar cidades no amargo das matas, a domar, com o laço das estradas, o dragão das distâncias.
[...] Esqueçamos que houve armas contra as nossas armas, sonhos contra nossos sonhos [...] Esqueçamos o que foi antes e o que foi depois. Pensemos apenas na hora maravilhosa [...] em que São Paulo [...] pode afirmar que, na terra bandeirante, não sofreu solução a continuidade histórica. - A serviço do Brasil, São Paulo foi, São Paulo

é, São Paulo será sempre terra de artífices e de soldados, tão capazes de construir cidades como de escreverem epopeias.” (A NOTÍCIA, 9 jul. 1936, p. 1)

Desde o ano de 1932, essa foi a capa mais trabalhada com detalhes: presença de duas figuras emblemáticas - do lado esquerdo, o bandeirante e, no direito, o soldado com capacete de aço. Ao centro o brasão de São Paulo, onde ao redor se posicionavam as duas personagens em posição de respeito, perante o lema *Pró Brasilia Fiant Eximia*, “pelo Brasil, façam-se grandes coisas”, criado em meio a Revolução de 32, numa rejeição ao bairrismo e reforço da grandiosidade dessa população. Se, como afirma Souza (2007, p. 155), “A mitologia bandeirante define o paulista [...] como o agente de construção da nacionalidade, e o bandeirante como o seu protótipo histórico [...]”, faz sentido que usassem a causa, que era paulista em 1932, como se fosse nacional, como se os interesses paulistas dissessem respeito a uma identidade maior, uma raça superior na qual seus entendimentos e interesses se sobrepusessem às demais.

Nessa edição, em todas as páginas havia algo que lembrasse 32: na página 2, a programação solene das comemorações, que incluía missa e lançamento da pedra do mausoléu que viria a ser construído no cemitério da cidade¹⁸. Na página 3, um texto sobre a valorização do papel das matracas nas trincheiras. Na página 4, um texto em memória aos "Mortos de 32". A quinta página, sobre os Capacetes de Aço, símbolo do papel da indústria paulista na guerra e dos soldados. A página 6, trazia um texto sobre a mulher paulista e sua importância para guerra, como "companheira forte", que "deu seu coração" à causa. Na página 7, havia um texto sobre a

¹⁸ Cemitério da Ressurreição, mais conhecido como Cemitério da Ercília, por ser o bairro onde se localiza. Nele estão os túmulos de diversas personalidades da cidade, como Cenobelino de Barros Serra (prefeito), José Felício Miziara (médico e vereador), Philadelpho Manoel Gouveia Neto (prefeito), Ugolino Ugolini (engenheiro e vereador), Victor Britto Bastos (prefeito) e Alberto Andaló (prefeito, que nomeia a principal via da cidade), e das famílias Curti, Spotti, Tonelli, Vidal, Buchala, Cherubini, Spínola, enfim, nomes que caracterizaram a elite da cidade.

Figura 15: Capa do jornal *A Notícia* do dia 9 de julho de 1936.



Fonte: *A Notícia*, São José do Rio Preto, nº 3093, p. 1, 9 de julho de 1936. Acervo: Arquivo Municipal.

importância da Alta Araraquarense para a Revolução de 32 e um texto sobre "Os mortos de Rio Preto", desconsiderando a última página, 8, reservada para propaganda.

Na análise desta imagem presente na fonte, Campos (2018) lembra outros aspectos que remontam a força desse estado, com os ramos de café, se fez presente a

“[...] iluminação urbana, arranha-céus e fábricas, cujas chaminés emitem uma fumaça que, pelas mãos do artista, se transformam em imagem de nobilíssima história. A data da deflagração do conflito, inscrita em numeração romana no chapéu do combatente desenhado em primeiro plano, reforça o tom épico, heroico e atemporal dos grandes feitos dos modernos heróis do interior paulista” (CAMPOS, 2018, p. 843)

Para celebrar os cinco anos da Revolução (lustros), o jornal preparou a edição de 1937 de forma especial, dedicando quase integralmente 24 páginas sobre a revolução, quando o comum eram que variavam entre quatro e oito páginas, a depender do dia da semana. A capa trouxe uma imagem do monumento (mausoléu) em homenagem aos mortos da cidade e um texto de exaltação aos feitos da causa, valorizando os resultados da guerra, cuja manchete era "Rio Preto rende hoje - quando sobre a Grande Jornada Constitucionalista passa o primeiro lustro - a sua máxima homenagem/ Aos moços heroicos que da Alta Araraquarense partiram a levar o seu civismo e o seu sangue à Causa de São Paulo!".

O texto seguia:

“Partiram os jovens, em legiões sem conta. O ardor da jornada arrastava os mais tenros, que simulavam idade maior, para poderem partir. Depois, seguiram os homens maduros. [...] Na retaguarda, os velhos e as mulheres se votaram aos serviços da assistência e todo o provimento das forças que se empenhavam nas linhas de combate, ao longo de toda a enorme fronteira paulista, inclusive o litoral.

Contra o Brasil?

Não, a favor e a bem do Brasil [...].

[...]

Contra o Brasil?

Não a favor e a bem do Brasil [...].

[...] É ponto pacificamente acento já por quantos tiveram olhos de justiça para criticar a Revolução Constitucionalista, que sem essa revolução, ainda nos encontraríamos sob o guante da ditadura, quem sabe lá por quanto tempo!" (A NOTÍCIA, 9 de julho de 1937, p. 1).

No texto se repete duas vezes a expressão "Contra o Brasil?/ Não, a favor e a bem do Brasil", que dialoga diretamente com o artigo "Regionalismo, não, nunca! Brasilidade, isso sim!", da segunda página, no qual o autor (texto sem assinatura) argumenta que ao ter revisitado edições do próprio impresso à época da revolução não teria encontrado nenhuma palavra contra os adversários do Governo Provisório, por eles também serem brasileiros, entendendo que

Figura 16: Capa e contracapa d'A Notícia, em celebração aos cinco anos da Revolução.



Fonte: A Notícia, São José do Rio Preto, nº 3380, p.1, 9 de julho de 1937. Acervo: Arquivo Municipal

nunca foi contra o Brasil, mas a favor de uma causa superior, pelo bem do país (A NOTÍCIA, 9 de julho de 1937, p. 2).

Já na última página o bandeirantismo é mais uma vez invocado, ao fundo a imagem usada no ano anterior (bandeirante e soldado constitucionalista ante ao brasão), sob o título “Bandeirantes de ontem e de hoje”, carregando os mártires da Alta Araraquarense¹⁹, cujo texto diz:

"Vêde-os que se defrontam, numa atitude histórica de heroísmo igual - o Soldado Constitucionalista de 32 e o Bandeirante do século XVII, um e outro sublimados pelos pensamento imane de uma pátria grande, poderosa e imorredoura! [...]"

¹⁹ Os mortos em 32 estampados no jornal são, de cima pra baixo, da esquerda para a direita: Carmo Turano, Antônio Duarte Fonseca (Totó Duarte), João Baptista de Araujo, Elydio Verona, Ipioldes Martins Borges, Joaquim Marques de Oliveira.

Não se compreende o espírito bandeirante de 32, senão à luz das entradas da era colonial, como estas quedariam estéreis e inúteis, sem a sortida constitucionalista, que salvou o legado das Bandeiras antigas.

O mesmo sangue fecundou no solo pátrio, a velha semente da liberdade, fazendo-a crescer e robustecer-se, para sob sua égide, viver e prosperar a nação brasileira.

[...]

Sim pelo Brasil, por São Paulo para o Brasil o heroísmo bandeirante que realizou o prodígio de nossa terra sem igual, que o manteve em 32, - hoje, como ontem, com os olhos postos no ideia de uma Pátria digna dos que souberam criar, animar, proteger e legar aos vindouros - conservá-los engrandecido para o futuro, vivido e glorioso, animado pela alma dos bandeirantes.” (A NOTÍCIA, 9 de julho de 1937, p. 24)

O soldado era associado ao bandeirante, assim como toda a população do estado. Essa construção parte da própria produção historiográfica oriunda dos gabinetes do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, a qual encarna no paulista os atributos daquela figura mítica, uma vez que:

“Delineou-se com toda a clareza, enfim, uma preocupação ao mesmo tempo historiográfica e ideológica, presente principalmente na obra de historiadores paulistas da primeira metade do século XX, em estudar a formação da população paulista a partir da biografia de seus antepassados ilustres, encarnados na figura do bandeirante. Cria-se, assim, uma genealogia na qual o paulista contemporâneo surge como o descendente.” (SOUZA, 2007, p. 161)

Em último plano, destaca-se a bandeira (presente também no ano anterior), peça importante para o orgulho paulista. Conforme ressalta Campos e Discini (2018), a signa paulista, em seu significado, carrega a história desse estado, simbolizando a bravura bandeirante da qual os habitantes dali são descendentes:

[...] as listas negras lembram necessariamente as noites, e as brancas, os dias vividos na época bandeirante. A conformidade entre a representação feita pelas trezes listas e aquilo que elas representam se estende ao vermelho do retângulo e a sua simbologia como sangue derramado pelos heróis.

[...] não estranha ainda ao simbolismo do azul, cor tida como da pujança tanto do país quanto do estado de São Paulo. (CAMPOS; DISCINI, 2018, p. 240-241)

Através da leitura de Abreu (2002), a fonte revela-se como produto de seu tempo, na qual aqueles que falavam sobre a epopeia paulista e tinham em comum a perspectiva de um "centro difusor dos valores centrais", não necessariamente provindos da capital, mas sim integrados às elites e intelectuais paulistas, assim como fica evidente na atuação de Leonardo Gomes na produção do jornal e suas relações estabelecidas entre aqueles com influência local. Conforme ressalta Abreu (2011): “[...] na confluência desta experiência geracional com os valores aprendidos é que forjaram seu engajamento em 1932 e, depois da derrota militar, seu

compromisso com a continuidade da luta política que faria da lembrança do acontecimento uma bandeira” (ABREU, 2011, p. 197).

A Notícia é uma fonte que tem uma produção atrelada aos ideais constitucionalistas, visto que seu diretor, Leonardo Gomes fora combatente. É significativo, pois, o envolvimento de Gomes na guerra e a produção do jornal em seus anos posteriores e a memória que o jornal imprime tem relação direta desse histórico:

“Os produtores do memorialismo revolucionário compartilhavam, portanto, a mesma formação profissional, o que equivale a dizer que possuíam os mesmos hábitos de pensamento, uma maneira comum de perceber a política e o campo específico em que atuavam. [...] entendiam a Revolução Constitucionalista um fato marcante na história brasileira, sentiam-se, portanto, parte dela e procuravam afirmar uma versão dos acontecimentos.” (ABREU, 2007, p. 3).

Assim, a memória é forjada numa constante histórica, difundindo-se numa perspectiva em que pelo espírito do bandeirantismo o Brasil tinha se tornado grande desde os tempos coloniais, e foi por essa mesma essência que o paulista lutou em 1932 e tinha conquistado, finalmente, a Constituição de 1934 – por isso não teria sido uma derrota, e sim uma vitória moral.

3.2. A disputa da memória entre lembranças e esquecimento.

Com a progressão do tempo, foi possível perceber uma tendência de esvaziamento das comemorações do *9 de julho* estampadas no jornal. Esse período coincide com o momento de endurecimento do autoritarismo da Era Vargas, conhecido como Estado novo. No ano de 1938, o primeiro *9 de julho* celebrado no período, ainda que se localizasse na capa, a data não ganhou mais que um canto de página. Por mais que o texto valorizasse a data, o jornal mudou sua postura ao apresentar ao leitor a Revolução Constitucionalista. Dizia-se que não havia incompatibilidade nenhuma em celebrá-la naquele momento, porque o governo que se tinha em 1932 não era o mesmo que se tinha naquele ano:

Figura 17: A divulgação do 9 de Julho n’A Notícia sob o Estado Novo.



Fonte: A Notícia, São José do Rio Preto, nº 3657 e 3947, p.1, 9 de julho de 1938 e 9 de julho de 1939. Acervo: Arquivo Municipal.

“O 9 de Julho é uma grande data nacional e não vemos porque não se possa comemorá-la. No regime novo em que vivemos em consequência da Constituição de 10 de Novembro [de 1937], a muitos poderá parecer temerária a consagração de uma data, que lembra o grande movimento paulista, a que se quis dar uma feição regional, mas que foi, inegavelmente, uma revolução cheia de idealismo e de nítido caráter nacionalista.

[...]

O regime do Estatuto de 10 de novembro, não é o que vigorava quando levamos a efeito a revolução de 32, mas não há motivo para que não se exatem e se lembrem os feitos de alta envergadura praticados por um mesmo povo, embora em regime político diferente.”(A NOTÍCIA, 9 de julho de 1938, p. 1)

No dia posterior, que poderia falar se houve celebrações ou como foram as comemorações, o assunto não foi anunciado. No ano seguinte, até mesmo elogios aos soldados

do Governo Provisório foram feitos, tidos como resistentes, homens de “ideais desinteressados”:

"E se meditarmos um pouco sobre a grandeza do choque armado que naquela campanha se travou, sobre o impulso heroico que arrastou homens e mulheres a luta sem quartel por um ideal, enquanto, do outro lado, tantos homens opuseram tantíssima resistência, até vencerem [ilegível] também de ideais desinteressados, haveremos de sentir legítimo orgulho [...]. O dia 9 de julho simboliza a energia vigilante da nação, contra o que lhe parecia nocivo aos magnos interesses da Pátria." (A NOTÍCIA, 9 de julho de 1939, p. 1, grifo nosso)

O que percebemos nesses trechos são mudança de tom em relação aos soldados do governo central da época. Não se usava mais a expressão “ditadura”, tão recorrente durante o período do conflito. No ano de 1939 até mesmo as letras usadas para noticiar sobre 32 são ligeiramente menores que o restante da página. Porém, essa mudança abrupta de tom e da forma de divulgação das celebrações está atrelada à conjuntura pelo qual o país atravessava, refletindo diretamente na atuação da imprensa. O Governo Provisório não era mais uma ditadura, ou certamente prejudicial ao país, mas fora associado a um nível potencial, porque “parecia nocivo”.

O período em questão, o Estado Novo, é caracterizado por uma ditadura inspirada em moldes fascistas europeus, como a existência de um líder carismático, que tem a centralização do poder em suas mãos. Esse período foi de grandes mudanças no jogo político e incluiu o cerceamento das liberdades, o comando de perto da economia e a vigilância constante na cultura, dirigidas por Getúlio Vargas e seu aparato estatal.

A partir disso, surgiram “benesses” aos trabalhadores, como a Consolidação das Leis Trabalhistas e a regulamentação dos sindicatos, de modo que se estimulasse o gosto pelo trabalho, excluindo malandragem do cenário nacional. Vargas era idolatrado e reverenciado, sendo considerado uma figura carismática, próxima do povo, que a todo momento estaria trabalhando pelo bem do país. A imoralidade também deveria ser banida. Tais aspectos passaram a ser incentivados em diversos setores da sociedade, só assim o brasileiro passaria de um povo ignorante para educado (VELOSO, 2007).

Isso foi resultado da intenção estado-novista de unificar o discurso que ressoava pelo território nacional, de modo que aquilo que os ideólogos²⁰ do regime arquitetavam pudessem

²⁰ Alguns nomes como Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Gustavo Capanema e Francisco Campos, entre outros juristas, pesquisadores, artistas que podem ser considerados mentores do regime.

ecoar perante a sociedade de norte a sul. Usou-se então diversos meios, como o rádio, cinema, arquitetura, artes plásticas, revistas e jornais. Segundo Capelato (2007),

“O governo considerava importante a intervenção do Estado na cultura, entendida como fator da unidade nacional. [...] [Vargas enfatizava] a necessidade de que a cultura atingisse setores excluídos [...], mas a referência à coletividade [que ele fazia] explicita a perspectiva de que a cultura tinha uma tarefa política, ou seja, de contribuir para [essa desejada] unidade nacional.” (CAPELATO, 2007, p. 125)

Porém, não era apenas um discurso a ser colocado em circulação, tinha um caráter impositivo, o que usualmente ocasionava censura e perseguição contra aqueles que ousassem a se levantar contra o líder ou o Estado Novo. Ainda segundo a autora, “As vítimas da repressão não foram poucas. Ela já mostrara suas garras a partir de 1935 [com o Levante Comunista] e a Carta de 1937 conferiu-lhe legalidade. Nas masmorras do Estado Novo muitos permaneceram presos e muitos foram torturados” (CAPELATO, 2007, p. 131).

Segundo Veloso (2007), a tradição brasileira até a Era Vargas consistia na composição de uma elite que tinha por missão educar a população inculta, para que fizesse do Brasil um país aos moldes europeus, de onde irradiava os ideais de desenvolvimento e progresso. Os intelectuais se viam como guias da população. Com o advento do autoritarismo varguista, o Estado passou a ser o instrumento desejado pela intelectualidade para a implementação de seus projetos, de modo que garantisse a capacidade de organização e fizesse com que dentro da ordem se progredisse (VELOSO, 2007, p. 148). A autora procura mostrar como a educação estado-novista passa necessariamente pela difusão e popularização da ideologia do regime. Isso era orientado por grupos de intelectuais que tinham uma função social: a divulgação da verdadeira brasilidade, originária do próprio povo brasileiro e não de ideias cosmopolitas como ocorria até as décadas anteriores. Ou seja, o intelectual representaria a consciência nacional unificada.

Para que o regime se consolidasse, era preciso afastar opiniões e manifestações que pudessem colidir com o ideal de sociedade ou com os interesses do governo. Seria então, pela “[...] educação popular que [iria] garantir essa homogeneidade da cultura e valores” (VELOSO, 2007, p. 161). O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) seria criado com essa finalidade apenas em dezembro de 1939, mas desde o Levante Comunista de 1935 a repressão contra juízos malquistos começou a ser sistematizada.

A tradição de celebrar o *9 de Julho* passou a configurar-se como um regionalismo exacerbado – ainda que os paulistas negassem -, o que se tornou alvo de silenciamento. As edições de *A Notícia* nos anos de 1940 e 1941 simplesmente não trouxeram nenhuma informação sobre a data. Michael Pollak (1989) chama atenção para como o campo da memória é de disputa. Segundo o autor, o presente colore o passado, o dito e os não-ditos, revelando reflexos das conjunturas sobre a produção da memória:

“Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado” (POLLAK, 1989, p. 8)

Barros (2011) chama a atenção para um processo de silenciamento na formação da memória coletiva, partindo do entendimento do caráter ativo aqui apresentado da memória:

“No limite, a memória nacional constituiria a forma mais bem acabada e completa de memória coletiva. Para Pollak, contudo, há também aí um risco de uniformização e opressão envolvido, pois o processo de construção da nação através da memória coletiva também pode proceder à exclusão de etnias, grupos e outras formas de identidades.” (BARROS, 2011, p. 328)

Na ditadura como a de Getúlio Vargas, a memória da Revolução Constitucionalista entra em conflito com os interesses ideológicos estado-novistas que imperava, já que significava uma variação paulista do pensamento sobre a história do Brasil recente, a qual deveria ser homogêneo e nacional. Assim, era preciso um apagamento de tal narrativa.

A memória da Revolução Constitucionalista não é apenas encurralada fisicamente no jornal, é, na verdade, uma tentativa de censura, muito comum no Estado Novo com a atuação do DIP. Na medida em que ocorre o endurecimento do regime, há uma limitação na divulgação da paulistanidade atrelada ao levante de 32, formada pelo bandeirante, pela grandiosidade do paulista e pela própria revolta armada. Tudo isso se esvai das páginas do diário.

Julho de 1940 é a primeira vez que a data transcorre com o DIP já em operação, por isso é possível afirmar que essa situação – de não estampar a celebração – está diretamente ligada à atuação do órgão estatal. Valle (1994), diz que desde 1935, com a Lei de Segurança Nacional, a imprensa brasileira sofria crimes hediondos, se referindo a censura e perseguições. Segundo a memorialista, “A Notícia, fundada em 1924 atravessou como Deus quis e o diabo consentiu

o corredor polonês estreito e humilhante de fazer um jornalismo que diz o que pensa até certo ponto e teme não saber até que ponto se sobrevive” (VALLE, 1994, p. 62).

No ano de 1942, o periódico apresentou apenas um breve convite à população ao comparecimento, tanto no dia 8 quanto no dia 9 de julho. Esse chamado revela que, mesmo não estampando informações sobre a celebração nos anos anteriores, ela ocorria. No ano seguinte, em 1943, na véspera do evento comemorativo, há um texto que reafirma sua continuidade, quando observamos que “Como nos anos anteriores, será também celebrada uma missa [...] por intenção dos mortos daquela memorável campanha e particularmente por alma dos jovens rio-pretenses, nela desaparecidos, certamente comparecerá grande assistência” (A NOTÍCIA, 8 jul. 1943, p. 1). Mesmo que o jornal tenha citado em uma nota a ocorrência do evento, é incomparável o padrão de como isso acontecia nos anos anteriores ao Estado Novo. O jornal voltaria a citar sobre a solenidade apenas em 1945.

A indisponibilidade da edição do dia 9 de julho de 1945 no Arquivo Municipal não impede de perceber como esse ano foi emblemático na condução do assunto no impresso, pois a escrita de um artigo no dia 11 daquele mês evidenciava um certo retorno do vigor crítico ao governo Vargas, como de costume desse jornal.

Intitulado “A democracia deve assegurar o bem-estar do povo” [ANEXO B], o texto rebateu as falas do presidente sobre democracia. Em discurso na cidade de Santos, Vargas qualificava a democracia como algo abstrato para um país no qual o povo pede por alimento e cobertor. O autor do artigo dizia não discordar do povo quando pediam por esses itens básicos, entretanto, para ele, de nada adiantaria viver em uma ditadura, afinal apenas a partir de uma providência poderia ser tirado do poder um mau governo. O contrário seria a democracia, que poderia alternar o poder através de eleições, que, ao perder, um governante ruim seria obrigado a entregar o cargo ao final do mandato. Além disso, dizia que “cumpre admitir que em toda a nação existe pelo menos uma elite culta capaz de assumir a direção do país” (A NOTÍCIA, 11 de julho de 1945, p.1).

Interessante notar que ao lado desse artigo, havia uma notícia sobre a inauguração de uma escola que alfabetizaria adultos²¹, contando com a presença de autoridades locais e do

²¹ O chamado Comitê de Defesa Popular, tinha como integrantes antigos nomes de influência da cidade. A notícia do dia 11 de julho fala sobre a inauguração da segunda escola, mas no dia 7 daquele mês noticia-se a criação da primeira escola do Comitê, que teve como patrono Luiz Américo de Freitas, que participou da inauguração naquele dia. Além dele, associava-se ao Comitê o ex-prefeito major Léo Lerro, na década de 1910.

professor da Universidade de São Paulo, Pierre Monbeig, numa associação simbólica da vontade política e a elite culta.

A forte crítica faz parte de uma conjuntura maior, é sintoma de um esfacelamento do regime ditatorial. O governo brasileiro estava como partícipe da Segunda Mundial, na qual as Forças Expedicionárias Brasileiras foram combater o nazi-fascismo, enquanto o Estado Novo pautava-se pelo autoritarismo, que era combatido em terras europeias, em uma clara contradição. O artigo, ao debater sobre ditadura, está, na verdade, apontando para as questões nacionais, que para o jornal urgiam ser enfrentadas. Capelato (2007) afirma:

Figura 18: Recorte da primeira página d'A Notícia do dia 11 de julho de 1945



Fonte: A Notícia, São José do Rio Preto, nº 5672, p. 1, 11 de julho de 1945. Arquivo Municipal.

Havia sinais visíveis de que o regime se debilitava. O governo conseguiu impedir que a imprensa divulgasse as primeiras manifestações contrárias a ele, mas em 1945 já não podia abafá-las. [...] A fala apologetica foi substituída pelo discurso de oposição, engavetado desde 1937.” (CAPELATO, 2007, p. 136)

Uma das características que encontramos nos anos seguintes era a descrição da cerimônia que ocorria a cada data comemorativa. Normalmente acontecia uma romaria, que

partia da Catedral e ia até ao Mausoléu [ANEXO C]. Essa obra de arte faz parte da memória aos mortos na batalha. Arantes (2001) lembra que esse monumento²² fora construído em frente ao Cemitério da Ressurreição²³.

Mausoléus e romarias são os que Nora (1993) nomeia de lugares de memória. É muito significativo o jornal trazer em suas páginas a representação do mausoléu, junto com uma convocação para a caminhada. De acordo com o autor,

“Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões e eternidade. [...] sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tendo a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.” (NORA, 1993, p. 13)

Dessa maneira, construir um monumento aos soldados constitucionalistas e a forma de fazer com a identidade paulista permaneça viva e reiterada, simboliza uma disputa constante contra forças exteriores que buscam, se não as apagar, dominá-las para si. No caso da Revolução de 1932 e sua memória aqui analisada, diz respeito a lembranças estruturadas a partir de uma elite, que durante o Estado Novo se viu afastada dos holofotes, mas com a democratização a partir de 1946 puderam reestabelecer e divulgar seus ritos memorialísticos. A partir da década de 1950 o uso desse lugar de memória estampado no jornal passa a ser frequente, associando sempre o monumento com a data, como é possível observar no ANEXO D, onde as fontes estão dispostas em sequência.

A romaria que percorre o centro da cidade e o monumento dizem respeito a essa externalização da memória, de modo que se perpetue nas gerações que a acompanha e as avistem, pois não é mera andança, nem um aglomerado de bronze e mármore. Representam também uma reafirmação de narrativa, tendo *A Notícia* como meio de difusão dessas ideias.

Ainda que houvesse uma impressão de resguardo da memória ao praticar tais cerimônias, ela não é considerada mais uma “memória verdadeira”, é na verdade uma “memória transformada”, concebendo que Nora chama de “dever de memória” (NORA, 1993, p. 17). Para ele, as sociedades-memória já não existem mais e isso quer dizer que o passado não diz mais

²² A obra foi esculpida por Helio Coluccini, de Campinas, encomendada na gestão de Synesio de Mello e Oliveira, que esteve à frente da prefeitura entre 1933 até 1936.

²³ O mausoléu não existe mais no antigo local, a escultura transferida para a praça Rio Branco, em frente ao Fórum da cidade, em 1968

respeito ao nosso presente. Com o advento da História como disciplina científica, o passado não tem mais sentido de continuidade, mas sim de uma ruptura, num sentido de que as sociedades não se enxergam da mesma forma como seus antepassados, nem carregam em si as práticas que os definiam.

Nessas sociedades-memória, as práticas ancestrais carregavam simbolismos e faziam parte de suas culturas. Já as sociedades historicizadas tornam tais práticas objetos de estudo e as transferem para museus e arquivos, separando a sociedade atual do que ela já foi um dia. Por isso a memória se torna um dever, ela já não está presente no cotidiano como prática, está no passado, havendo a necessidade de um processo que a resgate e a coloque no meio social do presente. São esses lugares de memória que se encarregam de trazer esses restos do passado para o agora. Evidentemente, esse processo e os lugares de memória não são naturais, são construído e racionalmente escolhidos.

Em contrapartida, Seixas (2001) evidencia o caráter atual da memória, afinal, se a materialidade dos lugares de memória é minuciosamente escolhida, isso quer dizer que ela passa por uma tentativa de controle, uma vez que “Os lugares de memória, neste sentido, representariam menos uma ausência de memória ou a manifestação de uma memória historicizada do que irrupções afetivas e simbólicas da memória em seu diálogo sempre atual com a história” (SEIXAS, 2001, p. 44).

Desse modo, ao voltarmos nossos olhos para a memória da Revolução Constitucionalista de 1932 no período do Estado Novo, tal posicionamento de Seixas fica mais claro, uma vez que tínhamos não lugares de memória escolhidos, mas uma clara escolha de tentar fazer com se esquecesse deles. Dito isso, é possível reparar o processo de disputa da memória, que se instala não no passado, mas no próprio presente vivido.

A partir do que foi exposto (a memória do bandeirante, o constante resgate da memória de 32, as tentativas de esquecimento e seus lugares), a dinâmica mnemônica n’*A Notícia*, revela-se no jogo entre sujeitos históricos. Leonardo Gomes, diretor do periódico, histórico opositor de Getúlio Vargas na cidade, estabeleceu suas memórias a partir daquilo que lhe foi possível ver e viver ao longo de sua vida. E, ao considerarmos Gomes como combatente do levante armado é impossível deixar de lado sua atuação como jornalista durante o conflito, como exposto no capítulo anterior, e sua atuação nos anos posteriores, pois ambos lados de se fundem, interferindo diretamente na sua vida pública como privada.

Além disso, *A Notícia*, por ser dirigida por esse sujeito histórico, tem um fazer jornalístico que a caracteriza, sendo de oposição, ainda que sufocada durante o Estado Novo, a

favor de ideias liberais. Pois, como Araujo (2002, p. 61) afirma: “Como vivemos numa sociedade de classes, não se pode deixar de indagar a respeito dos interesses representados por um dado jornal, ou seja dos que o representam, ou que nele façam circular suas posições” e Luca (2008, p. 139) confirma, “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. Assim também o é com a memória que é selecionada e se divulga nos impressos informativos, que são palcos de discussão e persuasão, pois é entendida como um instrumento poder, e perpassa por todas as sociedades, “lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência ou pela promoção” (LE GOFF, 1996, p. 475), também é um modo de educar e formar mentes..

Considerações Finais

Ao admitirmos *A Notícia* como um periódico ligado a uma elite econômica, intelectual e política local, observamos que suas páginas serviram, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, como importantes agentes da História que registrava e comentavam. Este é, afinal, o papel da imprensa nas sociedades ocidentais, conforme demonstra a historiografia dedicada ao estudo das relações entre imprensa e cidade, dentre os quais podemos citar os trabalhos de Darnton (1990), Sodré (1999); Luca (2005), dentre outros. Ao revisitar as fontes de São José do Rio Preto-SP, pudemos perceber que se estabeleceu uma determinada narrativa vitoriosa sobre o evento que visou o fortalecimento dos mitos paulistas perante o leitor rio-pretense.

O jornal, como fruto do trabalho de agentes históricos – os jornalistas – serviu de palco para construir e reconstruir incessantemente o bandeirantismo em circulação no período e para transmutar os combatentes de 1932 em modernos bandeirantes. Como lembra Monteiro (1993), essa ideia é originária de uma historiografia regional do início do século XX e que teve por intuito redimir o histórico de miscigenação, pautando o encontro de brancos portugueses e indígenas²⁴ como cerne do surgimento de uma raça de gigantes, originários do bandeirante. Conforme afirma o autor:

“Com o advento da República, a despeito de um certo pessimismo que reinava nos círculos cientificistas quanto ao futuro de uma nação mestiça, alguns intelectuais e estadistas de São Paulo buscaram redimir o passado paulista de tão má fama. Resgatando, em primeiro plano, o antepassado tupi [...], passaram, em seguida, a elevar o bandeirante a uma estatura homérica e a exaltar a mestiçagem que ocorreu no planalto como um dos poucos exemplos na história em que absolutamente tudo deu certo.” (MONTEIRO, 1993, p. 10)

Desde o Capítulo 1, *O sertão paulista e a marcha para o progresso*, essa dissertação apontou para como o uso desse mito esteve presente na formação simbólica desse povo. Como também explicitado nos trabalhos de QUEIROZ (1992) e FERREIRA (2002), parte da intelectualidade desse estado fez usos intencionais desse passado, construindo uma narrativa de grande eloquência, que serviu para reafirmação de sua própria identidade enquanto sujeitos pertencentes a São Paulo e a sua elite local – já que seriam descendentes diretos dos heróis das terras de Piratininga, responsáveis pela conquista territorial do país.

²⁴ Ao minimizar a figura de escravizados de origem africana e seus descendentes dessa população, criava-se para o paulista uma posição de diferença do restante do país, até mesmo de superioridade, principalmente em relação ao norte do território brasileiro.

Ao observar a narrativa de fundação e desenvolvimento de São José do Rio Preto, é possível perceber essa aproximação com o bandeirantismo. Pierre Monbeig, (1984, p. 121-124), ao fazer uma análise da formação geográfica do sertão paulista, atenta para o que ele nomeia de *Psicologia “Bandeirante”*. Segundo o autor, “bandeirante” tornara-se adjetivo positivo, sinônimo de “celebrar um fazendeiro, desbravador de matas, plantador de cidades”, de tal maneira que os homens do século XIX e XX que adentravam o sertão, se orgulhavam desses feitos e se sentiam como descendentes dos bravos desbravadores. Isso porque, como eles, se sujeitavam às aventuras e tentavam a sorte, com o objetivo de enriquecimento. Assim associou-se tal imagem a João Bernadino de Seixas Ribeiro. Era o espírito de pioneirismo que estaria encrustado nessa “raça de gigantes”, tal como Ellis Júnior nomearia (MONTEIRO, 1993, p.1).

Leonardo Gomes, por sua vez, personagem de destaque nesse trabalho, por ser homem de seu tempo, conferiu grande destaque à temática do bandeirantismo em seus escritos. Num mundo de confronto de interesses, Roger Chartier (1991) entende que há três modalidades de relação com o mundo social:

“[...] de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais ‘representantes’ [...] marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo da comunidade ou da classe.” (CHARTIER, 1991, p. 183)

Portanto, verificamos que as posições sociais de cada grupo são originadas através de práticas, isto é, por modos de agir e entender o mundo, que levam os membros desse grupo a ter tais posições e agir para assim se manterem. No caso da elite econômica, intelectual e política rio-pretense, que no dado momento de 1932 se confunde com as demais elites paulistas, temos membros de uma antiga oligarquia agindo para que seus interesses se mantivessem, a partir de uma ação dita revolucionária, mas que em verdade se mostra mantenedora do status e do simbolismo que se pretendia perpetuar – defensores da lei, da liberdade e do Brasil.

De acordo com Kátia Maria Abud (1999), a figura do bandeirante não foi uma escolha aleatória, mas envolta de intencionalidades, já que as narrativas sobre eles foram respaldadas a partir de produções feitas por intelectuais, em especial aqueles oriundos do IHGSP. Foram eles que resgataram

“Frei Gaspar e Pedro Taques [e fizeram com que fossem] tirados do esquecimento a que tinham sido relegados durante maior parte do século XIX e inspiraram historiadores que se empenharam na recuperação da História de São Paulo, no período que consideraram sua ‘Idade de Ouro: o seiscentismo, época em que o bandeirantismo foi preponderante na Capitania de São Vicente.’” (ABUD, 1999, p. 76)

Seu uso durante a Revolução de 32 é útil, pois a partir dele criaram-se diversas associações entre passado e o presente, como um elemento de continuidade entre os combatentes daquele ano e os ditos desbravadores dos sertões. Maria Stela Bresciani (1999) lembra que o bandeirantismo é formador dessa identidade, suprimindo as diferenças numa igualdade, a da descendência de lendários homens: “Trata-se do esforço coletivo em que moços, velhos, brancos, pretos, ricos e pobres, patrões e empregados, mestres e discípulos, médicos, engenheiros e moços da lavoura, numa fraternização tocante, empunham os fuzis” (BRESCIANI, 1999, p. 42).

Ao criar esse símbolo, os intelectuais o colocavam a serviço do enfretamento de questões de seus respectivos presentes, caros ao longo da história de São Paulo, como fora o caso da Revolução de 1932. Como ressalta Abud:

“A imagem do bandeirante representa por excelência a entidade paulista que se tornou símbolo de bravura, arrojo, integridade, progresso, superioridade racial e até mesmo democracia. Essa imagem foi construída por historiadores, que produziram um conhecimento que fundamentou a crônica popular e que fez parte de nossa memória coletiva, pois como afirma Pierre Villar, queiramos ou não, a história oficial cria a memória coletiva. Ao recuperarem a figura histórica do bandeirante, os historiadores formaram um conjunto de símbolos, que os paulistas utilizaram ao enfrentar questões que lhes foram peculiares ao longo de sua história. (ABUD, 1999, p. 72)

Nesse sentido, a formação de cidadãos em moldes escolares específicos era fundamental para o sucesso da criação desses símbolos. Como afirma Carlos Monarcha (2019, p. 211): “Desde os fins do século XIX, a pedagogia escolar encontra-se acometida por manifestações de patriotismo e civismo, considerada instituição social capaz de superar divisões e desarmonias, via-se na escola a efígie do nacionalismo”. Soma-se a isso o caráter moral, que segundo Ilíada Silva (1999), a boa escola do início do XX seria aquela que desenvolvesse os aspectos físicos, intelectual, mas também o moral. Segundo a autora,

“A educação moral deve ser capaz de fabricar cidadãos através da instalação de hábitos e regras de condutas que propiciem a inoculação de sentimentos de vocação consensual à volta do ideal de cidadania como objetivo último o estabelecimento da harmonia social.” (SILVA, 1999, p. 131)

De modo paralelo, ao admitir a imprensa como meio de difusão de modos idealizados de ser e de agir, entendemos que ela exerce também uma função educativa. No período da Revolução ela se tornou, junto ao rádio, o principal meio de divulgação da ideologia do paulistanidade, uma forma de amor à sua terra, na qual a individualidade deveria ser superada por um senso de coletividade (unidos pelo bandeirantismo), para o bem de São Paulo e do Brasil.

Percorremos, os momentos pré-guerra até o fim da direção de Leonardo Gomes à frente do periódico (1969), abordando como suas relações de interesses políticos e ideológicos se tornavam presentes no impresso, transformando o jornal em arma de convencimento. Como constatou Campos (2007, p. 15-16), a imprensa local teve “enorme força persuasiva”, que objetivava fazer com que todos comungassem do mesmo entendimento de mundo, a partir de mais variados métodos, como a escrita, a publicidade, imagens, enfim, por isso educativo.

Nos caminhos a serem percorridos em pesquisas futuras, há temas que podem ser trabalhados, como a relação de ressentimentos e os silenciamentos da memória (SEIXAS; BRESCIANI, BREPOHL, 2002; BRESCIANI; NAXARA, 2004) relativos a grupos esquecidos da formação da cidade, como os negros, e na Revolução de 32, como os getulistas que habitaram essa região.

Ainda será possível traçar comparações entre o jornal e outros periódicos regionais ou de grandes centros, como São Paulo, durante a própria guerra. Além disso, partindo da perspectiva de Certeau (1998), há um campo a ser explorado relativo às apropriações que o leitor fazia daquilo que chegava até ele. De maneira geral, esta pesquisa tentou abordar a revolução a partir da imprensa, mas o trabalho de mapear os usos do discurso ressignificados por ela está em aberto, mas também difícil de ser feito, devido à dificuldade de acesso às fontes.

Enfim, a presente pesquisa abordou o bandeirantismo e a forma como foi manipulado, reafirmado, vivenciado e lembrado em um recorte de tempo específico (1932-1969), na imprensa local, *A Notícia*, um espaço de debate, de produção de memória e convencimento.

REFERÊNCIAS

Fontes:

A Notícia, São José do Rio Preto, 1924, edição 1, 30 de novembro.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1821, 7 de fevereiro.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1827, 16 de fevereiro.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1828, 17 de fevereiro.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1830, 19 de fevereiro.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1935, 1º de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1938, 5 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1939, 6 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1940, 7 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1941, 8 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1943, 10 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1944, 11 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1947, 14 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1949, 16 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1950, 17 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1951, 19 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1952, 20 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1955, 23 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1959, 28 de julho.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1974, 14 de agosto.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1977, 18 de agosto.

_____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1979, 20 de agosto.

- _____. São José do Rio Preto, 1932, edição 1981, 23 de agosto.
- _____. São José do Rio Preto, 1932, edição 2005, 20 de setembro.
- _____. São José do Rio Preto, 1932, edição 2006, 21 de setembro.
- _____. São José do Rio Preto, 1932, edição 2010, 25 de setembro.
- _____. São José do Rio Preto, 1932, edição 2012, 28 de setembro.
- _____. São José do Rio Preto, 1932, edição 2013, 29 de setembro.
- _____. São José do Rio Preto, 1934, edição 2520, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1936, edição 3093, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1937, edição 3380, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1938, edição 3657, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1939, edição 3947, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1943, edição 5112, 8 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1945, edição 5672, 11 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1957, edição 9065, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1958, edição 9352, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1959, edição 9635, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1960, edição 9929, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1962, edição 10059, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1963, edição 10801, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1964, edição 11030, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1966, edição 11609, 9 de julho.
- _____. São José do Rio Preto, 1967, edição 11894, 9 de julho.

O Porvir, São José do Rio Preto, 1903, edição 1, 12 de julho.

TVRIOPRETO. Nós vamos passar pelo Corona Vírus e seremos bem melhores que antes!

Estamos juntos!. Instagram, 20 mai. 2020. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/tv/CAafDFdDXsj/?utm=>>. Acesso em: jul. 2020.

Bibliografia:

ABUD, Katia Maria. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. In: FERRIRA, Antonio Celso; et. Al. **Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 71-80.

_____. O bandeirante nas disputas políticas do século XX: a utilização do conhecimento histórico. In: BONTEMPI JÚNIOR, Bruno; CAMPOS, Raquel Discini de. (Orgs.) **Paulistaneidade e educação: práticas e simbologias**. Campinas – SP: Pontes Editora, 2018. p. 17-32

ABREU, Marcelo Paiva, O processo econômico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil Nação: olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2012, v. 4. p. 179-228

_____. **A Revolução Constitucionalista de 1932: memorialismo, historiografia, produção do silêncio**. In: Jornadas 2007. 2007, Rio de Janeiro. Anais. p. 1-14.

_____. Os mártires da causa paulista: a criação do culto aos mortos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1937). **Patrimônio e memória**. v. 7, n. 1, jun. 2011, p. 193-211.

ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **O olhar de quem faz – o paulistismo sob a ótica do operariado paulista durante a Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo, dissertação de mestrado não publicada. Universidade de São Paulo, 1999.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 215-287

ARANTES, Lelé. **Álbum de Famílias Rio-Preenses**. São José do Rio Preto/SP: Editora Mundial, 2005.

_____. **Almanaque da História de São José do Rio Preto**. São José do Rio Preto/SP: Eden Gráfica, 2006.

_____. **Dicionário Rio-pretense, a história de São José do Rio Preto de A a Z**. São José do Rio Preto-SP: Casa do Livro, 2001.

ARAUJO, José Carlos Souza. A imprensa co-partícipe da educação do homem. **Cadernos de História da Educação**, v. 1, n. 1, jan./dez. 2002. p. 59-62.

BARRACLOUGH, Geoffrey. O impacto do Progresso Técnico e Científico: Industrialismo e Imperialismo como Catalisadores de um Novo Mundo. In: _____. **Introdução à História Contemporânea**. [São Paulo]: Editora Guanabara, s.d., p. 27-41.

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**. v. 15. 1º sem./2011, p. 317-347.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **O jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988.

BRESCIANI, Maria Stella. Imagnes de São Paulo: estética e cidadania. In: FERRIRA, Antonio Celso; et. Al. **Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 11-46.

_____.; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMPOS, R. D. **A princesa do sertão na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos de 1920**. SP: Annablume, 2004.

_____. Introdução. In: _____. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): representação e história**. Tese. (Doutorado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Araraquara-SP, 2007. p. 10-30.

_____. Os confins paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932: uma análise do bandeirantismo na região da Alta Araraquarense. **Cadernos de História da Educação**, v. 17, n.3, set./dez. 2018, p. 8737-854. <https://doi.org/10.14393/che-v17n3-2018-13>

CAPELATO. Introdução. In: CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 11-28.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 104-143.

_____. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. O controle da opinião e os limites da liberdade: Imprensa paulista (1920-1945). **Revista Brasileira de História**, v.12, n.23/24, set. 1991/ago. 1992, p. 55-75.

CERTEAU, Michel de. Fazer com: Usos e Práticas. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

_____. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56-106.

CERRI, Luis Fernando. **Non ducor, duco: a ideologia da paulistanidade e a escola**. 1996. 208f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000108531>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, 1991, p. 173-191. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>

_____. Textos, impressão, leituras. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211-238.

COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: teoria e prática. In: _____. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DARNTON, Robert. Jornalismo: Toda notícia que couber, a gente publica. In: _____. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 73-106.

DISCINI, Norma; CAMPOS, Raquel Discini de. A estética da paulistanidade: foto e poema no ambiente da Revolução de 32. In: BONTEMPO JR. Bruno; CAMPOS, Raquel Discini de (Orgs.). **Paulistanidade e educação: práticas e simbologias**. Campinas, SP: Fontes Editores, 2018. p. 215-253.

FAUSTO, Boris. O Estado Getulista. In: _____. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 329-394.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
<https://doi.org/10.7476/9788539303038>

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GOMES, Leonardo. **Gente que ajudou a fazer uma grande cidade – Rio Preto**. São Paulo: Editora Gráfica São José, 1975.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: _____. **A memória coletiva**. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990. pp. 25-52.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

_____. O século: vista aérea. In: _____. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 11-26.

KRUPPA, Sonia M. Portella. A sociedade educa. In: _____. **Sociologia da educação**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 23-31.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIRA NETO, Lira. *Getúlio: o Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930- 1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LOSNAK, Célio José; PÁDUA, Aline Ferreira. A Notícia, 1924-1930: jornalismo no interior e a política local. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v.6, n.2, jul./dez. 2017. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.6220176652>

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanez. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MAHL, Marcelo Lapuente; CAMPOS, Raquel Disicini de. (orgs.). *Terra (In)Cognita: novos estudos sobre São José do Rio Preto*”. Campinas/SP: Pontes Editores, 2011.

_____. Áreas de fronteiras e o Far-West Paulista. In: CARVALHO, Celso; MAHL, Marcelo Lapuente; CAMPOS, Raquel Disicini de. (orgs.). **Terra (In)Cognita: novos estudos sobre São José do Rio Preto**”. Campinas/SP: Pontes Editores, 2011.

_____. **Teorias raciais e interpretação histórica: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)**. Assis/SP. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho., Faculdade de Ciências e Letras, 2001.

MISTRELLO, Lucas Palma. **A revolução e a guerra: Discursos da imprensa paulista no movimento constitucionalista de 1932**. Guarulhos/SP, dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

MONARCHA, Carlos. Da política dos governadores à década dos centenários. In: _____. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil - séculos XIX e XX)**. Uberlândia-MG: EDUFU, 2019. p. 168-244. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-500-8>

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

MONTEIRO, John Manuel. **Caçando com gato: O problema da mestiçagem na obra de Alfredo Ellis Jr.** In: Reunião Anual da ANPOCS, 17, 1993, Caxambu-MG. Anais. p. 1-20.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História – Revista do Programa de Estudo Pós-graduados de História**. vol. 10, jun. 1993, pp. 7-28. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: out. 2019.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e fontes. **Cadernos Anped**, Porto Alegre, n. 5, set. 1993, p. 7-60.

PASQUIM, Adriana Salvaterna; TOLEDO, César Alencar Arraut. Historiografia da Educação: a imprensa enquanto fonte de investigação. **Interfaces Científicas – Educação**. Aracaju, v.2, n.3, jun. 2014, p. 257-267. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2014v2n3p257-267>

PINHEIRO, Adriana Cristina. **O código de posturas do município na educação e normatização do “povo”**. Campinas/SP, Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2004.

_____. Urbanização e normatização: o Código de Posturas do município de São José do Rio Preto e a educação do povo. In: CARVALHO, Celso;

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRADO JÚNIOR, Caio. A crise de um sistema. In: _____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 287-300.

PROST, Antoine. Os tempos da história. In: _____. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 95-114.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. **Revista USP**, v.13, 1992, p. 78-87. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i13p78-87>

RODRIGUES, João Paulo. Levante Paulista de 1932: entre os domínios da memória e os (des)caminhos da história. **Projeto História**. São Paulo, n. 41. dez./2010, p. 125-153.

ROSSI, Paolo. Sobre as origens da Ideia de Progresso. In: _____. **Naufrações sem espectador: a ideia de progresso**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 47-109.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto**. São José do Rio Preto, 2020, p. 15.

SÃO PAULO, **Lei nº 9.497** (1997). Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1997/lei-9497-05.03.1997.html>>. Acesso em: abril de 2020.

SAVIANI, Demerval. Introdução: a educação como questão nacional. In: _____. **A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas**. Campinas-SP: Autores Associados, 2011, p.1-10.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória e terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 37-58.

_____; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

SILVA, Ilíada Pires. Educadores paulistas: regeneração social, república e nação. In: FERRIRA, Antonio Celso; et. Al. **Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 125-140.

SILVA, Henry Marcelo Martins. Imigração italiana em São José do Rio Preto. CARVALHO, Celso; MAHL, Marcelo Lapuente; CAMPOS, Raquel Discini de. (orgs.). **Terra (In)Cognita: novos estudos sobre São José do Rio Preto**". Campinas/SP: Pontes Editores, 2011.

SILVA, Vinicius; CAMPOS, Raquel Discini de. Álbum ilustrado da comarca de Rio Preto (1927-1929): vitrine e epifania da educação paulista. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá-PR, v. 21, n. 141, 2021. p. 1-25. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e141>.

SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: _____. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. P. 251-390.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia Bandeirante: Construção e Sentidos. **História Social**. Campinas-SP. n. 13, 2007, p. 151-171.

VALLE, Dinorath. **Jornais de Rio Preto**. São José do Rio Preto, São Paulo: Ed. Gráfica A Notícia, 1994.

VELOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007..p. 144-179.

ANEXO A – Transcrição da coluna d’A *Notícia*, dia 30 de julho de 1924.

Imigração italiana

Visita do Comissário Geral a Rio Preto

As impressões colhidas por sua excia. e sua comitiva

Outras Notas

Este município recebeu no dia 26 do fluente, em caracter oficial, a visita de s. exc. O sr. Comendador Mastromattel e car. cap. vice-cônsul da Itália em São Paulo, membros da missão Italiana. Os ilustres visitantes foram recebidos pelas autoridades locais, diretora da Sociedade Italiana Cesare Battiste um grande número de pessoas gradas e representantes da imprensa.

[...] o distinto chefe da missão [comendador Mastromattel] e em breves palavras agradeceu manifestação dos seus patrícios e sensibilizado pela presença das autoridades locais, mostrou-se satisfeito com situação dos colonos italianos em nosso Estado, pois já tendo visitado diversos municípios em todos eles teve magnífica impressão..

Referindo-se ao seu bello país, o nosso eminente hospede falou na acção patriótica do governo Mussolini.

[...]

A impressão geral colhido [sic] pelos membros da Missão Italiana, foi ótima, quer quanto ao adiantamento do nosso município, que quanto à situação econômica dos lavradores e colonos italianos.

Felizmente, dada a competência e o merecimento intelectual de s. exc. O sr. Comendador Mastromattel, é bem provável que de vez se resolva entre nós e a Itália a grande questão da emigração que tanto trabalho tem dado aos dois governos.

[...]

As maiores e as mais descabidas injustiças foram atiradas contra o nosso governo e contra as nossas organizações agrícolas. Os parlamentares da Itália, talvez ignorando a situação da grande e laboriosa colônia, pois não podemos de modo algum acreditar que eles estejam senhores da verdadeira situação dos seus patrícios, foram perversos ao descrever a vida e as condições financeiras, as garantias e o grau de prosperidade dos nossos irmãos de além-mar.

[...]

O deputado Giovanni Giuriati, que aqui esteve com o embaixador especial da Itália, a bordo do navio exposição “Itália”, visitou demoradamente diversos estados do Brasil e muito particularmente o nosso Estado e teve oportunidade de conhecer muitas fazendas de São Paulo.

O distinto parlamentar italiano em umas das últimas sessões do parlamento, com certeza, revoltado com a atitude injusta de alguns dos seus colegas, produziu notável discurso de defesa da nossa organização agrícola, que declarou ser modelar rebatendo assim também uma correspondência publicada por um jornal de Milão que nos dedicou umas linhas “bem amáveis” [ilegível].

Ainda no seu discurso, o ilustre deputado teve ocasião de mostrar aos seus colegas de parlamento dados estatísticos sobre a verdadeira situação dos italianos domiciliados entre nós, sobre o progresso moral e [ilegível].

O ex-embaixador no seu longo e documentado discurso “referiu-se à lenda dos maus tratos, da má localização e da deshumanidade com a que são tratados no Brasil os colonos italianos” e abordou também com conhecimento de causa as faladas epidemias de trachoma, “reduzindo-as às causas verdadeiras proporções, apresentando dados verídicos colhidos no local e que são a mais pura flagrante contradição das afirmativas do correspondente [...].

[...]

A visita de agora do ilustre comissário geral, vem coroar essa obra de justiça e de patriotismo iniciada pelo deputado Giuriati e adoptada pelo espírito superior do eminente embaixador Badoglio, qual seja a de reconhecer que neste paiz grande e rico, todos vivem em paz, protegidos pela mais liberal das constituições e perfeitamente confundidos e identificados com o elemento nacional.

Fazemos ardentes votos para que a viagem do distinto comissário geral, produza os fructos que são necessários para uma política cada vez harmonioso entre a Itália e o Brasil que cessem de vez as injustiças e as explorações em torno do fantástico mal estar dos colonos estrangeiros em nosso paiz, quando é verdade insofismável que muitas vezes eles tem aqui mais liberdade, mais interesse e vida confortável, compensando perfeitamente o sacrificio e abandonarem a pátria e deixaram além-mar a família e os amigos.

ANEXO B – Transcrição do artigo “A democracia deve assegurar o bem-estar do povo”.

Em seu discurso de Santos, na sede do Sindicato dos Portuários, o chefe do governo teve oportunidade de conceituar a democracia em razão de povos ainda não preparados para ela, afirmando, em síntese, as seguintes proposições: 1ª – que as fórmulas democráticas constituem o ideal de governo apenas para as nações de nível educacional elevado; 2ª – que aos povos pobres, famintos, interessa mais o pão e o cobertor do que os direitos abstratos ou teóricos que resultam da democracia.

Posto de lado o cunho um tanto demagógico de ambas as proposições, merecem elas um exame conveniente.

A primeira observação pode-se considerar, dum modo geral, exata pois um povo absolutamente inculto completamente deseducado não está, evidente em condições de se auto governar. Mas isto quer dizer que devemos cair no extremo oposto, isto é, permitir que a direção desse povo caia nas mãos de uma ditadura que sem nenhum controle e sem nenhum limite a sua atividade, disponha do país a seu talante, concentrando em suas mãos todos os poderes. A menos que o assunto seja desviado do terreno da lógica, e da realidade para cair no campo escuso e inconfessável dos interesses ocultos.

Por outro lado, cumpre admitir que em toda a nação existe pelo menos uma elite culta capaz de assumir a direção do país. Em tais condições uma vez que se reconhece à grande massa incapacidade para se autogovernar – o lógico seria permitir se a essa elite o desempenho de tal missão. Sempre seria uma coletividade em contraposição à ideia de um único homem a governar um povo arbitrariamente, discricionariamente. Não seria, está claro, o ideal de democracia; mas seria um caminho para ela, com o afastamento da ideia evidentemente nociva do caudilhismo do ditatorialismo que esses sim, jamais conduzirão um povo para o governo de si mesmo.

Quando à segunda proposição, é incontestável que às massas interessa mais o pão de que lhes mata a fome e o cobertor que lhes aquece o corpo do que a existência de direitos cujo sentido em muitos casos elas nem chegam a compreender.

Mas aqui cabe ponderar que não existe qualquer incompatibilidade entre a democracia e o conforto proporcionado ao povo. A democracia é feita para dar ao povo condições satisfatórias e decentes de existência sem que o pão e o cobertor provenham de liberalidades e paternalismos dos governos.

Pode haver numa democracia dirigentes ineptos e mal intencionados, como há governos fortes, mais e incapazes. Porém, como uma grande diferença: Na democracia pela sua própria estrutura os mais dirigentes fundo o seu mandato entregam a direção do país a outros, onde não há controle nem limite ao arbítrio o povo terá que suportar o mau governo até que a Providência dele se apiede e lhe propicie uma forma milagrosa de libertação.

Fonte: A Notícia, São José do Rio Preto, nº 5672, p. 1, 11 de julho de 1945. Acervo: Arquivo Municipal.

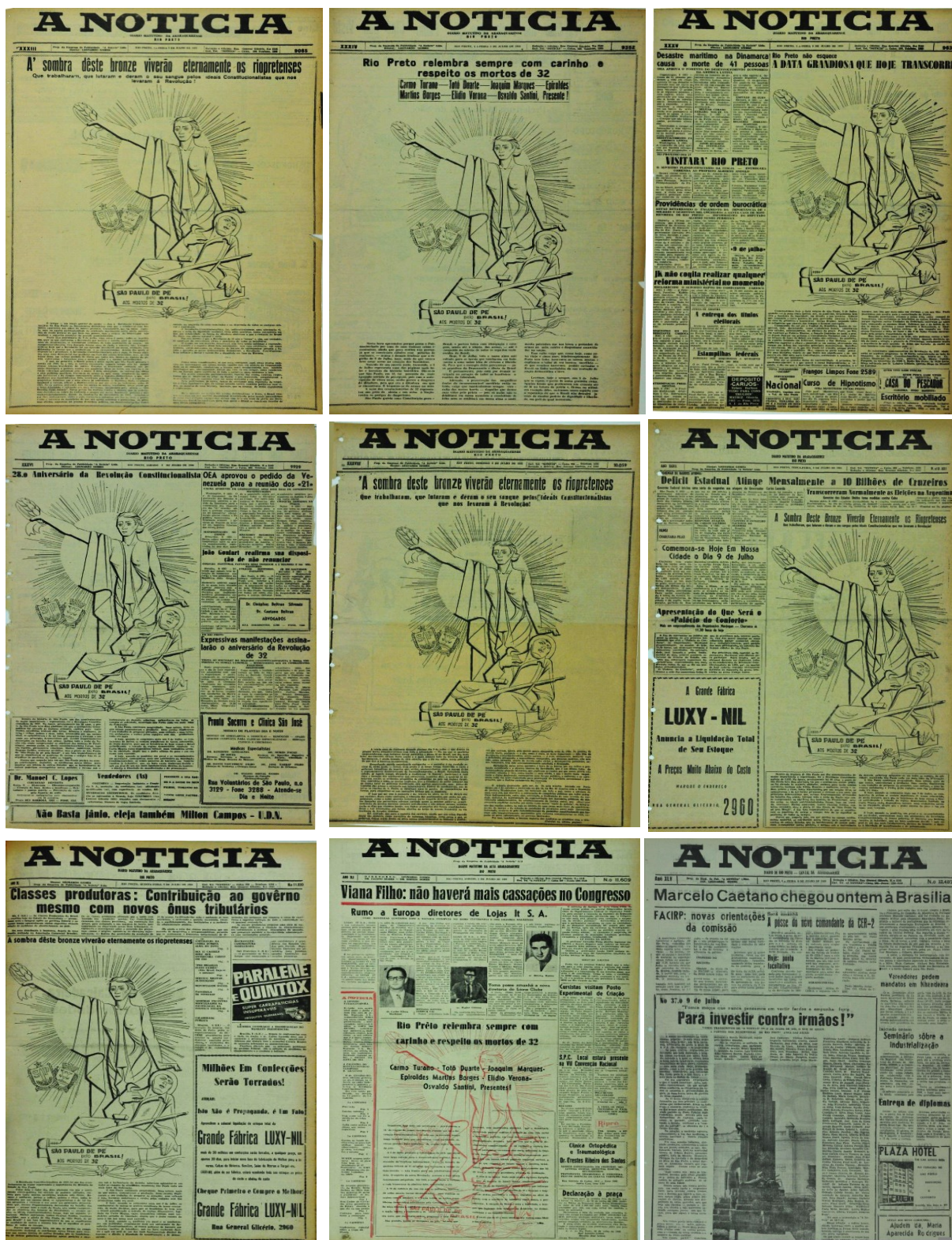
ANEXO C – Monumento aos mortos na Revolução de 1932, em Rio Preto-SP.



Fonte: COLUCCINI, Lélío. Monumento aos Revolucionários de 1932. 1937. 1 escultura, bronze.

O monumento originalmente, além de se localizar no Cemitério da Vila Ercília e não em frente ao Fórum, possuía uma espingarda em bronze no colo da representação do soldado ferido, que foi retirado devido a furto, e mesmo recuperada, manteve sem o ornamento.

ANEXO D – Sequência d'A Notícia reproduzindo o mausoléu da cidade.



Fonte: Arquivo Municipal.

Sequência d'A Notícia, com a representação do monumento em homenagem aos mortos constitucionalistas, nessa ordem: 1957, 1958, 1959, 1960, 1962, 1963, 1964, 1966 e 1969.